

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ UNESPAR - *CAMPUS DE PARANAVAÍ*

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE LETRAS PORTUGUÊS/INGLÊS E
RESPECTIVAS LITERATURAS**

**PARANAVAÍ,
2021**

**COORDENADORA DO CURSO DE LETRAS PORTUGUÊS/INGLÊS E
RESPECTIVAS LITERATURAS:**

Maria Elisa Dias Fraga

EQUIPE RESPONSÁVEL

Núcleo Docente Estruturante do curso de Letras Português/Inglês e Respectivas Literaturas

Luciana Ferreira Leal
Luiz Ferreira de Abreu
Marcelo José da Silva
Thais Regina Gimenes Chagas

**PARANAVÁI,
2021**

SUMÁRIO

1. CURSO.....	3
1.1 IDENTIFICAÇÃO DO CURSO	3
1.2 TURNO DE FUNCIONAMENTO E VAGAS	3
1.3 DIMENSÃO HISTÓRICA.....	3
1.4 PROGRAMA DE REESTRUTURAÇÃO DE CURSO: ARTICULAÇÃO ENTRE OS CURSOS DE LETRAS DA UNESPAR	4
2. LEGISLAÇÃO SUPORTE AO PROJETO PEDAGÓGICO	5
3. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA.....	6
3.1 CONCEPÇÃO, FINALIDADES E OBJETIVOS.....	7
3.1.1 Sociedade, educação e universidade	7
3.1.2 Concepção de lingua(gem).....	8
3.1.3 Concepção de literatura.....	10
3.1.4 Concepção de ensino de lingua(gem).....	11
3.1.5 Objetivo geral.....	12
3.1.6 Objetivos específicos.....	13
4. METODOLOGIA DE ENSINO E APRENDIZAGEM.....	13
4.1 INDISSOCIABILIDADE ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO.....	13
5. AVALIAÇÃO DE APRENDIZAGEM.....	16
5.1 DIMENSÃO AVALIATIVA.....	16
5.1.1 Avaliações do corpo docente e da disciplina.....	17
5.1.2 Avaliações externas.....	17
6. PERFIL DO PROFISSIONAL - FORMAÇÃO GERAL	17
6.1 PERFIL DO INGRESSANTE.....	17
6.2 PERFIL DO EGRESSO.....	18
7. ESTRUTURA CURRICULAR - CURRÍCULO PLENO	19
8. DISTRIBUIÇÃO ANUAL DAS DISCIPLINAS.....	22
9. EMENTÁRIO DAS DISCIPLINAS E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES.....	24
9.1 EMENTÁRIO DAS DISCIPLINAS OPTATIVAS.....	50
10. DESCRIÇÃO DA PESQUISA E EXTENSÃO NO CURSO DE GRADUAÇÃO.....	56
11. CORPO DOCENTE.....	59
11.1 COORDENADOR DO COLEGIADO DE CURSO.....	59
11.2 PROFESSORES EFETIVOS.....	59
11.3 PROFESSORES CRES.....	60
11.4 RESUMO DA QUANTIDADE DE DOCENTES PELA TITULAÇÃO.....	61
12. INFRAESTRUTURA DE APOIO DISPONÍVEL.....	61
12.1 QUATRO SALAS DE AULA.....	61
12.2 LABORATÓRIO DE LETRAS.....	62
12.3 COLEGIADO DO CURSO DE LETRAS PORTUGUÊS/INGLÊS.....	62
12.4 OUTRAS INSTALAÇÕES GERAIS À DISPOSIÇÃO DO CURSO.....	62
13. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	63
14. ANEXOS.....	66
14.1 ANEXO I: REGULAMENTO DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM LETRAS.....	66
14.2 ANEXO II: REGULAMENTO DOS ESTÁGIOS CURRICULARES SUPERVISIONADOS DO CURSO DE LETRAS PORTUGUÊS/INGLÊS E RESPECTIVAS LITERATURAS DA UNESPAR, CAMPUS DE PARANAVALÍ.....	69
14.3 RESOLUÇÃO Nº 010/2015 - CEPE/UNESPAR.....	74

1. CURSO

1.1 IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

CURSO	Letras Português/Inglês e Respectivas Literaturas	
ANO DE IMPLANTAÇÃO	1966 (autorização)	
CAMPUS	Paranavaí	
CENTRO DE ÁREA	Centro de Ciências Humanas e da Educação - CCHE	
CARGA HORÁRIA	Em horas/aula:	Em horas/relógio:
HABILITAÇÃO	<input checked="" type="checkbox"/> Licenciatura	<input type="checkbox"/> Bacharelado
REGIME DE OFERTA	<input checked="" type="checkbox"/> Seriado anual com disciplinas anuais; <input type="checkbox"/> Seriado anual com disciplinas semestrais; <input type="checkbox"/> Seriado anual com disciplinas anuais e semestrais (misto).	
INTEGRALIZAÇÃO	Mínima de 4 anos e máxima de 6 anos	

1.2 TURNO DE FUNCIONAMENTO E VAGAS

TOTAL DE VAGAS OFERTADAS ANUALMENTE	40	
PERÍODO DE FUNCIONAMENTO/VAGAS POR PERÍODO	<input type="checkbox"/> Matutino <input type="checkbox"/> Vespertino <input checked="" type="checkbox"/> Noturno <input type="checkbox"/> Integral	Número de vagas: Número de vagas: Número de vagas: 40 Número de vagas:

1.3 DIMENSÃO HISTÓRICA

A Universidade Estadual do Paraná - UNESPAR – *Campus* de Paranavaí, está localizada no município de Paranavaí, na região Noroeste do Paraná. A implantação do ensino superior no município torna-se uma realidade que, desde 1960, vinha impondo-se, pela extensa região e pela área de influência abrangida pelo município de Paranavaí, além da tentativa de suprir as deficiências na formação de profissionais de nível superior, e considerando, ainda, o atendimento a uma população de milhares de secundaristas. Através da Lei Municipal n.º 389, de 27 de outubro de 1965, foi criada a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Paranavaí, tendo como mantenedora a Fundação Educacional do Noroeste do Paraná – FUNDENORPA. Com o Estatuto aprovado através do Decreto Municipal n.º 855, de 10 de novembro de 1965, o Conselho Estadual de Educação pelo Parecer 1/66, de 07 de janeiro de 1966, autorizou abertura de matrícula para os cursos de Ciências, Geografia, Letras e Pedagogia. A Faculdade obteve seu reconhecimento através do Decreto Federal n.º 69.599, de 23 de novembro de 1971 - D.O.U. de 26 de novembro de 1971. Em 12 de dezembro de 1990, através da Lei n.º 9.466, a FAFIPA foi estadualizada passando a denominar-se Fundação Faculdade Estadual de Educação, Ciências e Letras de Paranavaí. Em 16 de setembro de 1991, com a Lei n.º 9.663, foi transformada em Autarquia Estadual com o nome de Faculdade Estadual de Educação, Ciências e Letras de Paranavaí. *É transformada em Universidade Estadual do Paraná (Unespar), instituição multicampi e multirregional*, pela Lei Estadual n.º 13.213, de 25 de outubro de 2001, alterada pelas Leis Estaduais n.º 15.300, de 28 de setembro de 2006 e n.º 17.590, de 12 de junho de 2013 e credenciada pelo Decreto n.º 9538, de 05 de dezembro de 2013. A Unespar é constituída pelos seguintes *campi*: *Campus* de Apucarana - Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de

Apucarana; *Campus* de Curitiba I – Escola de Música e Belas Artes, *Campus* de Curitiba II – Faculdade de Artes do Paraná; *Campus* de Campo Mourão - Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão; *Campus* de Paranaguá - Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Paranaguá; *Campus* de Paranavaí - Faculdade Estadual de Educação, Ciências e Letras de Paranavaí; *Campus* de São José dos Pinhais – Escola Superior de Segurança Pública da Academia Militar do Guatupê; *Campus* de União da Vitória - Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de União da Vitória.

Trata-se da terceira maior universidade do Estado do Paraná, abrangendo aproximadamente 150 municípios, com cerca de 4,5 milhões de pessoas, e ofertando 67 cursos de graduação, 11 cursos de especialização, além de 4 programas de pós-graduação *stricto sensu* (Mestrado) aprovados pela CAPES, sendo 1 no *campus* de Paranavaí, 1 no *campus* de União da Vitória e 2 no *campus* de Campo Mourão. A universidade atende, em diversos níveis de formação, por volta de 10 mil estudantes. O *Campus* de Paranavaí oferece, atualmente, 11 (onze) cursos, a saber: Administração, Ciências Contábeis, Enfermagem, Ciências Biológicas, Matemática, Geografia, Letras (Português e Inglês), Pedagogia, Educação Física, História e Serviço Social, contribuindo significativamente para o desenvolvimento da região Noroeste do Estado do Paraná.

1.4 PROGRAMA DE REESTRUTURAÇÃO DE CURSO: ARTICULAÇÃO ENTRE OS CURSOS DE LETRAS DA UNESPAR

Iniciado em agosto de 2015, o Programa de Reestruturação dos Cursos de Graduação da UNESPAR teve por objetivo principal a consolidação de um projeto universitário público, por meio do estabelecimento de uma política institucional voltada ao fortalecimento, qualificação e articulação de seus cursos de graduação. O Programa envolveu diversas ações, coordenadas pela Pró-reitoria de Graduação (PROGRAD/UNESPAR), e mobilizou um grande número de docentes na reformulação dos projetos pedagógicos de 67 cursos, distribuídos nos sete *campi* da UNESPAR.

Para tanto, como metodologia eleita, instituíram-se Grupos de Trabalho (GT) constituídos por docentes de cursos afins. No caso do GT de Letras, houve representantes de cinco *campi*: Apucarana, Campo Mourão, Paranaguá, Paranavaí e União da Vitória. A primeira reunião ocorreu em Campo Mourão, em setembro de 2015, e, desde então, ficou explícito que os cursos, apesar de apresentarem muitas diferenças, partilhavam de dificuldades semelhantes. Assim, tendo como foco o enfrentamento das dificuldades comuns, em sua segunda reunião, os membros do GT deliberaram sobre quais as concepções fundantes dos cursos, ficando acordado que os textos em que as referidas concepções estariam explicitadas seriam produzidos por todos, de modo colaborativo, a fim de proporcionar uma real aproximação conceitual e uma identidade aos cursos de Letras da UNESPAR.

Mais duas outras reuniões, organizadas pela PROGRAD/UNESPAR, aconteceram, oportunidades em que os membros do GT aprovaram os textos coletivos e foram realizadas discussões sobre objetivos dos Cursos, perfis do ingressante e do egresso, bem como sobre as matrizes curriculares. Como forma de conclusão dos trabalhos, em abril de 2018, foi organizado um encontro em que os membros do GT de Apucarana, Campo Mourão e Paranaguá reuniram-se para identificar as articulações possíveis entre os diferentes PPCs, antes de apresentá-los às instâncias superiores da universidade. Para além da tarefa objetiva de reestruturação dos PPC, o GT de Letras indicou a necessidade de continuidade dos trabalhos de articulação entre os cursos, sugerindo o estabelecimento anual do Fórum dos Cursos de Letras da UNESPAR como

espaço privilegiado de debates e discussões sobre a formação de professores de línguas e literaturas no Estado do Paraná.

2. LEGISLAÇÃO SUPORTE AO PROJETO PEDAGÓGICO

O Curso iniciou-se em 01 de março de 1966, com o Parecer de autorização n.º1/66-CEE de 07 de janeiro de 1966, foi reconhecido através do Parecer n.º705 de 17 de outubro de 1971 e Decreto n.º 69.599 de 23 de novembro de 1971. Obteve a primeira renovação de reconhecimento pelo Parecer CEE/CES n.º 93 de 10 de fevereiro de 2010 e Decreto n.º 7249 de 25 de maio de 2010. Através do Parecer n.º 242/10 de 29 de novembro de 2010, foi aprovado a alteração do projeto pedagógico do curso, em consonância com a seguinte legislação:

- ✓ Decreto Federal n.º 5.626/05, que regulamenta a Lei Federal n.º 10.436/02, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei Federal n.º 10.098 de 19 de dezembro de 2000.
- ✓ Resolução CNE/CES n.º 3/2007, que dispõe sobre procedimentos a serem adotados quanto ao conceito de hora-aula.
- ✓ Deliberação n.º 2/2009-CEE/PR, que estabelece normas para a organização e a realização de Estágio obrigatório e não obrigatório na Educação Superior.

BÁSICA

- ✓ Parecer CNE/CES n.º 1.363/01, que trata da aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de Letras
- ✓ Resolução CNE/CES n.º 18, de 13 de março de 2002, que estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Letras
- ✓ Resolução CNE/CES n.º 3, de 3 de julho de 2007, que dispões sobre procedimentos a serem adotados quanto ao conceito de hora-aula e dá outras providências
- ✓ Lei 11.788, de setembro de 2008, que dispõe sobre estágio de estudantes
- ✓ Resolução CNE/CP n.º 002/2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada
- ✓ Parecer CES/CEE n.º 23/11, de 07 de abril de 2011, que trata da oferta da disciplina de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS
- ✓ Deliberação CEE-PR n.º 04/2006: Diretrizes para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana
- ✓ Deliberação CEE/PR n.º 04/2013: Normas estaduais para a Educação Ambiental
- ✓ Deliberação CEE/PR n.º 02/2015: Normas estaduais para a Educação em Direitos Humanos.

3. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

JUSTIFICATIVA

As justificativas para a proposta de alteração do PPC do Curso de Letras Português/Inglês e Respectivas Literaturas do *campus* de Paranavaí da UNESPAR pautam-se, fundamentalmente, em três pontos: 1. A inserção do Curso no contexto atual da Universidade; 2. O Programa de Reestruturação de Cursos da UNESPAR; 3. A adequação da matriz curricular às atuais demandas de formação de professores de Língua Portuguesa e Língua Inglesa e Respectivas Literaturas.

Assim, considerar esses elementos e contextos implica assumirmos os aspectos sociais, econômicos, culturais, ideológicos e históricos que permeiam o Curso de Letras Português/Inglês e Respectivas Literaturas da UNESPAR, *campus* de Paranavaí, e a atual reformulação de seu PPC, o documento norteador de todo o Curso, que marca as concepções, objetivos e perfis para a formação de professores de Língua Portuguesa e Língua Inglesa e Respectivas Literaturas.

A UNESPAR foi credenciada pelo Decreto Estadual 9.538 de 5 de dezembro de 2013. Dessa forma, o Curso de Letras Português/Inglês e Respectivas Literaturas integra, atualmente, um dos 67 cursos de graduação da Universidade. O essencial está nas implicações de integrar uma Universidade, cuja existência pauta-se, essencialmente, na articulação entre ensino, pesquisa e extensão, como fundamento metodológico do ensino universitário. Portanto, essa articulação deve subsidiar as concepções e propostas deste PPC, além de considerar a possibilidade de continuidade de formação acadêmica e profissional por meio de programas de pós-graduação *stricto sensu*. Assim, o Curso de graduação em Letras, integrado aos princípios da UNESPAR, busca, também, garantir a produção e socialização de conhecimentos socialmente relevantes para a comunidade.

Ainda nesse contexto da UNESPAR, é necessário situarmos este PPC no Programa de Reestruturação de Cursos. Iniciado em 2015, o Programa objetiva, em sua essência, possibilitar a revisão e adequação dos cursos, considerando, por exemplo, a proximidade entre cursos afins de diferentes *campi*, o que se relaciona à proposta de contribuir para a consolidação do projeto universitário público, ao estabelecer uma política institucional voltada ao fortalecimento e articulação de seus cursos. Nesse sentido, o Curso de Letras Português/Inglês e Respectivas Literaturas de Paranavaí, respeitadas as especificidades, pode pensar a articulação com cursos de Letras de outros *campi* ou, ainda, a articulação com outros cursos do *campus*, proporcionando uma formação interdisciplinar, que dialoga com outras áreas que contribuem com a formação de professores de línguas e literaturas.

Atualmente, o Curso atende, majoritariamente, estudantes oriundos da rede pública de ensino da região Noroeste e, mais recentemente, com a adesão da Universidade ao SISU, tem recebido estudantes de outros estados. Os egressos de Letras, em geral, retornam às escolas públicas para sua atuação profissional. Esse aspecto deve ser considerado, também, na reformulação do PPC: estudantes predominantemente originários de escolas públicas e a grande possibilidade de retorno a esse contexto de ensino. Além disso, a revisão de elementos teórico-metodológicos fundantes do curso, inclusive no que se refere ao Estágio Curricular Supervisionado, à carga horária de Prática como Componente Curricular e à própria matriz curricular, mostra-se como pertinente e necessária no atual contexto de formação docente inicial.

Para a elaboração do presente documento, um processo de ampla discussão foi instaurado, pelo Programa de Reestruturação dos cursos, no âmbito da UNESPAR, e

localmente, congregando a participação de todos os professores e estudantes do curso de Letras Português/Inglês e Respectivas Literaturas de Paranavaí.

3.1 CONCEPÇÃO, FINALIDADES E OBJETIVOS

3.1.1 Sociedade, educação e universidade

Fundada em um complexo entrelaçamento de ideologias, crenças e práticas culturais, a sociedade reflete, em sua constituição, a propensão humana à interação, e o constante esforço de conciliação entre necessidades individuais e o convívio em grupo. Sob uma visada historiográfica, e levando em conta apenas aspectos sumários à compreensão desse fenômeno inscrita na elaboração de um Projeto Pedagógico de Curso, faz-se pertinente sua observação em quatro dimensões.

Primeiro, considerando a linguagem como prática constitutiva dos sujeitos e responsável por suas possibilidades de interação, não se deve perder de vista que, independente das configurações que assume historicamente, a sociedade é formada na e pela linguagem. **Segundo**, em seus processos constitutivos ao longo da história, a sociedade sempre experimentou e continuará experimentando mudanças de maior ou menor relevância, resultantes de jogos de poder, embates políticos, ideológicos e culturais, entre muitos outros. Para tornar-se consciente de seu papel nesses processos, ao sujeito que os constitui cabe um movimento ambivalente, diacrônico e sincrônico, observando seu contexto presente e sua relação com o passado histórico. **Terceiro**, a configuração mais imediata de sociedade, que reflete a própria produção deste documento, é caracterizada pelo imperativo da fragmentação, por conta do acesso cada vez mais rápido e ilimitado à informação, da produção de bens e consumo em massa, e da mecanização do conhecimento. Por outro lado, esse mesmo caráter fragmentário viabiliza a destituição de discursos hegemônicos, possibilitando a emersão de vozes historicamente silenciadas e investindo na pluralidade cultural. Além disso, seu caráter altamente tecnológico convive com uma consciência ambiental acentuada. Por fim, independe de seus processos constitutivos/formadores o direito de seus participantes à educação, ao lazer, e a condições dignas de trabalho e saúde.

A educação, como parte constituinte dessa sociedade, tem como um de seus princípios básicos a formação integral do ser humano. Nesse sentido, é de extrema relevância a concepção de Vygotsky (2009) e Saviani (2003) de educação como “produção do saber”, atribuindo à escola o desenvolvimento de conhecimentos em âmbito histórico, social e cultural. O último autor define a produção do saber como o conjunto da produção humana que inclui ideias, valores, símbolos, hábitos, atitudes e habilidades. Com efeito, “o trabalho educativo é o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens” (SAVIANI, 2003, p. 13).

O conhecimento científico é fundamental para evitar a diluição de valores e a efemeridade das informações e saberes. Para tanto, essa forma de conhecimento deve ser desenvolvida a partir de perspectivas que se façam coerentes – com a concepção de educação acima registrada, e com cada contexto específico das mais diversas esferas da sociedade, levando em conta aspectos históricos, éticos e culturais; múltiplas – para que se preserve seu caráter dialético e não se incorra no equívoco de cimentar fundamentos unilaterais e/ou excludentes; críticas – no sentido de explicitar sempre a consciência sobre seus processos internos de elaboração, e apresentar condições para que se possa discernir a pertinência de sua

aplicação levando em conta os sujeitos e questões envolvidas; priorizando, ademais, constantes trocas com outras formas de conhecimento (sistematizadas ou não).

Frente a essa constatação, a universidade deve ser regida pelo princípio da universalidade do conhecimento e sua sistematização (CHAUI, 2003), ancorada na concepção de uma instituição pública, gratuita, laica e autônoma, que desenvolva, em suas práticas, não apenas os aspectos cognitivos, mas também os éticos, expressivos e afetivos. Nessa acepção, deve tornar-se um “espaço institucional histórico de formação humana, reflexão crítica, produção e socialização de conhecimentos que atendam à construção da cidadania, numa globalização da vida e dignidade humana” (MINGUILI; CHAVES; FORESTI, 2008, p. 43).

A partir de sua natureza pública e laica, conquistando sua legitimidade enquanto instância de autonomia do saber científico em relação à Igreja e ao Estado, a universidade resgata e ressignifica o papel de instância crítica da sociedade e de si mesma, buscando uma formação integral, humana e profissional. Tais concepções estão em consonância com os pressupostos fundadores da UNESPAR, conforme explicitado em seu Projeto Político Institucional:

A Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR tem por objetivos institucionais produzir, disseminar e socializar o saber filosófico, científico, artístico e tecnológico, ampliando e aprofundando a formação do ser humano para o exercício profissional por meio do ensino, da pesquisa, da extensão e cultura, a produção do conhecimento, a reflexão crítica na perspectiva da construção de uma sociedade justa e democrática (PPI, 2012, p. 12).

A UNESPAR, dessa maneira, assume seu papel de instituição social (em detrimento a uma concepção tecnicista e superficial) a partir de dois grandes compromissos. O primeiro está relacionado ao princípio de qualidade, pautado na produção e difusão de conhecimentos (científicos, tecnológicos e artístico-culturais). O segundo está centrado em uma política de responsabilidade social, cujos valores de liberdade, ética, identidade, responsabilidade, pluralidade e cidadania norteiam o planejamento de ações com “vistas à promoção da inclusão social, desenvolvimento humano, social e integral, desenvolvimento econômico, respeito ao meio ambiente e à cultura” (PPI, 2012, p. 13).

Dentro desse quadro geral, o *campus* de Paranavaí da UNESPAR perpetua os mesmos compromissos, não deixando de observar as especificidades contextuais que possibilitam assegurar seu princípio de qualidade e sua política de responsabilidade social. Da mesma forma, o curso de graduação em Letras Português/Inglês e Respectivas Literaturas do *campus* alinhava às concepções de Sociedade, Educação e Universidade aqui explicitadas o princípio primeiro de que os sujeitos se constituem na linguagem e pela linguagem, sendo esta a realizadora de um papel fundamental na compreensão e elaboração dos processos discursivos e ideológicos que permeiam as mesmas concepções, bem como em sua projeção em âmbito concreto.

3.1.2 Concepção de língua(gem)

A concepção de língua(gem) que subsidia este PPC está vinculada ao seu princípio como um processo de interação humana, que se constitui nas e pelas práticas sociais: “Neste sentido, a língua só tem existência no jogo que se joga na sociedade, na interlocução, e é no interior de seu funcionamento que se pode procurar estabelecer as regras de tal jogo”

(GERALDI, 1984, p. 43). A interação verbal constitui, assim, a realidade fundamental da linguagem, sendo o diálogo, em sentido amplo, o que a caracteriza.

Esse imperativo dialógico da língua(gem) está presente em toda forma discursiva produzida, pois a presença do outro é condição para a realização de qualquer produção linguística. Desse modo, tanto aquele que produz quanto aquele para quem se produz um enunciado é sujeito social ativo que se constitui e é constituído nesse processo. Para essa concepção, pautada nos pressupostos do Círculo de Bakhtin,

[...] a verdadeira substância da língua não é constituída por um sistema abstrato de formas linguísticas, nem pela enunciação monolítica isolada, nem pelo ato psicofisiológico de sua produção, mas pelo fenômeno social da interação verbal, realizada pela enunciação ou pelas enunciações (BAKHTIN, 2006, p. 125).

Desse modo, a linguagem pode ser concebida como um trabalho social, histórico e cultural amplo dos sujeitos diante de outros sujeitos, o que remete a sua historicidade, que se concretiza pragmaticamente a partir das interações sociais específicas no interior de determinadas formações sociais, enquanto acontecimentos interlocutivos singulares, constituindo-se como forma de interação humana e como centro das relações sociais, conforme pontua Geraldi (1991).

Nessa perspectiva, o diálogo realiza-se na linguagem em ações sócio- historicamente situadas, que se concretizam a partir das condições de produção que circundam o ato de dizer e que são negociadas por meio de mecanismos linguístico-discursivos. Compreende-se, assim, a linguagem pelo seu caráter não neutro e parcial e que materializa ideologias e relações de poder. Nesse sentido, acredita-se que as práticas discursivas são elaboradas nas e pelas relações sociais e, numa via dupla, as práticas sociais assinalam a emergência de práticas discursivas específicas.

A linguagem, conseqüentemente, é o principal meio de interação entre o homem e a sociedade. É através dela que se cristalizam conceitos, ideologias, crenças e saberes, conforme já posto. Desse modo, todo discurso é dialogicamente uma resposta a outros enunciados que o precederam e aos que virão:

Compreender a enunciação de outrem significa orientar-se em relação a ela, encontrar o seu lugar adequado no contexto correspondente. A cada palavra da enunciação que estamos em processo de compreender, fazemos corresponder uma série de palavras nossas, formando uma réplica. Quanto mais numerosas e substanciais forem, mais profunda e real é a nossa compreensão (BAKHTIN, 1997, p. 132).

Toda produção discursiva é, portanto, direcionada ao outro. Ao mesmo tempo, é, ainda, motivada pelo externo e pelo social. Nesse elo discursivo ininterrupto, ao mesmo tempo em que o ser social, histórico e temporal, posiciona-se perante a sociedade, ele o faz sempre em relação ao que o outro representa para ele a partir de sua leitura de mundo. Seu agir, portanto, é constituído pelas relações sociais que o cercam.

Ao compreendermos a língua(gem) como interação, assumimos que ela está impregnada de relações dialógicas, valores e conceitos socialmente instituídos. Desse modo, a noção de homem aqui sustentada é a de sujeito de sua própria ação, no interior de uma

sociedade constituidora e constituída, ela mesma, pelos sujeitos e pelas instituições democráticas.

3.1.3 Conceção de literatura

O conceito de “literatura” apresenta um desenvolvimento histórico-semântico que indica sua condição dialética, mormente considerada em duas definições interpenetrantes: a interna, centrada na configuração poética do texto, e a externa, de natureza social. Discute-se, de um lado, diacronicamente, e sob enfoques teóricos, críticos e metodológicos de diferentes orientações, o texto literário e suas especificidades, considerado em sua autorreferencialidade e conotação, através do princípio da literariedade; a relação do texto literário com outras noções, como a intencionalidade e a hermenêutica do texto, a língua, o estilo e a função poética da linguagem; a mimese literária e a verossimilhança; o problema dos gêneros literários; a tradição literária, a historiografia e a formação do cânone; os procedimentos intertextuais, a leitura e seus princípios recepcionais, e a construção de sentidos polissêmicos, além da questão do valor e da autoria.

De outro lado, a dimensão social e histórica da literatura insere estas e outras noções que gravitam em torno de um conceito formal de literatura à multivalência do sistema “autor-público-leitor”, às complexas estruturas históricas, às relações de poder e às múltiplas condições ideológicas e discursivas que se capilarizam no campo literário, pondo em relevo o contexto de formulação e disseminação teórica sobre o literário de forma revisionista. Atenta a demandas contemporâneas, esta perspectiva crítica problematiza as relações entre literatura e direitos humanos, o literário e sua função humanizadora e pedagógica, a recepção de textos literários e a sociologia da leitura, levando em conta determinantes sócio-históricos que incidem sobre a emergência da revisão do cânone literário, a fim de contemplar o debate público sobre a representação literária de autoria de minorias étnicas e sexuais e de outros temas de natureza social, inclusiva, e, portanto, multicultural. O aporte das discussões acerca do fenômeno literário na contemporaneidade conduz a investigação e a difusão da literatura, orientando-se por aproximações cada vez mais rentáveis entre os estudos literários e outros campos epistemológicos, reconhecendo, no limite, a experiência com a literatura, a produção de sentido e efeito estético, suas ressonâncias na construção de sujeitos históricos e na emancipação de consciências, como uma construção ininterrupta, dialógica, subjetiva e social.

Tendo como pressuposto que há uma intrínseca relação entre literatura e sociedade, uma vez que, segundo Candido (2000), a literatura é um produto social que exprime as condições do contexto histórico do qual se originou, em seu ensino no curso superior é fundamental observar os aspectos que a ligam “à estrutura social, aos valores e ideologias, às técnicas de comunicação” (CANDIDO, 2000, p. 21). Ainda segundo Candido (1989), a literatura é uma manifestação universal, “cuja satisfação constitui um direito” (CANDIDO, 1989, p. 112). A partir dessa visão de que a literatura é um bem essencial, seu ensino deve ser voltado, conforme apontado antes, à intrínseca relação entre a sua forma estética e a dimensão social e ideológica, uma vez que, como aponta o crítico, “a organização da palavra comunica-se ao nosso espírito e o leva, primeiro a se organizar; em segundo a organizar o mundo” (CANDIDO, 1989, p. 114). Isso aponta, com efeito, para o traço essencial da literatura, na concepção de Candido, que é a humanização, ou seja, aqueles traços essenciais ao homem que enriquecem nossa percepção e nossa visão de mundo. Dessa forma, a humanização propiciada pela literatura, ao contrário da visão maniqueísta de bem e mal, certo ou errado, aponta para traços essenciais da psique humana, ao agir no seu consciente e também no inconsciente. Em suma, compreende-se por humanização

[...] o processo que confirma no homem aqueles traços que reputamos essenciais, como o exercício da reflexão, a aquisição do saber, a boa disposição para com o próximo, o afinamento das emoções, a capacidade de penetrar nos problemas da vida, o senso da beleza, a percepção da complexidade do mundo e dos seres, o cultivo do humor. A literatura desenvolve em nós, a quota de humanidade, na medida em que nos torna mais compreensivos e abertos para a natureza, a sociedade, o semelhante (CANDIDO, 1989, p. 117).

Esse processo de “humanização” enfatizado por Candido encontra ressonância significativa em outro teórico da literatura, ao mencionar o interesse que deveria ter o texto literário em sua significação final, a análise das obras literárias em sua dimensão humana, restringindo-se o método ao sentido projetado pelo próprio texto. Assim diz Todorov:

A análise das obras feita na escola não deveria mais ter por objetivo ilustrar os conceitos recém-introduzidos por este ou aquele lingüista, este ou aquele teórico da literatura, quando, então, os textos são apresentados como uma aplicação da língua e do discurso; sua tarefa deveria ser a de nos fazer ter acesso ao sentido dessas obras – pois postulamos que esse sentido, por sua vez, nos conduz a um conhecimento do humano, o qual importa a todos (TODOROV, 2009, p. 89).

Vale ressaltar ainda que a literatura, além de propiciar o conhecimento por meio da organização das emoções, também remete aos conhecimentos intencionais que são injetados pelo autor para serem assimilados pelos receptores, ou seja, os leitores. Trata-se das ideologias, das crenças que permeiam a obra literária e manifestam-se por meio da literatura.

Portanto, a construção de uma sociedade justa pressupõe a garantia de que seus cidadãos tenham acesso à arte e à literatura em todas as suas modalidades, pois a fruição destas são um bem e um direito inalienável.

Assim sendo, o papel da universidade é essencial, por propiciar o contato de estudantes de diferentes classes sociais, etnias e culturas do Curso de Letras Português/Inglês e Respectivas Literaturas com o texto literário em toda a sua pluralidade e diversidade, contemplando tanto a tradição clássica quanto as manifestações contemporâneas, como a literatura das minorias, aqui entendidas como a presença viva da literatura em sua dimensão histórica e social, representadas na produção de autoria feminina, na manifestação artística dos homossexuais, na criação da arte negra brasileira, sem esquecer a presença incontestável das literaturas africanas em língua portuguesa, consubstanciando não só o preceito legal de sua oferta nos cursos de Licenciatura, sobretudo pela relação histórica em que se encontram Brasil e África.

3.1.4 Concepção de ensino de língua(gem)

Considerando-se a relevância social da aprendizagem, da formação e do desenvolvimento do ser humano por meio da(s) linguagem(ns), a concepção de ensino de línguas aqui defendida parte de um pressuposto interacionista de linguagem, voltado para a formação humana, social e profissional do sujeito, com vistas a um ensino de línguas

(portuguesa e inglesa) que prime pelo trabalho com a linguagem enquanto prática social, de modo que os professores em formação possam atuar em seus futuros contextos profissionais a fim de agir na sociedade para transformá-la (VIGOTSKI, 2009).

Nessa perspectiva, há uma concepção de sujeito que se insere em uma sociedade e que, portanto, pertence a uma história constituída por conhecimentos sócio e historicamente acumulados. Em consonância aos pressupostos explicitados, o ensino de línguas deve ser realizado tomando por base a língua em uso, o funcionamento social da língua, seus aspectos ideológicos e relações de poder (GERALDI, 1984; BAKHTIN, 2006), levando-se em conta o papel da linguagem nas suas mais diversas manifestações orais e escritas, variações linguísticas, multimodalidades – no que tange à linguagem verbal e não-verbal –, para além das fronteiras geográficas, perspectiva assumida pelos documentos que norteiam e fundamentam o trabalho do professor de línguas para contextos futuros de atuação tanto em nível nacional quanto estadual.

Ademais, trata-se de um curso de formação de professores e, por essa razão, deve-se pautar na articulação entre os saberes necessários à formação docente, tais como os conhecimentos disciplinares e os conhecimentos pedagógicos (LIBÂNEO, 2015), pois, conforme orientam as Diretrizes Curriculares para os Cursos de Letras (BRASIL, 2001), os professores em formação devem dominar não somente os conteúdos específicos a serem ensinados e aprendidos em seus contextos futuros de atuação, mas também os conhecimentos didático-pedagógicos ou metodológicos no que diz respeito ao processo de ensino, relacionando teoria e prática. Em outras palavras, os cursos de Letras devem promover o desenvolvimento da capacidade crítico-reflexiva dos professores em formação, ou seja, de suas capacidades docentes e profissionais no sentido de poderem ter uma melhor preparação para o ensino de línguas.

A Resolução Nº 2 de 1 de julho de 2015 traz a seguinte concepção de docência:

§ 1º Compreende-se a docência como ação educativa e como processo pedagógico intencional e metódico, envolvendo conhecimentos específicos, interdisciplinares e pedagógicos, conceitos, princípios e objetivos da formação que se desenvolvem na construção e apropriação dos valores éticos, linguísticos, estéticos e políticos do conhecimento inerentes à sólida formação científica e cultural do ensinar/aprender, à socialização e construção de conhecimentos e sua inovação, em diálogo constante entre diferentes visões de mundo.

A partir do exposto, a concepção de ensino de língua(gem) deste documento fundamenta-se no entendimento de que muito mais do que ensinar sobre sistemas linguísticos, o professor de línguas precisa compreendê-las enquanto fenômenos e manifestações socioculturais e ideológicas, para que, motivado por essa compreensão, saiba lidar adequadamente com as múltiplas realidades linguísticas que permeiam as práticas sociais.

3.1.5 Objetivo geral

Formar professores capazes de atuar em diferentes contextos de ensino, pautados na perspectiva dialógica de estudo e trabalho com a língua(gem).

3.1.6 Objetivos específicos

- Formar professores capazes de analisar as diversas perspectivas teórico-metodológicas, para que possam pautar suas práticas pedagógicas nos aportes que melhor atendam às demandas de cada contexto e conteúdo de ensino.
- Propiciar conhecimento científico e acadêmico da Língua Portuguesa e Língua Inglesa em seus aspectos linguísticos e discursivos, a fim de possibilitar o domínio dos usos da linguagem nas modalidades oral e escrita, em relação à produção e à leitura de textos, e conhecimento para atuar no processo de ensino e aprendizagem de língua(gens) nessa perspectiva linguístico-discursiva.
- Possibilitar a produção de conhecimento sobre Literaturas de Língua Portuguesa e Língua Inglesa, observando: sua materialidade em manifestações de época e gêneros diversos, canonizadas ou não; os fundamentos teórico-críticos que colaboram para sua leitura, análise e interpretação; seus desdobramentos, recepção e possibilidades de trabalho na Educação Básica.
- Formar para o domínio dos conteúdos curriculares objetos do processo de ensino e aprendizagem de língua(gens), considerando a perspectiva dialógica de linguagem: leitura e produção de textos orais e escritos, análise linguística e discursiva, pelo viés da gramática e da análise linguística, das mais diversas materialidades linguísticas.
- Possibilitar conhecimento científico e acadêmico para pautar as práticas pedagógicas adequadas à responsabilidade social, humana, educacional e ética de cada contexto social, histórico e ideológico.
- Propiciar a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, a fim de contribuir para a formação e atuação do professor na Educação Básica.
- Fornecer subsídios que possibilitem aos professores em formação analisar criticamente aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais, tendo consciência de sua responsabilidade social enquanto formadores de opinião.

4. METODOLOGIA DE ENSINO E APRENDIZAGEM

4.1 INDISSOCIABILIDADE ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

A universidade representa um espaço relevante de desenvolvimento humano, científico-tecnológico e social, tendo como horizonte a formação humana, pautada em princípios democráticos, dialógicos e transformadores da sociedade, a partir de paradigmas epistemológicos integrados, cada vez mais, em uma visão sistêmica de fazer científico e interpretação da realidade. Tal integração encontra-se contemplada no artigo 207 da Constituição Brasileira, ao pôr em relevo a atribuição das universidades no que tange à gestão de atividades de ensino, pesquisa e extensão de modo a garantir a integração, sistematização, difusão e transformação do conhecimento por meio da articulação entre teoria e práxis social, conforme “Art. 207. As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” (BRASIL, 1988).

Nessa perspectiva, constitui-se uma dinâmica, através da qual a pesquisa produz e/ou aprimora conhecimentos, que, por sua vez, são difundidos por intermédio do ensino e da

extensão. Assim, ensino, pesquisa e extensão balizam-se na formação universitária de forma interdependente, complementar e sistêmica.

Em consonância com esse ditame, a UNESPAR destaca como um de seus princípios direcionadores a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, ressaltando que sua missão incide não apenas na promoção do conhecimento, mas também na sua produção, com o fim de promover a cidadania e o desenvolvimento humano. O *Plano de Desenvolvimento Institucional da UNESPAR (PDI)* aponta que:

A Universidade Estadual do Paraná tem por missão gerar e difundir o conhecimento científico, artístico-cultural, tecnológico e a inovação, nas diferentes áreas do saber, para a promoção da cidadania, da democracia, da diversidade cultural e do desenvolvimento humano e sustentável, em nível local e regional, estadual e nacional e internacional (PDI, 2011, p. 31).

O modelo de universidade defendido no PDI e PPI da UNESPAR, dentro de um escopo mais amplo, e que se capilariza nos pressupostos teórico-metodológicos deste PPC, concebe o processo educativo ocorrido no ensino superior que contempla a formação em duas dimensões: a de um profissional voltado ao mundo do trabalho e suas contingências pragmáticas e a formação do sujeito histórico dentro do escopo das Humanidades, entre outros matizes, a consciência da responsabilidade social do profissional docente.

Tal compromisso ético materializa-se também nas atividades da extensão que, por sua vez, ao articular diferentes atores sociais, busca a difusão e a disseminação dos conhecimentos produzidos pela pesquisa a fim de que estes se tornem acessíveis à sociedade, possibilitando aos discentes uma formação teórico-crítica pautada na práxis e uma transformação social.

Do ponto de vista teórico-metodológico, portanto, este Projeto Pedagógico de Curso corrobora a visão de Martins sobre a constituição do ensino superior como a síntese de três processos:

processos de transmissão e apropriação do saber historicamente sistematizado, **a pressupor o ensino**; processos de construção do saber, **a pressupor a pesquisa** e os processos de objetivação ou materialização desses conhecimentos, **a pressupor a intervenção sobre a realidade** e que, por sua vez, retornam numa dinâmica de retro-alimentação do ensino e da pesquisa (MARTINS, 2008, p. 77).

Coadunado a essa perspectiva, o Curso de Letras Português/Inglês e Respectivas Literaturas visa ao diálogo interdisciplinar como meio para articular teoria e práxis social no tripé Ensino-Pesquisa-Extensão, de modo a possibilitar o trabalho e integração entre as diferentes disciplinas do curso, bem como com disciplinas de outros cursos, sobretudo, o de História. Dessa forma, prevê-se a participação docente do curso com conteúdos afins em forma de palestras e/ou aulas magnas. Ao promover a articulação do ensino e pesquisa, da pesquisa e extensão, e da extensão e ensino, contribui para uma formação acadêmica aberta à produção do conhecimento científico, a partir das demandas sociais contemporâneas, com vistas à interação entre sociedade e universidade. A articulação, reflexão e (re)construção de saberes visam, nesse sentido, a uma práxis pedagógica, que vislumbra uma permanente análise diagnóstica e formativa dos processos de ensino e de aprendizagem, incluindo os pressupostos teóricos que fomentam os procedimentos metodológicos de apropriação dos saberes em cada

área do conhecimento, de forma dialética, o que implica um trabalho multidisciplinar em que língua, literatura e história poderão compor um verdadeiro tripé da articulação entre diferentes saberes que se integram e complementam.

Ademais, com vistas a assegurar a Meta 12.7 do Plano Nacional de Educação (PNE/2014-2024), que prevê, pelo menos, 10% do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em projetos de extensão universitária, ficam definidas as seguintes atividades: SELLP (Seminário de Estudos Linguísticos e Literários de Paranavaí), realizado no formato de Semana de Letras, com palestras, minicursos e comunicações individuais, com o total de 20h extracurriculares (preferencialmente, ao final do primeiro semestre de cada ano letivo); Varal Literário: com a divulgação da produção literária (poesias, contos, crônicas) tanto de acadêmicos, quanto da comunidade externa (no decorrer do segundo semestre de cada ano letivo), com carga-horária de 12h extracurriculares), além de projetos de extensão desenvolvidos pelos professores do colegiado, bem como de aulas-magnas, abertas à comunidade externa com carga-horária de 04 horas extracurriculares.

Tomando como princípio a relação entre teoria e prática já explicitada, compreendemos o Estágio Curricular Supervisionado como atividade propiciadora da práxis, na qual pode ocorrer a efetivação do processo de formação inicial. De acordo com Pimenta e Lima,

o papel das teorias é o de iluminar e oferecer instrumentos e esquemas para análise e investigação, que permitam questionar as práticas institucionalizadas e as ações dos sujeitos e, ao mesmo tempo, se colocar elas próprias em questionamento, uma vez que as teorias são explicações sempre provisórias da realidade (PIMENTA; LIMA, 2006, p. 12).

Este documento propõe-se a balizar a concepção mais ampla de estágio, cujas especificidades são normatizadas pelo Regulamento de Estágio, sob orientação do Regulamento Geral de Estágios da UNESPAR.

Além do Estágio Curricular Supervisionado, é preciso que se definam, neste PPC, as diretrizes para a efetivação das horas dedicadas às atividades de Prática como Componente Curricular (PCC). Assim como a carga horária do estágio, as horas designadas por PCC foram instituídas e regulamentadas pela Resolução CNE/CP n. 2, de 19 de fevereiro de 2002 e, apesar da publicação em 2015 de novas Diretrizes Curriculares Nacionais para Formação Inicial, por meio da Resolução CNE/CP n. 2, de 9 de junho de 2015, sua natureza, bem como duração, não foram alteradas, sendo, portanto, de 400 horas distribuídas ao longo de todo o processo formativo.

O que está na base da proposição de 400 horas de PCC é, mais uma vez, a percepção de que a formação docente, para além da dicotomia entre teoria e prática, deve propor a real articulação entre essas duas dimensões. De acordo com o Parecer CNE/CP nº 28/2001,

A prática como componente curricular é, pois, uma prática que produz algo no âmbito do ensino. Sendo a prática um trabalho consciente (...) de apoio do processo formativo, a fim de dar conta dos múltiplos modos de ser da atividade acadêmico-científica. Assim, ela deve ser planejada quando da elaboração do projeto pedagógico e seu acontecer deve se dar desde o início da duração do processo formativo e se estender ao longo de todo o seu processo. Em articulação intrínseca com o estágio supervisionado e com as atividades de trabalho

acadêmico, ela concorre conjuntamente para a formação da identidade do professor como educador (BRASIL, 2001, p. 9).

É importante pontuar a diferença entre as atividades de estágio supervisionado e as de PCC, pois, enquanto as primeiras preveem uma permanência *in loco* no futuro espaço de exercício profissional sob a supervisão de um professor da área, as segundas objetivam uma maior aproximação do licenciando com o espaço escolar e com sua futura profissão, o que não acarreta, necessariamente, a observação direta em escolas. Sobre essa distinção, o Parecer CNE/CES nº 15/2005 diz:

As atividades caracterizadas como **prática como componente curricular podem ser desenvolvidas como núcleo ou como parte de disciplinas ou de outras atividades formativas**. Isto inclui as disciplinas de caráter prático relacionadas à formação pedagógica, mas não aquelas relacionadas aos fundamentos técnico-científicos correspondentes a uma determinada área do conhecimento. Por sua vez, **o estágio supervisionado é um conjunto de atividades de formação, realizadas sob a supervisão de docentes da instituição formadora, e acompanhado por profissionais**, em que o estudante experimenta situações de efetivo exercício profissional. O estágio supervisionado tem o objetivo de consolidar e articular as competências desenvolvidas ao longo do curso por meio das demais atividades formativas, de caráter teórico ou prático (BRASIL, 2005, p. 3 - grifos nossos).

5. AVALIAÇÃO DE APRENDIZAGEM

5.1 DIMENSÃO AVALIATIVA

A concepção de ensino de língua(gem) e literaturas adotada neste PPC compreende a avaliação como um processo por meio do qual são avaliadas todas as ações pedagógicas planejadas, levando-se em consideração o nível de aprendizagem e de desenvolvimento em que os estudantes se encontram, podendo subsidiar a (re)organização das práticas formativas.

Nessa perspectiva, cientes de que tal concepção de avaliação vincula-se a outras concepções norteadoras deste PPC e também ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e ao Projeto Político Institucional (PPI) da UNESPAR, defendemos que as práticas avaliativas podem contribuir para o desenvolvimento do sujeito, sendo, portanto, uma parte integrante do processo de formação, possibilitando o diagnóstico de lacunas e a análise dos resultados alcançados, considerados os objetivos previstos e a identificação das mudanças de percurso eventualmente necessárias, conforme consta no PPI da UNESPAR:

A avaliação define-se como o momento de expressão da síntese relativo ao trabalho desenvolvido pelos professores e alunos para a apreensão de um novo conhecimento. Deve se manifestar envolvendo o processo ensino aprendizagem, levando em consideração as atividades desenvolvidas em sala de aula e/ou fora dela, de acordo com o plano de ensino do professor. A avaliação necessita expressar a

relação entre o cotidiano e o científico, o teórico e o prático, marcando uma nova relação com o conteúdo em relação ao que havia no início do processo, evidenciando um grau mais elevado de compreensão da realidade. O resultado da avaliação deve ainda contribuir para repensar as práticas pedagógicas desenvolvidas pelos professores, subsidiando a melhoria dos cursos (UNESPAR, 2012, p.18-19).

Dada a definição delimitada *a priori*, é relevante que os professores sejam capazes de buscar uma coerência entre as concepções de aprendizagem, de ensino e de avaliação adotadas em nossa prática pedagógica. Nesse sentido, a prática avaliativa na proposta deste PPC alinha-se ao objetivo central do processo avaliativo do PDI e do PPI, qual seja, orientar o trabalho docente na perspectiva de favorecer a aprendizagem, situando o estudante quanto ao estágio de desenvolvimento em que se encontra e as mudanças que precisam ocorrer em relação ao que ainda poderá atingir.

Pautados nessa concepção, os Planos de Ensino do Colegiado de Letras, em consonância com o PDI e PPI, explicitam as diferentes modalidades avaliativas, bem como a diversificação dos instrumentos utilizados em cada uma das disciplinas do Curso.

A perspectiva de avaliação assumida neste PPC tem como fim contribuir para o processo de formação, humana e profissional, com vistas ao desenvolvimento das capacidades necessárias para a prática docente, além de servir como um instrumento para a melhoria dos padrões de qualidade da instituição e fundamentais para a efetivação de seus objetivos educacionais.

5.1.1 Avaliações do Corpo Docente e da Disciplina

As avaliações do corpo docente são realizadas, institucionalmente, pela Comissão Permanente de Avaliação (CPA), bem como, na instância do curso, por meio de diagnósticos da Coordenação e do NDE, junto aos estudantes a fim de obter dados, acerca das disciplinas e professores, que possam contribuir para orientar e fundamentar análises e proposições com vistas ao atendimento do que consta neste PPC quanto à formação do perfil profissional do egresso.

5.1.2 Avaliações Externas

A avaliação educacional externa feita pelo INEP já assume um lugar de destaque na agenda das políticas públicas de educação no Brasil, sendo um mecanismo importante de avaliação externa. Juntamente com as outras avaliações, contribuirá para possíveis reformulações do programa do curso.

6. PERFIL DO PROFISSIONAL - FORMAÇÃO GERAL

6.1 PERFIL DO INGRESSANTE

Uma das principais características a constituir uma identidade diferenciada para a UNESPAR com relação ao perfil do ingressante, que pode ser observada no contexto específico do *campus* de Paranavaí, notadamente, no curso de graduação em Letras Português/Inglês e Respectivas Literaturas, é a condição social de nossos estudantes. A imensa maioria é constituída por trabalhadores, muitos com baixa renda, advindos da escola pública, com pouca escolaridade na família, sendo que boa parte reside em municípios vizinhos, dependendo de transporte complementar para garantir seu acesso à universidade.

O dado em questão está longe, no entanto, de representar qualquer demérito, ou motivo para a construção de uma proposta curricular que preze por certa atenuação das atividades e disciplinas envolvidas no currículo. Ao contrário, ele deve ser compreendido a partir de seus aspectos positivos. Se o perfil da maioria de nossos estudantes é caracterizado por dificuldades sociais e problemas de baixa escolaridade, por outro lado, sua inserção precoce no mercado de trabalho possibilita já uma vivência vantajosa, em termos de experiência concreta, de seus processos e mecanismos. Além disso, o fato de serem predominantemente oriundos da Escola Pública realça sua sensibilidade e compreensão do ambiente em que a maioria exercerá suas práticas docentes ao concluir o curso de licenciatura. Ademais, se há defasagem na formação básica do ingressante, isso significa que nossos esforços e comprometimento – tanto de professores quanto de alunos – devem ser dobrados, para que eventuais lacunas sejam preenchidas e não se perpetue o problema de se formar docentes que apresentarão, em sua atuação na sociedade, as mesmas dificuldades que, muitas vezes, eles próprios experimentaram enquanto alunos da Educação Básica.

Ademais, busca-se também o desdobramento de ações voltadas ao acesso e à permanência dos estudantes e, para tanto, o curso de Letras Português/Inglês e Respectivas Literaturas ofertará, anualmente, monitorias voltadas ao público trabalhador e dividirá as turmas nas disciplinas de Língua Inglesa, dado o significativo número de evasões motivadas pelo descompasso entre a formação básica, bem como as defasagens que dela advém, e as exigências do Ensino Superior.

6.2 PERFIL DO EGRESSO

O perfil de egressos, considerando-se, de forma integrada, o detalhamento arrolado na *concepção, finalidade e objetivos* do Curso, vislumbra, por um lado, a expectativa de que o licenciado compreenda que toda formação constitui-se um processo contínuo, autônomo e permanente, em face das transformações históricas e sociais que reverberam e influenciam concepções, teorias e práticas educacionais, que por sua vez afetam o mundo do trabalho.

Por outro lado, espera-se que o licenciado ratifique o compromisso ético, a responsabilidade social e educacional, a partir de uma reflexão permanente sobre o papel da linguagem como veículo de acesso ao conhecimento científico, à grandeza da Arte, à expressão da subjetividade e das relações intersubjetivas, mas, também, de sua relação com o ensino e a aprendizagem como meio de inserção e integração social e exercício de cidadania e direitos humanos, promoção de visibilidade da diversidade cultural, da emergência das vozes das minorias étnico-raciais e das relações de gênero, da pessoa com deficiência, dos excluídos, das lutas de classe, da consciência política de trabalhadores e trabalhadoras da educação, das causas ambientais e demais demandas da sociedade brasileira contemporânea.

Constituem, ainda, indicadores do perfil de egresso a ser licenciado por este Curso de Letras:

- a) Capacidade linguística e discursiva da Língua Portuguesa e da Língua Inglesa em diferentes situações de enunciação.
- b) Reflexão analítica e crítica sobre a língua e a linguagem como código/estrutura, funcionamento, como fenômeno social, discursivo, ideológico e cultural, em manifestações de escrita e oralidade.
- c) Consciência das variedades linguísticas constituídas em sua significação social e cultural.
- d) Proficiência em leitura e produção de gêneros em diferentes situações discursivas.

- e) Proficiência de leitura e autoletramento literário.
- f) Análise crítica da Literatura em seus elementos estéticos, sociais e suas relações com o ensino.
- g) Trânsito por diferentes perspectivas teórico-metodológicas da investigação linguística e literária, sua práxis e respectivas transposições para a prática didática, de acordo com cada contexto de ensino e aprendizagem.
- h) Estabelecimento de diálogos transdisciplinares com outras áreas do conhecimento.

7. ESTRUTURA CURRICULAR – CURRÍCULO PLENO

DESDOBRAMENTO DAS ÁREAS/MATÉRIAS EM DISCIPLINAS				
Área/Matéria	Código	Disciplinas	C/H	H/A
1. de Formação GERAL	1	Língua Portuguesa I	120	144
	2	Língua Portuguesa II	120	144
	3	Língua Portuguesa III	120	144
	4	Língua Inglesa I	120	144
	5	Língua Inglesa II	120	144
	6	Língua Inglesa III	120	144
	7	Língua Inglesa IV	90	108
	8	Língua Brasileira de Sinais - Libras	60	72
	9	Estudos Literários I	120	144
	10	Estudos Literários II	60	72
	11	Língua Latina e Introdução à Literatura Latina	120	144
	12	Literatura Brasileira I	120	144
	13	Literatura Brasileira II	120	144
	14	Literatura Portuguesa I	60	72

	15	Literatura Portuguesa II	60	72
	16	Literaturas de Língua Inglesa I	60	72
	17	Estudos Literários em Língua Inglesa	60	72
	18	Linguística I	120	144
	19	Linguística II	120	144
	20	Linguística III	90	108
	21	Didática	60	72
	22	Política Educacional Brasileira	60	72
	31	Seminário de Estágio Supervisionado de Língua Portuguesa no Ensino Fundamental	90	108
	32	Seminário de Estágio Supervisionado de Língua Inglesa no Ensino Fundamental	90	108
	33	Seminário de Estágio Supervisionado de Língua Portuguesa no Ensino Médio	90	108
	34	Seminário de Estágio Supervisionado de Língua Inglesa no Ensino Médio	90	108
Subtotal			2.460	2.952
2. de Formação DIFERENCIADA	24	Literatura Infanto-Juvenil	120	144
Subtotal			120	144
3. Disciplinas Optativas	23	Literaturas Africanas em Língua Portuguesa	60	72
	25	Estratégias de Leitura em Língua Inglesa		
	26	Metodologia do Ensino da Literatura		

	27	Literatura Universal		
	28	Oficina de Teatro		
	29	Mitologia Grego-Romana		
	30	Metodologia Orientacional Docente para a Inclusão em Sala de Aula		
Subtotal			60	72
Estágio	36	Estágio Supervisionado de Língua Portuguesa no Ensino Fundamental	200	
	37	Estágio Supervisionado de Língua Portuguesa no Ensino Médio e Superior	200	
	38	Estágio Supervisionado de Língua Inglesa no Ensino Fundamental	200	
	39	Estágio Supervisionado de Língua Inglesa no Ensino Médio e Superior	200	
Subtotal			800	
Atividades Acadêmicas Complementares			200	
Subtotal			200	
TOTAL			3.640	3.168

8. DISTRIBUIÇÃO ANUAL DAS DISCIPLINAS

C Ó D I G O	Nome da Disciplina	P R É - R E Q U I S I T O	C Ó D I G O	Carga Horária				Forma de Oferta	
				T E Ó R I C A	P R Á T I C A	E X T E N S Ã O	S* E M I P R E S E N C I A L	S E M E S T R A L	A N U A L
1º ano									
1	Língua Portuguesa I	X		90	30				(A)
4	Língua Inglesa I	X		90	30				(A)
18	Linguística I	X		90	30				(A)
9	Estudos Literários I	X		120					(A)
11	Língua Latina e Introdução à Literatura Latina	X		90	30				(A)
Subtotal				480	120				
2º ano									
Cod	Nome da disciplina								
2	Língua Portuguesa II			60	30		30		(A)
5	Língua Inglesa II			60	30		30		(A)
19	Linguística II			90	30				(A)
10	Estudos Literários II			60					(A)
24	Literatura Infanto- Juvenil			90	30				(A)
21	Didática			60					(A)
22	Política Educacional Brasileira			60					(A)
Subtotal				480	120		60		
3º ano									

3	Língua Portuguesa III		60	30		30		(A)
6	Língua Inglesa III		60	30		30		(A)
8	Língua Brasileira de Sinais - Libras		60					(A)
12	Literatura Brasileira I		120					(A)
14	Literatura Portuguesa I		60					(A)
16	Literaturas de Língua Inglesa		60					(A)
31	Seminário de Estágio Supervisionado de Língua Portuguesa no Ensino Fundamental	1 e 2.	90					(A)
33	Seminário de Estágio Supervisionado de Língua Inglesa no Ensino Fundamental	4 e 5.	90					(A)
Subtotal			600	60		60		
36	Estágio Supervisionado de Língua Portuguesa no Ensino Fundamental		200					(A)
38	Estágio Supervisionado de Língua Inglesa no Ensino Fundamental		200					(A)
4º ano								
4	Linguística III		60	30				(A)
7	Língua Inglesa IV		60	30				(A)
13	Literatura Brasileira II		120					(A)
15	Literatura Portuguesa II		60					(A)
17	Estudos Literários em Língua Inglesa		60					(A)
	Disciplina Optativa		60					(A)
32	Seminário de Estágio Supervisionado de Língua Portuguesa no Ensino Médio	1, 2 e 3	90					(A)
34	Seminário de Estágio Supervisionado de Língua Inglesa no Ensino Médio	4, 5 e 6	90					(A)
Subtotal			600	60				

Estágio Supervisionado de Língua Portuguesa no Ensino Médio e Superior	200		(A)
Estágio Supervisionado de Língua Inglesa no Ensino Médio e Superior	200		(A)
TOTAL/TIPO DE CARGA HORÁRIA	2220	420	
Estágio Curricular Supervisionado	800		
Atividades Acadêmicas Complementares	200		
TOTAL GERAL			3.640

9. EMENTÁRIO DAS DISCIPLINAS E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES

1º ano

Disciplina	Língua Portuguesa I - Morfologia		
C/H Total	120/144h		
C/H TEÓRICA: 3	C/H PRÁTICA: 1	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:
<p>EMENTA: Estudo da estrutura e dos processos de formação de palavras de língua portuguesa; classificação das palavras a partir de critérios formais, semânticos e funcionais. Flexão verbal e flexão nominal. Análises morfológicas do português em uso. Problemas da classificação tradicional.</p>			
<p>REFERÊNCIAS: BECHARA, E. Moderna gramática portuguesa. Curso de 1º e 2º graus. 22 ed. São Paulo: Nacional, 1977. BECHARA, E. Lições de português pela análise sintática. 11 ed. Rio de Janeiro: GRIFO, 1978. BECHARA, E. Moderna gramática portuguesa. 37 ed rev e compl. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999. BORBA, F.S. Teoria sintática. São Paulo: EDUSP, 1979. BORBA, F.S. Uma gramática de valências para o português. São Paulo: Ática, 1996. CAMARA JR, J.M. Dispersos. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1975. CAMARA JR, J.M. Princípios de linguística geral. 4 ed rev. Edição aumentada. Rio de Janeiro: Livraria acadêmica, 1975. CAMARA JR, J.M. Problemas de linguística descritiva. Petrópolis: Vozes, 1981. CAMARA JR, J.M. Estrutura da língua portuguesa. Petrópolis: Vozes, 1982. CAMARA JR, J.M. História e estrutura da língua portuguesa. 3 ed. Rio de Janeiro: Padrão, 1979. CASTILHO, A.T. Para o estudo das unidades discursivas do português falado. In: CASTILHO, A.T. Gramática do português falado. 1989, p 249-280. CASTILHO, A.T. Problemas de descrição da língua falada. In: D.E.L.T.A. (1): 47-71, 1994. CASTILHO, A.T. Um ponto de vista funcional sobre a predicação. In ALFA 38, 75-96, 1994.</p>			

CUNHA, C.F. **Gramática do português contemporâneo**. 3 ed. Belo Horizonte: Bernardo Alvares, 1972.

CUNHA, C.; CINTRA, L. **Nova gramática do português contemporâneo**. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

CUNHA, C.F. **Gramática da língua portuguesa**. 12 ed. Rio de Janeiro: MEC/FENAME, 1990.

IGNÁCIO, S.E.; HINTZE, A.C. **Encontro dos membros do GT: definindo rumos de pesquisa**. ANPOL: Niterói de 4 a 7 de junho de 2000.

KATO, M. **Formas de funcionalismo na sintaxe**. D.E.L.T.A. 14 (número especial), 1998, p 145- 168.

KOCH, I.V. **O texto e a construção dos sentidos**. 2 ed. São Paulo: Contexto (Caminhos da Linguística), 1998.

LEMLE, M. **Análise sintática. Teoria geral da descrição do português**. São Paulo: Ática, 1984.

NEVES, M.H.M.N. **A gramática funcional**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

PERINI, M.A. **Gramática gerativa: introdução ao estudo da sintaxe portuguesa**. 2 ed. Belo Horizonte: Vigília, 1985.

PERINI, M.A. **Gramática descritiva do português**. São Paulo: Ática, 1995.

ROCHA LIMA, C.H. **Gramática normativa da língua portuguesa**. 15 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1972.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ANDRADE, Maria Margarida de & HENRIQUES, Antonio. **Língua Portuguesa. Noções Básicas para cursos Superiores**. São Paulo: Atlas S.A., 1989.

GARCIA, Othon M. **Comunicação em Prosa Moderna**. 16.^a ed. Rio de Janeiro: Ed. da Fund. Getúlio Vargas, 1978.

GUIMARÃES, Elisa. **A articulação do texto**. São Paulo: Ática, 1990. (Série Princípios, n.º 182).

KOCH, Ingedore G. V. **A coesão textual**. São Paulo: Contexto, 1989.

_____. **A coerência textual**. São Paulo: Contexto, 1989.

LUFT, Pedro Luft. **Novo Manual de Português**. São Paulo, Editora Globo, 1990.

NICOLA, José de & INFANTE, Ulisses. **Gramática Contemporânea da Língua Portuguesa**. São Paulo: Scipione, 1991.

PLATÃO & FIORIN. **Para entender o texto**. São Paulo: Ática, 1990.

SERAFINI, Maria Tereza. **Como escrever textos**. São Paulo: Ática, 1985.

VIANA, A. Carlos (coord.) **Roteiro de Redação: lendo e argumentando**. São Paulo: Scipione, 1998.

Disciplina	Língua Inglesa I		
C/H Total	120/144h		
C/H TEÓRICA: 3	C/H PRÁTICA: 1	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:
EMENTA: Teoria e prática de leitura em Língua Inglesa para o desenvolvimento das habilidades de recepção e reprodução textual dentro de uma concepção de linguagem como mecanismo de interação (gramática em nível básico).			
REFERÊNCIAS:			

RICHARDS, Jack; HULL, Jonathan; PROCTOR, Susan. **Interchange 1**. 4th edition. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

RICHARDS, Jack; HULL, Jonathan; PROCTOR, Susan. Notebook **Interchange 1**. 4th edition. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

RICHARDS, Jack; HULL, Jonathan; PROCTOR, Susan. **Interchange Intro**. 4th edition. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

RICHARDS, Jack; HULL, Jonathan; PROCTOR, Susan. **Notebook Interchange Intro**. 4th edition. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ALEXANDER, L.G. **Longman English Grammar**. 9. ed., New York, 1992. 374 p.

MARTINS, Elisabeth Prescher & PASQUALIN, Ernesto & AMOS, Eduardo. **Graded English**. São Paulo: Moderna, 1993.394 p.

TORRES, Nelson. **Gramática Prática da Língua Inglesa**. O Inglês Descomplicado. São Paulo: Saraiva, 1993.463 p.

BACKER, Ann. **Ship or Sheep? Introducing English Pronunciation**. London, Cambridge University Press, 1977. 229 p.

BEAUMONT, Digby & GRANGER, Colin. **The Heinemann English Grammar**. An Intermediate Reference and Practice Book Oxford, Heinemann, 1992. 352 p.

ENGLISH DEPARTAMENT N. C. At The University of Birmingham. **Collins Couild English Grammar**. London, Collins Publishers, 485 p.

ENGLISH DEPARTAMENT AT THE UNIVERSITY OF BIRMINGHAM. **Collins Cobuild English Language Dictionary**. London, Collins Publishers, 1703 p.

HARTLEY, Bernard & UINEY, Peter. **Streamline English**. Departures: units 1-80. 6. ed. Oxford University Press, 1984.

LIZ e John Soars. Headway. **Elementary**. Ed. Oxford University Press, 1996.

LIZ, John Soars. Headway. **Pre-Intermediate**. Ed. Oxford University Press, 1996.

LIZ, & John Soars. New Headway. **Intermediate**. Ed. Oxford University Press, 2001.

Lunn, Manuel. **Refections**. London, Macmillian Education LTD, 1994.

MURPHY, R. English **Grammar in Use: a self study reference and practice book for intermediate students**. 2 Nd edition. Cambridge: Cambridge University Press. 1994.

Disciplina	Linguística I - Fonética, Fonologia e as Teorias Formalistas		
C/H Total	120/144h		
C/H TEÓRICA: 3	C/H PRÁTICA: 1	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:
EMENTA: Fonética; fonologia; uma breve contextualização dos estudos pré-saussurianos, bem como dos pressupostos de Saussure e do Estruturalismo; Gerativismo.			
REFERÊNCIAS:			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
BORBA, Francisco da Silva. Introdução aos Estudos Linguísticos . São Paulo: Companhia Editora Nacional.			
CÂMARA, Joaquim Mattoso. Estrutura da língua portuguesa . Editôra Vozes, 1970.			
CHALHUB, Samira. Funções da Linguagem . São Paulo: Editora Ática, 2011.			

COLOMBAT; B.; FOURNIER, J-M.; PUECH, C. **Uma história das ideias linguísticas**. Tradução de Jacqueline Léon e Marli Quadros Leita. São Paulo: Contexto, 2017.

SILVA, Thaís Cristófar. **Fonética e fonologia do português: roteiro de estudos e guia de exercícios**. Contexto, 2010.

MIKAELA, Roberto. **Fonologia, fonética e ensino: guia introdutório**. São Paulo: Parábola, 2016.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de Linguística Geral**. 28. Ed. Organizado por Charles Bally e Albert Sechehaye. Colaboração de Albert Riedinger. São Paulo: Cultrix, 2016.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

LOPES, Edward. **Fundamentos da Linguística Contemporânea**. São Paulo: Cultrix, 1999.

MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina (orgs). **Introdução à Linguística: Domínios e fronteiras**. São Paulo: Cortez, 2001.

MARTELOTTA, Mário Eduardo (Org.). **Manual de Linguística**. São Paulo: Contexto, 2009.

NORMAND, Claudine. **Convite à linguística**. São Paulo: Contexto, 2015.

POTTIER, Bernard; ALBERT, Albert; PAIS, Cidmar Teodoro. **Estruturas Linguísticas do Português**. 2ª ed. Difusão Europeia do Livro, revista e ampliada, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

SAPIR, Edward. **Linguística como Ciência, ensaios, seleção, tradução**. Notas de J. Mattoso Câmara Junior. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1961.

SILVA, Rosa Virginia Mattos. **O português são dois: novas fronteiras, velhos problemas**. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

Disciplina	Introdução aos Estudos Literários-Teoria da literatura		
C/H Total	120/144h		
C/H TEÓRICA: 4	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:
EMENTA: Estudo da Teoria da Comunicação Literária; Origens, Evolução, Conceituação e Funções da Literatura.			
REFERÊNCIAS: BIBLIOGRAFIA BÁSICA: AGUIAR E SILVA, V.M. de. Teoria da Literatura . Coimbra Almedina, 1991. BORDINI, Maria da Glória e Vera Teixeira de Aguiar. Literatura: a formação do leitor: alternativas metodológicas . Porto Alegre: Mercado Aberto, 1993. BOSI, Alfredo. História Concisa da Literatura Brasileira . São Paulo: Cultrix, 1977 BOSI, Alfredo. Reflexões sobre a arte . São Paulo: Ática, 1995. CALVINO, Ítalo. Seis propostas para o próximo milênio . São Paulo: Cia das Letras, 1990.			

COELHO, Nelly Novais. **Literatura e Linguagem**. São Paulo: Quiron, 1976.
 EAGLETON, Terry. **Teoria da Literatura: uma introdução**. SP: Martins Fontes, 2003.
 TAVARES, Hênio. **Teoria Literária**. Belo Horizonte: Itatiaia, 2002.
 Teoria Literária: **abordagens históricas e tendências contemporâneas**. Organização Thomas Bonnici, Lúcia Osana Zolin. 3. Ed. Ver. E amp. – Maringá: Eduem, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. Introdução e tradução do russo Paulo Bezerra; prefácio à edição francesa Tzvetan Todorov. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
 BARTHES, Roland. [et al.] **Análise estrutural da narrativa**. Trad. Maria Zélia Barbosa Pinto. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
 CANDIDO, Antonio. **Na sala de aula: caderno de análise literária**. 8.ed. – São Paulo: Ática, 2009.
 COMPAGNON, Antoine. **O demônio da teoria: literatura e senso comum**. Tradução de Cleonice Paes Barreto Mourão, Consuelo Fontes Santiago. – Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001.
 ECO, Umberto. **Sobre a literatura**. Rio de Janeiro: Record, 2003.
 FREADMAN, Richard; MILLER, SEUMAS. **Re-pensando a teoria: uma crítica da teoria literária contemporânea**. Trad. Aguinaldo José Gonçalves, Álvaro Hattner. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1994.
 LUKÁCS, Georg. **A teoria do romance: um ensaio histórico filosófico sobre as formas da grande épica**. Trad. José Marcos Mariani de Macedo. São Paulo: Duas cidades; Ed. 34, 2000.
 MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Cultura, arte e literatura: textos escolhidos**. Trad. de José Paulo Netto e Miguel Makoto Cavalcanti Yoshida. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
 SARTRE, Jean-Paul Sartre. **Que é a literatura?** Trad. Carlos Felipe Moisés. São Paulo: Editora Ática, 1999.

Disciplina	Língua Latina e Introdução à Literatura Latina		
C/H Total	120/144h		
C/H TEÓRICA: 3	C/H PRÁTICA: 1	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:
<p>EMENTA: A sintaxe dos casos latinos, as flexões nominais e verbais; Panorama sobre a história de Roma; Estudo geral da Literatura Latina, as poesias épica, dramática e lírica. Projeto(s) interdisciplinar(es) com a disciplina de Língua Portuguesa III – História e Filologia, bem como a interface com o curso de História no que diz respeito à Antiguidade Clássica.</p>			
<p>REFERÊNCIAS:</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</p> <p>_____. Ars Latina – Volume IV – 2. Petrópolis: Vozes, 1946. ACHCAR, Francisco. Lírica e Lugar Comum. São Paulo: Edusp, 1994. AGUIAR E SILVA, V. M. de. Teoria da Literatura. 3a ed.rév.e aum. Coimbra, Livraria Almedina, 1973. ALMEIDA, Napoleão Mendes de. Gramática Latina. 21 ed. São Paulo Saraiva, 1987.</p>			

ARISTÓTELES. **Poética**. Trad. Eudoro de Souza. São Paulo: Ars Poética, 1992.
 CARDOSO, Zélia de Almeida. **A Literatura Latina**. Mercado Aberto, Porto Alegre, 1989.
 _____. **Iniciação ao Latim**. São Paulo: Editora Ática, 1989.
 COMBA, Pe. Julio. **Programa de Latim**. Vol. I e II, 5. ed. Editora Dom Bosco, 1980.
 FREIRE, Antonio. **Gramática Latina**. 3. ed. Editora Braga, 1983.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

AGUIAR E SILVA, V. M. de. **Teoria da Literatura**. 3a ed.rév.e aum. Coimbra, Livraria Almedina, 1973.
 BEARD, Mary/HENDERSON, John. **Antiguidade Clássica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
 MACHADO, Raul. **Questões de Gramática Latina**. Livraria Clássica Editora. Lisboa, s/d.

2º ano

Disciplina	Língua Portuguesa II – Sintaxe		
C/H Total	120/144h		
C/H TEÓRICA: 2	C/H PRÁTICA: 1	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL: 1 (P)
EMENTA: Estudo da sintaxe da Língua Portuguesa; Frase, Oração e Período; Relações sintagmáticas e os termos da oração; O período composto e sua organização; Coordenação e Subordinação em diferentes perspectivas. Sintaxe de regência, de concordância e de colocação. Problemas da classificação tradicional.			
REFERÊNCIAS: BIBLIOGRAFIA BÁSICA: BECHARA, E. Moderna gramática portuguesa . Curso de 1º e 2º graus. 22 ed. São Paulo: Nacional, 1977. BECHARA, E. Lições de português pela análise sintática . 11 ed. Rio de Janeiro: GRIFO, 1978. BECHARA, E. Moderna gramática portuguesa . 37 ed rev e compl. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999. BORBA, F.S. Teoria sintática . São Paulo: EDUSP, 1979. BORBA, F.S. Uma gramática de valências para o português . São Paulo: Ática, 1996. CAMARA JR, J.M. Dispersos . Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1975. CAMARA JR, J.M. Princípios de linguística geral . 4 ed rev. Edição aumentada. Rio de Janeiro: Livraria acadêmica, 1975. CAMARA JR, J.M. Problemas de linguística descritiva . Petrópolis: Vozes, 1981. CAMARA JR, J.M. Estrutura da língua portuguesa . Petrópolis: Vozes, 1982. CAMARA JR, J.M. História e estrutura da língua portuguesa . 3 ed. Rio de Janeiro: Padrão, 1979.			

CASTILHO, A.T. **Para o estudo das unidades discursivas do português falado.** In: CASTILHO, A.T. **Gramática do português falado.** 1989, p 249-280.

CASTILHO, A.T. **Problemas de descrição da língua falada.** In: D.E.L.T.A. (1): 47-71, 1994.

CASTILHO, A.T. **Um ponto de vista funcional sobre a predicação.** In ALFA 38, 75-96, 1994.

CUNHA, C.F. **Gramática do português contemporâneo.** 3 ed. Belo Horizonte: Bernardo Alvares, 1972.

CUNHA, C.; CINTRA, L. **Nova gramática do português contemporâneo.** 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

CUNHA, C.F. **Gramática da língua portuguesa.** 12 ed. Rio de Janeiro: MEC/FENAME, 1990.

IGNÁCIO, S.E.; HINTZE, A.C. **Encontro dos membros do GT: definindo rumos de pesquisa.** ANPOL: Niterói de 4 a 7 de junho de 2000.

KATO, M. **Formas de funcionalismo na sintaxe.** D.E.L.T.A. 14 (número especial), 1998, p 145- 168.

KOCH, I.V. **O texto e a construção dos sentidos.** 2 ed. São Paulo: Contexto (Caminhos da Linguística), 1998.

LEMLE, M. **Análise sintática.** Teoria geral da descrição do português. São Paulo: Ática, 1984.

NEVES, M.H.M.N. **A gramática funcional.** São Paulo: Martins Fontes, 1997.

PERINI, M.A. **Gramática gerativa: introdução ao estudo da sintaxe portuguesa.** 2 ed. Belo Horizonte: Vigília, 1985.

PERINI, M.A. **Gramática descritiva do português.** São Paulo: Ática, 1995.

ROCHA LIMA, C.H. **Gramática normativa da língua portuguesa.** 15 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1972.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ANDRADE, Maria Margarida de & HENRIQUES, Antonio. **Língua Portuguesa. Noções Básicas para cursos Superiores.** São Paulo: Atlas S.A., 1989.

KOCH, Ingedore G. V. **A coesão textual.** São Paulo: Contexto, 1989.

_____. **A coerência textual.** São Paulo: Contexto, 1989.

LUFT, Pedro Luft. **Novo Manual de Português.** São Paulo, Editora Globo, 1990.

NICOLA, José de & INFANTE, Ulisses. **Gramática Contemporânea da Língua Portuguesa.** São Paulo: Scipione, 1991.

PLATÃO & FIORIN. **Para entender texto.** São Paulo: Ática, 1990.

Disciplina	Língua Inglesa II		
C/H Total	120/144h		
C/H TEÓRICA: 2	C/H PRÁTICA: 1	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL: 1 (P)
EMENTA: Estudo, prática, produção e recepção textual, à luz da concepção da linguagem como mecanismo de interação (gramática em nível básico para pré-intermediário).			
REFERÊNCIAS:			

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

- ALEXANDER, L.G. **Longman English Grammar**. 9. ed., New York, 1992.
 BACKER, Ann. **Ship or Sheep? Introducing English Pronunciation**. London, Cambridge University Press, 1977. 229 p.
 RICHARDS, Jack C. **Interchange 1**. 4th edition. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.
 RICHARDS, Jack C. **Interchange 2**. 4th edition. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.
 TORRES, Nelson. **Gramática Prática da Língua Inglesa**. O Inglês Descomplicado. São Paulo: Saraiva, 1993. 463 p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

- BEAUMONT, Digby & GRANGER, Colin. **The Heinemann English Grammar**. An Intermediate Reference and Practice Book Oxford, Heinemann, 1992. 352 p.
 ENGLISH DEPARTMENT N. C. At The University of Birmingham. **Collins Could English Grammar**. London, Collins Publishers, 485 p.
 ENGLISH DEPARTMENT AT THE UNIVERSITY OF BIRMINGHAM. **Collins Cobuild English Language Dictionary**. London, Collins Publishers, 1703 p.
 HARTLEY, Bernard & UINEY, Peter. **Streamline English**. Departures: units 1-80. 6.ed. Oxford University Press, 1984.
 LIZ, & John Soars. **New Headway**. Intermediate. Ed. Oxford University Press, 2001.
 Lunn, Manuel. **Reflections**. London, Macmillian Education LTD, 1994.

Disciplina	Linguística II – Linguística Aplicada		
C/H Total	120/144h		
C/H TEÓRICA: 3	C/H PRÁTICA: 1	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:
EMENTA: Concepções de Linguagem, de Leitura, de Gramática e de Escrita; Gêneros do Discurso; Gêneros textuais e a metodologia de sequências didáticas; variação linguística e ensino.			
REFERÊNCIAS:			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
BASÍLIO, Margarida. Teoria Lexical . São Paulo: Ática, 2002.			
BORBA, Francisco da Silva. Introdução aos Estudos Linguísticos . São Paulo: Companhia Editora Nacional.			
GERALDI, J. W. O texto na sala de aula . São Paulo: Ática, 1997.			
KOCH, Engedore Grunfield Villaça. Introdução à linguística textual: trajetória e grandes temas . São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009a.			
KOCH; E. G. V.; ELIAS, V. M. Ler e escrever: estratégias de produção textual . São Paulo: Contexto, 2010. p. 31-52.			

SCHNEUWLY, Bernard; DOLZ, Joaquim; et al. **Gêneros orais e escritos na escola**. Campinas: Mercado de Letras, 2004.

SOLÉ, Isabel. **O ensino de estratégia de compreensão leitora**. In: _____. Estratégias de Leitura. Porto Alegre: Artmed, 1998.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BENTES, Anna Christina. Linguística Textual. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina. **Introdução à linguística: domínios e fronteiras 1**. São Paulo: Cortez Editora, 2000.

LOPES, Edward. **Fundamentos da Linguística Contemporânea**. São Paulo: Cultrix
POTTIER, Bernard; ALBERT, Albert; PAIS, Cidmar Teodoro. **Estruturas Linguísticas do Português**. 2ª ed. Difusão Europeia do Livro, revista e ampliada, 2009.

SAPIR, Edward. **Linguística como Ciência, ensaios, seleção, tradução**. Notas de J. Mattoso Câmara Junior. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica

SILVA, Rosa Virginia Mattos. **O português são dois: novas fronteiras, velhos problemas**. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.Z

Disciplina	Teoria da Literatura II		
C/H Total	60/72h		
C/H TEÓRICA: 2	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:

EMENTA:

Estudo da periodização literária do período clássico ao moderno; Estudos teóricos e prática da narrativa, sua estrutura e especificidades.

REFERÊNCIAS:

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

AGUIAR E SILVA, Vítor Manuel de. **Teoria da Literatura**. Coimbra: Almedina, 1991.

ARISTÓTELES. **Arte Retórica e Arte Poética**. Trad. Antonio Pinto Carvalho. Rio de Janeiro: Tecnoprint [s.d].

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. Trad. Maria Ermantina Galvão Gomes Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

_____. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 7.ed. Trad. Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Hucitec, 1995.

BONNICI, Thomas; ZOLIN, Lúcia Osana. (Orgs.) **Teoria literária - Abordagens históricas e tendências contemporâneas**. 2.ed. Maringá: Eduem, 2005.

BOSI, Alfredo. **História concisa da literatura brasileira**. 32. ed. São Paulo: Cultrix, 1994.

_____. **O ser e o tempo da poesia**. São Paulo: Companhia das Letras. 2000.

CALVINO, Ítalo. **Seis propostas para o próximo milênio**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CANDIDO, Antonio. **A formação da literatura brasileira**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975.

EAGLETON, Terry. **Teoria da literatura: uma introdução**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

ISER, Wolfgang. **O ato de leitura: uma teoria do efeito estético**. Trad. Johanes Kretschmer. V. 1, São Paulo: Ed. 34, 1996.

_____. **O ato de leitura: uma teoria do efeito estético**. Trad. Johanes Kretschmer. V.2, São Paulo: Ed. 34, 1999.

JAUSS, Hans Robert. **A história da literatura como provocação à teoria literária**. Trad. Sérgio Tellaroli. São Paulo: Ática, 1994.

LIMA, Luiz Costa. **Teoria da literatura em suas fontes**. 2 v. 2.ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983.

MOISÉS, Massaud. **A criação literária**. 6.ed. São Paulo: Melhoramentos, 1973.

TAVARES, Ênio. **Teoria literária**. Belo Horizonte: Itatiaia, 2002.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

DALVI, Maria Amélia; REZENDE, Neide Luzia; JOVER-FALEIROS, Rita. **Leitura de literatura na escola**. (Orgs.) São Paulo: Parábola, 2013.

JOUVE, Vincent. **Por que estudar literatura?** Trad. Marcos Bagno e Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2012.

Disciplina	Literatura Infanto-Juvenil		
C/H Total	120/144h		
C/H TEÓRICA: 3	C/H PRÁTICA: 1	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:

EMENTA:

Estudo crítico e enfoque diacrônico da produção literária destinada à infância e à juventude. A questão dos direitos humanos (conforme deliberação CEE/PR nº 02/2015), bem como às relativas ao meio-ambiente (conforme deliberação CEE/PR nº 04/2013) e às voltadas à cultura afro-brasileira (conforme deliberação CEE-PR nº 04/2006).

REFERÊNCIAS:

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ABRAMOVICH, Fanny. **Literatura Infantil: gostosuras e bobices**. São Paulo: Scipione, 1997

BETTELHEIM, Bruno. **A Psicanálise dos Contos de Fadas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

BORDINI, Maria da Glória e Vera Teixeira de Aguiar. **Literatura: a formação do leitor: alternativas metodológicas**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1993.

BRAZ, Júlio Emílio. **Lendas negras**. São Paulo: FTD, 2001.

CÂNDIDO, Antonio. **Direitos humanos e literatura**. Disponível em: <<https://bibliasp.org/wp-content/uploads/2014/09/direitos-humanos-e-literatura-por-antonio-candido.pdf>>. Acesso em 04 mai. 2021.

CAMARGO, Luís. **Ilustração do Livro Infantil**. Belo Horizonte. Editora Lê, 1995.

CARRANCA, Adriana. **Malala: a menina que queria ir para a escola**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

COELHO, Nelly Novaes. **Literatura Infantil**. São Paulo: Moderna, 2000.

GÓES, Lúcia Pimentel. **Introdução à Literatura Infantil e Juvenil**. São Paulo: Pioneira, 1991.

KHÉDE, Sonia Salomão (ORG.). **Literatura Infanto-Juvenil: Um gênero polêmico.** Rio de Janeiro: Vozes, 1983.

KIRINUS, Glória. **Criança e Poesia na Pedagogia de Freinet.** São Paulo:Paulinas, 1998.

LAJOLO, Marisa. **Literatura Infantil Brasileira – Histórias.** São Paulo: Ática, 1984.

MACHADO, Maria Clara. **A Aventura do Teatro.** Rio de Janeiro: José Olympio, 1995.

MELLO, Roger. **Carvoeirinhos.** São Paulo: Companhia das Letrinhas, 2009.

PANNUNZIO, Martha Azevedo. **Era uma vez um rio.** Rio de Janeiro: José Olympio, 2020.

REVERBEL, Olga. **Jogos Teatrais na Escola.** São Paulo. Scipione, 1989.

RODARI, Gianni. **Gramática da Fantasia.** São Paulo: Summus Editorial, 1982.

SANTOS, Joel Rufino dos Santos. **Gosto de África: histórias de lá e daqui.** 4 ed. São Paulo: Global, 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

COELHO, Bethy. **Contar histórias: uma arte sem idade.** São Paulo: Ática, 1999.

CUNHA, Maria Antonieta Antunes. **Literatura Infantil – Teoria e Prática.** São Paulo: Ática, 1998.

HELD, Jacqueline. **O Imaginário no Poder – As Crianças e a Literatura Fantástica.** São Paulo: Summus, 1980.

MELLON, Nancy. **A arte de contar histórias.** Tradução de Amanda Orlando e Aulyde Soares Rodrigues. Rio de Janeiro: Rocco, 2006.

TAHAN, Malba. **A arte de ler e contar histórias.** Editora Conquista, 2ª edição. Rio de Janeiro, 1961.

ZILBERMAN, Marisa Lajolo Regina. **Literatura Infantil Brasileira – Histórias e Histórias.** São Paulo: Ática, 1999.

Disciplina	Didática		
C/H Total	60/72h		
C/H TEÓRICA: 2	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:
<p>EMENTA: A Didática: objeto de estudo e sua evolução histórica; A organização do processo de ensino e de aprendizagem: abordagens, características e consequências para a educação; O planejamento: características e necessidade à luz de perspectiva interdisciplinar.</p>			
<p>REFERÊNCIAS:</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</p> <p>COMÊNIO, João Amós. Didáctica magna. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1976. FAZENDA, Ivani, C. A. Práticas interdisciplinares na escola. São Paulo: Cortez, 2001.</p> <p>GASPARIN, J. Luiz. Uma didática para a pedagogia histórico-crítica. São Paulo: Autores Associados, 2011. LIBÂNEO, José Carlos. Didática. São Paulo. Cortez, 1991.</p> <p>MIZUKAMI, Maria da Graça N. Ensino: as abordagens do processo. São Paulo: EPU, 1986.</p>			

OLIVEIRA, Maria Rita Neto Sales de. **A didática e seu objeto de estudo**. Educ. Rev., Belo Horizonte (8): 36-41, dez. 1988. RIOS, Terezinha Azerêdo. Ética e competência. São Paulo: Cortez, 2004

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. São Paulo: Cortez, 1984.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. São Paulo: Cortez, 2004.

VYGOTSKY, L. S. **A construção do pensamento e da linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2001. WACHOWICZ, Lílian Anna. O método dialético na didática. Campinas, SP: Papyrus, 1991.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Tendências do ensino no Brasil hoje**. Educação e Sociedade, n. 25, p. 44-54, 1986.

LIBÂNEO, José Carlos. **Democratização da escola pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos**. São Paulo: Loyola, 1985.

LIBÂNEO, José Carlos. **Os conteúdos escolares e sua dimensão crítico-social**. REVISTA ANDE, São Paulo. v.6, n.11, p.5-14, 1986.

LUCKESI, C. C. **Avaliação da aprendizagem na escola: reelaborando conceitos e recriando a prática**. Salvador: Malabares Comunicação e Eventos, 2003.

RAYS, Oswaldo Alonso. **Planejamento de ensino: um ato político pedagógico**. UFSM RS, 1987.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Planejamento: Projeto de ensino- aprendizagem e projeto político-pedagógico, elementos para elaboração e realização**. São Paulo: Libertad, v.1, 2000.

VEIGA, Ilma P. A. (Org.). **Técnicas de ensino: por que não?** Campinas, SP: Papyrus, 1991.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins fontes, 1998.

Disciplina	Política Educacional Brasileira		
C/H Total	60/72h		
C/H TEÓRICA: 2	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:
EMENTA: Estudo dos problemas ligados à estrutura do ensino fundamental e do médio com ênfase nos aspectos legais, componentes técnico-administrativos e sua evolução histórica.			
REFERÊNCIAS			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da educação Nacional . Lei nº. 9.394/96. Brasília: MEC, 1996.			

CAMPOS, M. E. Carvalho. **A Educação nas Constituições Brasileiras**. SP: pontes, 1991.

LIBÂNEO, José Carlos. **Educação Escolar: políticas, estrutura e organização**. São Paulo: Cortês, 2003;

MENESES, João Gualberto et al. **Educação Básica: Políticas, Legislação e Gestão**. São Paulo, Pioneira, 2004.

PINTO, J. Marcelino de R. Financiamento da educação no Brasil: um balanço do Governo FHC (1995-2002). **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 23, n. 80, p. 109-136, set. 2002.

_____. A política recente de fundos para o financiamento da educação e seus efeitos no pacto federativo. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 100, p. 877-897, out. 2007.

SAVIANI, Dermeval. **Da nova LDB ao novo Plano Nacional da Educação: por uma outra política educacional**. Campinas, São Paulo, Autores Associados, 2004.

SAVIANI, Dermeval. **Educação brasileira: estrutura e sistema**. 9 ed., Campinas: Autores Associados, 2005.

VILLAS BOAS, B.M. de Freitas. (2002). Saeb, Enem, Provão: onde fica a avaliação escolar? In: SHIGUNOV NETO, A. e MACIEL, L.S.B. (orgs.). **Reflexões sobre a formação de professores**. Campinas: Papyrus.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AZEVEDO, J. M. L. **A educação como política pública**. Campinas: Autores Associados, 1997.

BRASIL. Congresso Nacional. **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988.

FÁVERO, O. (org.). **A educação nas constituições brasileiras: 1823-1988**. Campinas: Autores Associados, 1996.

FREITAS, Luiz Carlos de. **Avaliação de escolas e universidades**. Editora: Komedi Ano: 2003.

OLIVEIRA, Romualdo Portela de (org.). **Política educacional: impasses e alternativas**. 2ed. São Paulo: Cortez, 1998.

3º ano

Disciplina	Língua Portuguesa III		
C/H Total	120/144h		
C/H TEÓRICA: 2	C/H PRÁTICA: 1	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL: 1 (T)
EMENTA: Estudo da formação e da evolução da Língua Portuguesa; Aspectos diacrônicos (fonética e morfossintaxe); Estrutura do português arcaico; traços de estabilidade e de evolução no português atual. Realização de projetos de pesquisa, ensino e/ou extensão que viabilizem a interdisciplinaridade com a disciplina de Língua Latina e Introdução à Literatura Latina.			
REFERÊNCIAS: BIBLIOGRAFIA BÁSICA: ALLI, Manuel S. Gramática histórica da língua portuguesa . 3. Ed. São Paulo: Melhoramentos, 1964.			

ALVES, Ieda M. **Neologismo - citação lexical**: São Paulo: Ática.
 BUENO, Francisco da Silveira. **Estudos de filologia portuguesa**. São Paulo: Saraiva.
 CÂMARA, Júnior U. **História e estrutura da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Livraria Padrão.
 COUTINHO, Ismael L. **Gramática histórica**. 7. Ed. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1981.
 ILARI Rodolfo. **Linguística romântica**. São Paulo: Ática.
 LEITE, de Vasconcelos, M. - **Lições de filologia portuguesa**. Lisboa.
 MEURER, Jr. **O Problema do latim vulgar**: Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica.
 MELO, Glastone C. de. **Iniciação à filologia portuguesa**. Rio de Janeiro; Livraria Acadêmica.
 NASCIMENTO, Manoel e CARVALHO, Dolores Garcia. **Gramática histórica**. São Paulo: Ática.
 NUNES, José J. **Compêndio de gramática histórica portuguesa**. 6. Ed. Lisboa: Livraria Clássica ed.
 SILVA, Neto, S. **História da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Livros de Portugal.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

TEYSSIER, Paul. **História da língua portuguesa**. 2. Ed. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1984.
 WILLIAMS, Edwin. B. **Do latim ao português: fonologia histórica da língua portuguesa**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1973.

Disciplina	Língua Inglesa III		
C/H Total	120/144h		
C/H TEÓRICA: 2	C/H PRÁTICA: 1	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL: 1 (T)
EMENTA: Estudo, produção, prática e compreensão de textos em Língua Inglesa; Estudo de estruturas gramaticais em nível intermediário.			
REFERÊNCIAS: BACKER, Ann. Ship or Sheep? Introducing English Pronunciation. London, Cambridge University Press, 1977. 229 p. RICHARDS, Jack C. Interchange 1 . 4th edition. Cambridge: Cambridge University Press, 2012. RICHARDS, Jack C. Interchange 2 . 4th edition. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: ALEXANDER, L.G. Longman English Grammar . 9 Ed. New York, 1992. 374p. BEAUMONT, Digby e GRANGER, Colin. The Heinemann English Grammar . 1992. 352p. HARLEY, Bernard e UINEY, Peter Strealine English. Departures : Unts 1-80. 6 ed. Oxorf. Oxford UNiversity.			

TAYLOR, James e ROGERS, Mickey e STANLEY, Nancy e KNIVETON, Julie e LUNN, Manuel. **Reflections**. London, Macmillan Education LTD, 1994. 109p.

Disciplina	Língua Brasileira de Sinais - Libras		
C/H Total	60/72h		
C/H TEÓRICA: 2	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:
<p>EMENTA: Estudo da língua brasileira de sinais; panorama histórico no Brasil; Direitos humanos (conforme deliberação CEE/PR nº 02/2015); articulação de conhecimentos adquiridos nas demais disciplinas por meio da promoção de um espaço bilíngüe, mediante surdos e ouvintes.</p> <p>REFERÊNCIAS:</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p> <p>GRAÇA, A. Cultura, tradução e vivência do significado. Revista Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Disponível em: <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/rhumanidades/article/view/1457/1203>. Acesso em: 1 abr. 2016.</p> <p>ROSA, A. S. A presença do intérprete de língua de sinais na mediação social entre surdos e ouvintes. In: SILVA, I. R.; KAUCHAKJE, S.; GESUELI, Z. M. (Org.). Cidadania, surdez e linguagem. São Paulo: Plexus, 2003.</p> <p>TRAVAGLIA, N. G. Tradução retextualização: a tradução numa perspectiva textual. Uberlândia: EDUFU, 2003.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</p> <p>CAPOVILLA, F. C.; RAPHAEL, W. D. Dicionário enciclopédico ilustrado trilíngüe - Língua de Sinais Brasileira (LIBRAS): volume 1. São Paulo: Edusp, 2002.</p> <p>_____. Dicionário enciclopédico ilustrado trilíngüe - Língua de Sinais Brasileira (LIBRAS): volume 2. São Paulo: Edusp, 2002.</p> <p>SACKS, O. Vendo vozes: uma viagem ao mundo dos surdos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.</p> <p>SKLIAR, C. E. T. (Org.). Atualidade da educação bilíngüe para surdos: volume 1. Porto Alegre: Mediação, 1999.</p> <p>_____. Atualidade da educação bilíngüe para surdos: volume 2. Porto Alegre: Mediação, 1999.</p>			

Disciplina	Literatura Brasileira I		
C/H Total	120/144h		
C/H TEÓRICA: 4	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:
<p>EMENTA: Panorama da Literatura Brasileira; das origens ao Realismo. Considerando a CEE/CES – PR nº 23/2011 (sobre a Educação ambiental), as literaturas paradigmáticas abrangerão esse viés em obras consagradas. Ademais, possibilita-se a realização de projetos, palestras,</p>			

aulas magnas em relação de intertextualidade com as disciplinas do curso de História, voltadas à História do Brasil.

REFERÊNCIAS:

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ABDALA JUNIOR, Benjamin; DANTAS MOTA, Lourenço. (Orgs.) **Personae – Grandes personagens da literatura brasileira**. São Paulo: SENAC, 2001.

BOSI, Alfredo. **História concisa da literatura brasileira**. 32. ed. São Paulo: Cultrix, 1994.

CANDIDO, Antonio. **Formação da literatura brasileira**. 6.ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981.

_____. **A educação pela noite e outros ensaios**. São Paulo: Ática, 1987.

_____. **Literatura e sociedade**. 9. Ed. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2006.

CASTELO, José Aderaldo. **Manifestações literárias no período colonial**. São Paulo: Cultrix, 1972.

BRASIL. Resolução n.2, de 15 de junho de 2012. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rcp002_12.pdf>. Acesso em 05 mai. 2020.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BONETO, Cristiane. **Ensine meio ambiente no Ensino Fundamental**. São Paulo: Nova Leitura, 2011.

FRANCHETTI, Paulo. **Estudos de literatura brasileira e portuguesa**. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2007.

GALVÃO, Cecília. **Ciência na Literatura e Literatura na Ciência**. Departamento de Educação e Centro de Investigação em Educação da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, 2006. v. 2, n. 3. Disponível em: <<https://revistas.rcaap.pt/interaccoes/article/view/305>>. Acesso em: 25 jun. 2018.

VERÍSSIMO, José. **História da Literatura Brasileira**. Rio de Janeiro: Record, 1998.

Disciplina	Literatura Portuguesa I		
C/H Total	60/72h		
C/H TEÓRICA: 2	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:

EMENTA:

Estudo da Literatura Portuguesa; das origens ao período Neoclássico; Estudos Monográficos: Camões.

REFERÊNCIAS:

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BERARDINELLI, Cleonice. **Fernando Pessoa... outra vez te revejo**. Rio de Janeiro: Lacerda Editores, 2004.

CAMÕES, L. de. **Obra Completa**. Biblioteca Luso-Brasileira. Editora Nova Aguilar, 1998.

GARCEZ, Maria Helena Nery. **Fernando Pessoa: aspectos de intertextualidade**. In: Voz Lusíada, nº21. São Paulo: Vida & Consciência, 2004.

MOISÉS, Massaud. **A Literatura Portuguesa**. São Paulo: Cultrix, 1968.

PESSOA, Fernando. **O Eu profundo e os outros eus**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

_____. **Obras em Prosa**. Org.: Cleonice Berardinelli. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1986.

_____. **Obra Poética**. Org.: Maria Aliete Galhoz. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1987.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

COSTA, A. de Carvalho. **Questões sobre a história da literatura portuguesa**. Porto: FILHO, Domício Proença. **Estilo de Época na Literatura**. 2.a edição revista e ampliada. Rio de Janeiro: Editora Linceu.

FRANCHETTI, Paulo. **Estudos de literatura brasileira e portuguesa**. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2007.

LOPES, Oscar; SARAIVA, A. José. **História da Literatura Portuguesa**. 12.a edição, SPINA, Segismundo; MOISÉS, Massaud; AMORA, Antonio Soares. **Presença da Literatura Portuguesa**. Renascimento, Barroco, Neoclassicismo. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1981.

Disciplina	Literatura de Língua Inglesa		
C/H Total	60/72h		
C/H TEÓRICA:	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:
2			
EMENTA: Teoria e prática a par do panorama histórico e sociocultural da literatura de Língua Inglesa; a poesia; a prosa literária; estratégias de leitura em literatura.			
REFERÊNCIAS:			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
BERTHOLD, Margot. História Mundial do Teatro . São Paulo: Perspectiva. 2011.			
BURGESS, Antony. English Literature . Hong Kong: Longman, 1993			
THORNLEY, G.C. & ROBERTS, Gwyneth. An Outline of English Literature , Hong Kong: Longman Inc, 1984.			
PRIESTLEY, J.B. & SPEAR, Josephine. Adventures in English Literature , New York: Harcourt, Brace & World, Inc. V.1,2,3,4.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
EAGLETON, Terry. A Função da crítica . São Paulo. Livraria Martins Fontes Editora Ltda. 1991.			
_____. Teoria da Literatura: uma introdução . Livraria Martins Fontes Editora Ltda. 1983.			
GOWER, Roger & PEARSON, Margaret. Reading Literature . Hong Kong. Longman Inc. 1990.			

MICRAE, John & PANTALEONI, Luisa. **Chapter & Verse: An Interactive Approach to literature**. Hong Kong. Oxford University Press.
 RICE, Philip & WAUGH, Patricia. **Modern Literary Theory**. Hodder Arnold. 4th edition. 2001.
 VIOTTI, Sérgio. **O teatro de Shakespeare**. São Paulo: Martins Fontes. 2013.

Disciplina	Seminário de Estágio Supervisionado de Língua Portuguesa no Ensino Fundamental		
C/H Total	90/108h		
C/H TEÓRICA: 3	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:
<p>EMENTA:</p> <p>Objetivos, concepções, métodos e técnicas do Ensino de Língua Portuguesa e de Literaturas de Língua Portuguesa no ensino fundamental; elaboração de materiais didáticos; estudo do processo de ensino/aprendizagem referente às atividades docentes; técnicas de planejamento e formas de avaliação de aprendizagem; prática e experiência na realidade educacional.</p>			
<p>REFERÊNCIAS:</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</p> <p>BAKTHIN, M.M. Atividade de Linguagem, Discurso e Desenvolvimento Humano. Tradução. Anna Rachel Machado E Maria de Lourdes Meirelles Matêncio. Campinas: Mercado de Letras, 2006.</p> <p>BAKTHIN, M.M. Estética da Criação Verbal. São Paulo: Martins Fontes, 2003.</p> <p>BAKTHIN, M.M. Marxismo e Filosofia da Linguagem. São Paulo. Hucitec, 2006.</p> <p>BRASIL. Secretaria de educação fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Brasília: MEC/SEF, 1997.</p> <p>BRASIL. Secretaria de educação fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua estrangeira. Brasília: MEC/SEF, 1998.</p> <p>CRISTOVÃO, V.L.L. Desvendando Textos com a Interacionismo SocioDiscursivo. In: DOLZ, Joaquim; NOVERRAZ, Michèle; SCHNEUWLY, Bernard. Sequências didáticas para o oral e a escrita: apresentação de um procedimento. In: SCHNEUWLY, B.; DOLZ, J. Gêneros orais e escritos na escola. Trad. e org. Roxane Rojo e Glaís Sales Cordeiro. Campinas: Mercado de Letras, 2004.</p> <p>MACHADO, A, R. Gêneros Textuais: Configurações, dinamicidade e circulação. In KARWOSKI A. M; GAYDECZKA, B; BRITO, K. S (orgs). Gêneros Textuais: reflexes e ensino. 4ª 91,2009.</p> <p>MACHADO, Anna Rachel; CRISTOVÃO, Vera Lúcia Lopes. A construção de modelos didáticos de gêneros: aportes e questionamentos para o ensino de gêneros. In: Linguagem em (Dis)curso - LemD, Tubarão, v. 6, n. 3, p. 547-573, set./dez. 2006.</p> <p>MARCUSCHI, Luiz Antônio. Gêneros Textuais: definição e funcionalidade. In: OLIVEIRA, L. A. Métodos de Ensino de Inglês: Teorias, práticas, ideologias. São Paulo: Parábola, 2014.</p> <p>PARANÁ. Secretária do Estado da Educação. Superintendência de Educação Departamento de Educação Básica. Diretrizes e Curriculares da Educação Básica – Língua Estrangeira Moderna. Curitiba: SEED, 2008.</p>			

PIMENTA, S. G.; GHEDIN, E. (Orgs.). **Professor reflexivo no Brasil – gênese e crítica de um conceito**. São Paulo: Cortez, 2002.

PIMENTA, Selma G.; LIMA, Maria S. L. **Estágio e docência**. São Paulo: Cortez, 2012.

VYGOTSKY, L.S. 2008. **Pensamento e linguagem**. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes.

VYGOTSKY, Lev Semenovich. **Psicologia pedagógica**. Trad. Claudia Schilling. Porto Alegre: Artmed, 2003

VYGOTSKY, Lev Semenovich; LURIA, Alexander Romanovich; LEONTIEV, Alexel Nicolaevich. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. São Paulo: Ícone, 2001.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BRONCKART, Jean Paul. **Interacionismo Sócio-discursivo: uma entrevista com Jean Paul Bronckart**. Revista Virtual de Estudos da Linguagem - ReVEL. Vol. 4, n. 6, março de 2006. Tradução de Cassiano Ricardo Haag e Gabriel de Ávila Othero. ISSN 1678-8931 Disponível em: [www.revel.inf.br]. Acesso em: 05 de agosto de 2013.

DESIDERATO ANTONIO. J; NAVARRO, P. (orgs). **O texto como Objetivo de Ensino, de Descrição Linguística, e de Análise Textual e Discursiva**. Maringá/; Eduem, 2009. P. 49-60

DIONÍSIO, Ângela P.; MACHADO, Anna R.; BEZERRA, Maria A. (Org.) **Gêneros Textuais e Ensino**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002, p.19-36.

Disciplina	Seminário de Estágio Supervisionado de Língua Inglesa no Ensino Fundamental		
C/H Total	90/108h		
C/H TEÓRICA: 3	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:
<p>EMENTA:</p> <p>Objetivos, concepções, métodos e técnicas do Ensino de Língua Inglesa e de Literaturas de Língua Inglesa no ensino fundamental; elaboração de materiais didáticos; estudo do processo de ensino/aprendizagem referente às atividades docentes; técnicas de planejamento e formas de avaliação de aprendizagem; prática e experiência na realidade educacional.</p>			
<p>REFERÊNCIAS:</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</p> <p>ABREU-TARDELLI, L. S. Elaboração de sequências didáticas: ensino e aprendizagem de gêneros em língua inglesa. In: DAMIANOVIC, M. C. (org). BAKTNIN.: elaboração e avaliação. Taubaté: Cabral Editora e Livraria Universitária, 2007. P. 1-10.</p> <p>BAKTHIN, M.M. Marxismo e Filosofia da Linguagem. São Paulo: Hucitec, 2006.</p> <p>_____. Estética da Criação Verbal. São Paulo: Martins Fontes, 2003.</p> <p>_____. Atividade de Linguagem, Discurso e Desenvolvimento Humano. Tradução: Anna Rachel Machado e Maria de Lourdes Meirelles Matêncio. Campinas: Mercado de Letras, 2006.</p> <p>CRISTOVÃO, V. L. L. Desvendando Textos com a Interacionismo SocioDiscursivo. In: DESIDERATO ANTONIO, J; NAVARRO, P. (orgs.). O Texto como Objeto de</p>			

Ensino, de Descrição Linguística, e de Análise Textual e Discursiva. Maringá: Eduem, 2009. P. 49-60.

DOLZ, J; NOVERRAZ, M; SCHNEUWLY, B. **Sequências Didáticas para o Oral e a Escrita: apresentação de um procedimento.** In: ROJO, CORDEIRO, G. S. (orgs.). Gêneros Oraís e Escritos na Escola. Campinas: Mercado de Letras, 2004. P. 81-108.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ALMEIDA FILHO, J.C.P. **Dimensões Comunicativas no Ensino de Línguas.** Campinas: Pontes, 2002.

AMORIM, V. MAGALHÃES, V. **Cem Aulas sem Tédio: sugestões práticas, dinâmicas e divertidas para o professor de línguas estrangeiras.** Santa Cruz: Editora Réus, 1998.

4º ano

Disciplina	Linguística III		
C/H Total	90/108h		
C/H TEÓRICA: 2	C/H PRÁTICA: 1	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:

EMENTA:

Análise do discurso. Análise dialógica do Discurso; Semântica; Pragmática; Análise do Discurso. Discurso e Direitos humanos; Discurso e meio ambiente; Discurso e questões afro-brasileiras.

REFERÊNCIAS:

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BASSO, Renato. **Semântica, semânticas:** uma introdução. São Paulo: Contexto, 2013.

BUENO, W. C. **Jornalismo Ambiental:** explorando além do conceito. Desenvolvimento e Meio Ambiente, n. 15, Editora UFPR, jan./jun. 2007.

CAVALCANTI, M. C. G. M. **Direitos humanos como significante vazio:** modos de agir, modos de representar e modos de ser na luta (discursiva) por direitos. Tese de doutorado - Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza. 2016.

DUCROT, Oswald. **O Dizer e o Dito.** Campinas: Pontes, 1987.

GOMES, Nilma Lino. **Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil:** uma breve discussão. In: BRASIL. Educação Anti-racista: caminhos abertos pela Lei federal no 10.639/03. Brasília, MEC, Secretaria de educação continuada e alfabetização e diversidade, 2005. P. 39 - 62.

MONTEIRO, J. Lemos. **A estilística.** São Paulo: Ática, 1991.

MUSSALIN, F. & BENTES, A. C. **Introdução à linguística 2:** domínios e fronteiras. São Paulo: Cortez, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ASSIS, Dayane Nayara Conceição de. **Corpos negros e representação social no brasil:** uma discussão de gênero e raça. Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN), [S.l.], v. 9, n. 21, p. 123-134, fev. 2017. ISSN 2177-2770.

GUALDA, R. H. C. 1983. **Considerações sobre a educação ambiental e o papel do Estado.** Revista do Serviço Público, Brasília, 111 (4): 105-108, out. - dez.

ILARI, Rodolfo & GERALDI, João W. **Semântica.** São Paulo: Ática, 1992. (Série Princípios).

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. **A coesão textual.** São Paulo: Contexto. 1990. _____ . Argumentação e Linguagem. 11. ed. São Paulo, Cortez, 2008.

MARQUES, Maria Helena Duarte. (1990). **Iniciação à Semântica.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

OLIVEIRA, Esther Gomes de. **Operadores argumentativos e marcadores discursivos na língua falada.** 1999. 278p. Tese (Doutorado). USP, São Paulo, 1999.

MULLER, Ana L., NEGRÃO, E., FOLTRAN, M. (orgs.) **Semântica formal.** São Paulo: Contexto, 2003.

PIOVESAN, F. **Direitos humanos e justiça internacional.** 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

TODOROV, Tzvetan et al. **Linguagem e motivação: uma perspectiva semiológica.** Porto Alegre: Globo, 1977.

ULLMAN, Stephen. **Semântica: uma introdução à ciência do significado.** Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1977.

DUBOIS, J. et al. **Dicionário de linguística.** São Paulo: Cultrix, 1978.

LAPA, M. Rodrigues. **Manual de estilística.** Rio de Janeiro: Acadêmica, 1957.

MARTINS, Nilce S. **O léxico de Guimarães Rosa.** São Paulo: Edusp, 2001.

MATTOSO CÂMARA JR., J. **Contribuição à estilística portuguesa.** Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1978.

Dicionário de filologia e gramática. Rio de Janeiro: J. Ozon, 1973.

Disciplina	Língua Inglesa IV		
C/H Total	90/108h		
C/H TEÓRICA: 2	C/H PRÁTICA: 1	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:
EMENTA: Teoria e prática da leitura com estudo e produção de textos; gramática de nível intermediário para pós-intermediário.			
REFERÊNCIAS:			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
ALEXANDER, L.G. Longman English Grammar. 9 Ed. New York, 1992. 374p.			
BACKER, Ann. Ship or Sheep? Introducing English Pronunciation.			
BEAUMONT, Digby e GRANGER, Colin. The Heinemann English Grammar. 1992. 352p.			
RICHARDS, Jack C. Interchange 1. 4th edition. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.			
RICHARDS, Jack C. Interchange 2. 4th edition. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.			

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

HARLEY, Bernard e UINEY, Peter Streamline English. **Departures**: Units 1-8. 6 ed. Oxorf. Oxford University.

TAYLOR, James e ROGERS, Mickey e STANLEY, Nancy e KNIVETON, Julie e LUNN, Manuel. **Reflections**. London, Macmillan Education LTD, 1994. 109p.

TORRES, Nelson. **Gramática Prática da Língua Inglesa: O inglês descomplicado**. São Paulo: Saraiva, 1993.463p.

Disciplina	Literatura Brasileira II		
C/H Total	120/144h		
C/H TEÓRICA: 4	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:

EMENTA:

Estudo da Literatura Brasileira; do Simbolismo à Produção contemporânea. Considerando a CEE/CES – PR nº 23/2011 (sobre a Educação ambiental), as literaturas paradigmáticas abrangerão esse viés em obras consagradas. Ademais, possibilita-se a realização de projetos, palestras, aulas magnas em relação de intertextualidade com as disciplinas do curso de História, voltadas à História do Brasil.

REFERÊNCIAS:

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BONNICI, Thomas; ZOLIN, Lúcia Osana. **Teoria literária – Abordagens históricas e tendências contemporâneas**. 2.ed. Maringá: Eduem, 2005.

BOSI, Alfredo. **História concisa da literatura brasileira**. 32. ed. São Paulo: Cultrix, 1994.

BRASIL. **Lei nº 9.795/99**. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Brasília: MMA, 1999. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19795.htm>. Acesso em Acesso em 05 mai. 2020.

CANDIDO, Antonio. **Formação da literatura brasileira**. 6.ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981.

CASTRO, Sílvio. **A revolução da palavra**. Petrópolis: Vozes, 1976.

FRIEDRICH, Hugo. **Estrutura da lírica moderna**. São Paulo: Duas Cidades, 1978.

ZILBERMAN, Regina. **Estética da recepção e história da literatura**. São Paulo: Ática, 1989.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CANDIDO, Antonio. **Vários escritos**. 2.ed. São Paulo; Duas Cidades, 1977.

CHAVES, Teresinha Gema Lins Brandão. **Fala Natureza! Teu intérprete te escuta!** (Literatura e meio ambiente em Guimarães Rosa). Curitiba: CRV, 2013.

COUTINHO. Carlos Nelson. **Cultura e sociedade no Brasil**. 2.ed.Rio de Janeiro: DP& A, 2000.

DALVI, Maria Amélia; REZNDE, Neide Luzia; JOVER-FALEIROS, Rita. **Leitura de literatura na escola**.(Orgs.) São Paulo: Parábola, 2013.

FRIEDRICH, Hugo. **Estrutura da lírica moderna**. São Paulo: Duas Cidades, 1978.
 GALVÃO, Cecília. **Ciência na Literatura e Literatura na Ciência**. Departamento de Educação e Centro de Investigação em Educação da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, 2006. v. 2, n. 3. Disponível em: <<https://revistas.rcaap.pt/interaccoes/article/view/305>>. Acesso em: 25 jun. 2018.
 JOUVE, Vincent. **Por que estudar literatura?** Trad. Marcos Bagno e Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2012.
 TODOROV, Tzvetan. **A literatura em perigo**. 3.ed. Trad. Caio Meira. Rio de Janeiro: DIFEL, 2010.

Disciplina	Literatura Portuguesa II		
C/H Total	60/72h		
C/H TEÓRICA: 2	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:
EMENTA: Estudo da Literatura Portuguesa do Período Romântico à Contemporaneidade; Eça de Queirós; Fernando Pessoa; José Saramago.			
REFERÊNCIAS:			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
BERARDINELLI, Cleonice. Fernando Pessoa... outra vez te revejo . Rio de Janeiro: Lacerda Editores, 2004.			
CAMÕES, L. de. Obra Completa . Biblioteca Luso-Brasileira. Editora Nova Aguilar, 1998.			
GARCEZ, Maria Helena Nery. Fernando Pessoa: aspectos de intertextualidade . In: Voz Lusíada, nº21. São Paulo: Vida & Consciência, 2004.			
MOISÉS, Massaud. A Literatura Portuguesa . São Paulo: Cultrix, 1968.			
PESSOA, Fernando. O Eu profundo e os outros eus . Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.			
_____. Obras em Prosa . Org.: Cleonice Berardinelli. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1986.			
_____. Obra Poética . Org.: Maria Aliete Galhoz. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1987.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
COSTA, Alexandre Carvalho. Questões sobre a História da Literatura Portuguesa . Porto: Edições Asa, 1983.			
FILHO, Domício Proença. Estilos de Época na Literatura . 2.ed. Rio de Janeiro: Luceu [s.d].			
FRANCHETTI, Paulo. Estudos de literatura brasileira e portuguesa . Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2007.			
LOPES, Oscar; SARAIVA, A.José. História da Literatura Portuguesa . 12. Ed. Porto, 1984.			
NICOLA, José de. Literatura Portuguesa: das origens aos nossos dias . 7.ed. São Paulo: Scipione, 2000.			

PESSOA, Fernando. **Obra Completa em um volume**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1986.

SARAMAGO, José de. **Vida e Obra**. Porto: Editora Asa, 2000.

SPINA, Segismundo; MOISÉS, Massaud; AMORA, Antonio Soares. **Presença da Literatura Portuguesa: Romantismo, Realismo, Modernismo**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1981.

Disciplina	Estudos Literários em Língua Inglesa		
C/H Total	60/72h		
C/H TEÓRICA: 2	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:
EMENTA: Análise de textos literários em Língua Inglesa; textos narrativos e dramáticos.			
REFERÊNCIAS:			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
GOWER, Roger & PEARSON, Margaret. Reading Literature . Hong Kong. Longman Inc. 1990.			
HIGH, Peter B. An Outline of American Literature . New York. Longman Inc 1991.			
FULLER, E. & KINNICK, B. Adventures in American Literature . New York. Harcourt, Brace & World, Inc. V. 1,2,3,4.			
MIZENER, Arthur. Modern Short Stories: The Uses of Imagination . New York. W.W. Norton & Company Inc. 1967.			
MICRAE, John & PANTALEONI, Luisa. Chapter & Verse: an interactive approach to literature . Hong Kong. Oxford University Press.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
BONNICI, Thomas. O pós-colonialismo e a literatura – Estratégias de Leitura . Maringá. Editora Universidade Estadual de Maringá. 2000.			
BONNICI, Thomas & ZOLIN, Lúcia Osana. Teoria Literária – Abordagens Históricas e Tendências Contemporâneas . Maringá. Editora UEM. 2º edição. 2005.			

Disciplina	Seminário de Estágio Supervisionado de Língua Portuguesa no Ensino Médio		
C/H Total	90/108h		
C/H TEÓRICA: 3	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:
EMENTA: Estágio supervisionado; fundamentação teórica sobre as concepções de Língua e de Literaturas de Língua Portuguesa vigentes no Ensino Médio; competências e habilidades;			

estudo do processo de ensino-aprendizagem, abordando as variáveis relativas às atividades docentes. Elaboração de projetos.

REFERÊNCIAS:

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BAKTHIN, M.M. **Atividade de Linguagem, Discurso e Desenvolvimento Humano**. Tradução. Anna Rachel Machado E Maria de Lourdes Meirelles Matêncio. Campinas: Mercado de Letras, 2006.

BAKTHIN, M.M. **Estética da Criação Verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BAKTHIN, M.M. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. São Paulo. Hucitec, 2006.

BRASIL. Secretaria de educação fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais**. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. Secretaria de educação fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua estrangeira**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

CRISTOVÃO, V.L.L. **Desvendando Textos com a Interacionismo SocioDiscursivo**. In: DOLZ, Joaquim; NOVERRAZ, Michèle; SCHNEUWLY, Bernard. **Sequências didáticas para o oral e a escrita: apresentação de um procedimento**. In: SCHNEUWLY, B.; DOLZ, J. Gêneros orais e escritos na escola. Trad. e org. Roxane Rojo e Glaís Sales Cordeiro. Campinas: Mercado de Letras, 2004.

MACHADO, A, R. **Gêneros Textuais: Configurações, dinamicidade e circulação**. In KARWOSKI A. M; GAYDECZKA, B; BRITO, K. S (orgs). **Gêneros Textuais: reflexes e ensino**. 4ª 91,2009.

MACHADO, Anna Rachel; CRISTOVÃO, Vera Lúcia Lopes. **A construção de modelos didáticos de gêneros: aportes e questionamentos para o ensino de gêneros**. In: Linguagem em (Dis)curso - LemD, Tubarão, v. 6, n. 3, p. 547-573, set./dez. 2006.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Gêneros Textuais: definição e funcionalidade**. In: OLIVEIRA, L. A. **Métodos de Ensino de Inglês: Teorias, práticas, ideologias**. São Paulo: Parábola, 2014.

PARANÁ. Secretária do Estado da Educação. Superintendência de Educação Departamento de Educação Básica. **Diretrizes e Curriculares da Educação Básica – Língua Estrangeira Moderna**. Curitiba: SEED, 2008.

PIMENTA, S. G.; GHEDIN, E. (Orgs.). **Professor reflexivo no Brasil – gênese e crítica de um conceito**. São Paulo: Cortez, 2002.

PIMENTA, Selma G.; LIMA, Maria S. L. **Estágio e docência**. São Paulo: Cortez, 2012.

VYGOTSKY, L.S. 2008. **Pensamento e linguagem**. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes.

VYGOTSKY, Lev Semenovich. **Psicologia pedagógica**. Trad. Claudia Schilling. Porto Alegre: Artmed, 2003

VYGOTSKY, Lev Semenovich; LURIA, Alexander Romanovich; LEONTIEV, Alexel Nicolaevich. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. São Paulo: Ícone, 2001.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BRONCKART, Jean Paul. **Interacionismo Sócio-discursivo: uma entrevista com Jean Paul Bronckart**. Revista Virtual de Estudos da Linguagem - ReVEL. Vol. 4, n. 6, março de 2006. Tradução de Cassiano Ricardo Haag e Gabriel de Ávila Othero. ISSN 1678-8931 Disponível em: [www.revel.inf.br]. Acesso em: 05 de agosto de 2013.

DESIDERATO ANTONIO, J.; NAVARRO, P. (orgs.). **O texto como Objetivo de Ensino, de Descrição Linguística, e de Análise Textual e Discursiva**. Maringá/; Eduem, 2009. P. 49-60

DIONÍSIO, Ângela P.; MACHADO, Anna R.; BEZERRA, Maria A. (Org.) **Gêneros Textuais e Ensino**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002, p.19-36.

Disciplina	Seminário de Estágio Supervisionado de Língua Inglesa no Ensino Médio		
C/H Total	90/108h		
C/H TEÓRICA: 3	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:
<p>EMENTA: Fundamentação teórica sobre as concepções de Língua e de Literaturas de Língua Inglesa vigentes no Ensino Médio; competências e habilidades; estudo do processo de ensino-aprendizagem, abordando as variáveis relativas às atividades docentes. Elaboração de projetos.</p>			
<p>REFERÊNCIAS:</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</p> <p>ABREU-TARDELLI, L. S. Elaboração de sequências didáticas: ensino e aprendizagem de gêneros em língua inglesa. In: DAMIANOVIC, M. C. (org). BAKTNIN.: elaboração e avaliação. Taubaté: Cabral Editora e Livraria Universitária, 2007. P. 1-10.</p> <p>BAKTHIN, M.M. Marxismo e Filosofia da Linguagem. São Paulo: Hucitec, 2006.</p> <p>_____. Estética da Criação Verbal. São Paulo: Martins Fontes, 2003.</p> <p>_____. Atividade de Linguagem, Discurso e Desenvolvimento Humano. Tradução: Anna Rachel Machado e Maria de Lourdes Meirelles Matêncio. Campinas: Mercado de Letras, 2006.</p> <p>CRISTOVÃO, V. L. L. Desvendando Textos com a Interacionismo SocioDiscursivo. In: DESIDERATO ANTONIO, J; NAVARRO, P. (orgs.). O Texto como Objeto de Ensino, de Descrição Linguística, e de Análise Textual e Discursiva. Maringá: Eduem, 2009. P. 49-60.</p> <p>DOLZ, J; NOVERRAZ, M; SCHNEUWLY, B. Sequências Didáticas para o Oral e a Escrita: apresentação de um procedimento. In: ROJO, CORDEIRO, G. S. (orgs.). Gêneros Oraís e Escritos na Escola. Campinas: Mercado de Letras, 2004. P. 81-108.</p> <p>FERREIRA, M. B. A Linguagem, e os Processos de Enunciação, Dialogismo e Polifonia. Olhar de Professor, Ponta Grossa, vol. 7, nº1, p. 67-75, 2004.</p> <p>MARCUSCHI, L. A. Gêneros Textuais: definição e funcionalidade. In: DIONISIO, A. P; MACHADO. A. R; BEZERRA, M. A. Gêneros Textuais & Ensino. São Paulo: Parábola, 2010. p. 19-38.</p> <p>_____. Gêneros Textuais: configuração, dinamicidade e circulação. In: KARWOSKI, A. M.; GAYDECZKA, B; BRITO, K.S. (orgs.). Gêneros Textuais: reflexões e ensino. 4º ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2011. p. 17-32.</p> <p>OLIVEIRA, M. E. Gêneros Textuais e Ensino. Dialogia, São Paulo, v. 8, nº1, p. 83-91, 2009.</p> <p>OLIVEIRA, L. A. Métodos de Ensino de Inglês: teorias, práticas, ideologias. São Paulo: Parábola, 2014.</p>			

PARANÁ. Secretaria do Estado da Educação. Superintendência de Educação. Departamento de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares da Educação Básica - Língua Estrangeira Moderna**: SEED, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ALMEIDA FILHO, J.C.P. **Dimensões Comunicativas no Ensino de Línguas**. Campinas: Pontes, 2002.

AMORIM, V. MAGALHÃES, V. **Cem Aulas sem Tédio: sugestões práticas, dinâmicas e divertidas para o professor de línguas estrangeiras**. Santa Cruz: Editora Réus, 1998.

9.1 EMENTÁRIO DAS DISCIPLINAS OPTATIVAS E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES

Disciplina	Literaturas Africanas em Língua Portuguesa		
C/H Total	60/72h		
C/H TEÓRICA: 2	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:
<p>EMENTA: As literaturas africanas em Língua Portuguesa; aspectos de intertextualidade afrobrasileira no contexto do macrossistema. Projeto(s) interdisciplinar(es) com Literatura Brasileira I e II, em conformidade com a deliberação CEE-PR nº 04/2006). A questão dos direitos humanos (conforme deliberação CEE/PR nº 02/2015).</p>			
<p>REFERÊNCIAS:</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p> <p>ABDALA JR., Benjamin. Literatura – história e política. São Paulo: Ática, 1989.</p> <p>FANON, Franz. Los condenados de La tierra. Mexico: Ponto de Cultura Económica, 1977.</p> <p>FERREIRA, Manuel. A aventura crioula. Lisboa: Plátano, 1973.</p> <p>_____. Literatura africana de expressão portuguesa. São Paulo: Ática, 1987.</p> <p>LARANJEIRA, Pires. A literatura canibalesca. Porto: Afrontamento, 1985.</p> <p>_____. A negritude africana de língua portuguesa. Coimbra: Ângelus Novus, 2000.</p> <p>_____. De letra em riste – Identidade, autonomia e outras questões na literatura de Angola, Cabo Verde, Moçambique e S.Tomé e Príncipe. Porto: Afrontamento, 1992.</p> <p>SANTILLI, Maria Aparecida. Estórias africanas. História e antologia. São Paulo: Ática, 1985.</p> <p>_____. Africanidade. São Paulo: Ática[s.d.].</p> <p>TRIGO, Salvato. Ensaio de literatura comparada afro-luso-brasileira. Lisboa: Vega [s.d.]</p>			

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Trad. Myriam Ávila e outros. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.
- BONNICI, Thomas. **O pós-colonialismo e a literatura: estratégias de leitura**. Maringá: Eduem, 2000.
- SAID, Edward W. **Cultura e imperialismo**. Trad. Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

Disciplina	Metodologia Orientacional Docente para a Inclusão em Sala de Aula		
C/H Total	60/72		
C/H TEÓRICA: 2	C/H PRÁTICA: 2	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:
Ementa: Práticas docentes para a inclusão de diversas necessidades especiais.			
REFERÊNCIAS:			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
ALTHUSSER, Louis. Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado . Lisboa: Editorial Presença / Martins Fontes, 1980.			
ARANHA, Maria Lucia Arruda. História da educação e da pedagogia geral e Brasil . 3. ed. São Paulo: Moderna, 2006.			
BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm >. Acesso em: jan. 2017.			
Bueno, José Geraldo Silveira. Crianças com necessidades educativas especiais, política educacional e a formação de professores: generalistas ou especialistas? Revista Brasileira de Educação Especial, Piracicaba, Editora UNIMEP, v. 3, n. 5, p. 7-26, set. 1999.			
DURKHEIM, Émile, Educação e sociologia . São Paulo: Melhoramentos, 1978.			
FRIGOTTO, Gaudêncio. A relação da educação profissional e tecnológica com a universalização da educação básica . In: MOLL, Jaqueline. Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades. Porto Alegre, RS: Artmed, 2010. p. 25-42.			
SAVIANI, Dermeval. História das ideias pedagógicas no Brasil . 3. ed. rev. Campinas, SP: Autores Associados, 2010 (Coleção da Educação).			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente no Brasil . Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.			
BRASIL. Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais . Brasília: UNESCO, 1994.			

Disciplina	Metodologia do Ensino de Literatura		
C/H Total	60/72		
C/H TEÓRICA: 2	C/H PRÁTICA: 2	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:
Literatura, leitura e leitor. Leitura do texto verbal e não verbal. O ensino da literatura. Literatura: alternativas metodológicas.			
REFERÊNCIAS:			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
CANDIDO, Antônio. O estudo analítico do poema . Sao Paulo: Humanitas Publicações / FFLCH/USP, 1996. Disponível em: http://www.eduardoguerreirolosso.com/Antonio-Candido-OEstudo-Analitico-do-Poema.pdf			
COSSON, Rildo. Letramento literário: educação para vida . Vida e Educação, Fortaleza, v. 10, p. 14-16, 2006 a.			
COSSON, Rildo. Letramento literário: teoria e prática . São Paulo: Contexto, 2006.			
_____. Círculos de leitura e letramento literário . São Paulo: Contexto, 2014.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
LIBÂNEO, C. J.; PIMENTA, S. G. Formação dos profissionais da educação: visão crítica e perspectivas de mudança . In: PIMENTA, Selma Garrido (Org). Pedagogias e pedagogos: caminhos e perspectivas. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011. (p. 15-61). PAIVA, S. C. F.; OLIVEIRA, A. A. A Literatura infantil no processo de formação do leitor . Ano 4, v.4, n.7, p.22-36, jan-jun. São Carlos: Cadernos da Pedagogia, 2010. Disponível em:			
< http://www.cadernosdapedagogia.ufscar.br/index.php/cp/article/viewFile/175/101 >.			
Acesso em: 12 mar. 2016.			
ZILBERMAN. R. Literatura e pedagogia: Ponto e contraponto . Porto Alegre: Mercado Aberto, 1990. (Série Contrapontos).			

Disciplina	Mitologia Grego-romana		
C/H Total	60/72		
C/H TEÓRICA: 2	C/H PRÁTICA: 2	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:
Ementa: Relações interdisciplinares: mitologia greco-romana e literatura.			
REFERÊNCIAS:			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
ARISTÓTELES; HORÁCIO; LONGINO. A poética Clássica . Trad. Jaime Bruna. São Paulo: Cultrix, 1997.			
BAKHTIN, M. Questões de literatura e estética: A teoria do romance . São Paulo: EdUnesp; Hucitec, 1993.			

BARRETO FEIO, J. V. **Virgílio. Eneida**. Trad. J. V. Barreto Feio e J. M. da Costa e Silva. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

CAMPOS, Haroldo de. **Ilíada de Homero**. São Paulo: Arx, 2002. v. 1.

ELVIRA, A. R. **Mitología clásica**. Madrid: Gredos, 1974.

GRIMAL, Pierre. **Virgílio ou o segundo nascimento de Roma**. Trad. I. C. Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

GRIMAL, P. **Dicionário de mitologia grega e romana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1966.

HAVELOCK, E. **Prefácio a Platão**. Trad. E. A. Dobránsky. Campinas: Papyrus, 1996.

KENNEY, E. J.; CLAUSEN, W. V. (Ed.). **Historia de la literatura clásica II. Literatura Latina**. Madrid: Gredos, 1989.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

MARTIN, R.; GAILLARD, J. **Les genres littéraires à Rome**. Paris: Nathan, 1990.

NADAÏ, J.-C. de. **Rhétorique et poétique dans la Pharsale de Lucain**. Louvain; Paris: Peeters, 2000.

PETRÔNIO. **O Satíricon**. Trad. Jorge Sampaio. Lisboa: Europa-America, 1973.

REDONDO, A. H. M. A. **Lucano – Farsalia**. Madrid: Gredos, 1984.

SARAIVA, F. R. S. **Novíssimo dicionário latino-português**. Belo Horizonte; Rio de Janeiro: Garnier, 2000.

SOUZA, J. Cavalcante de. **Xenófanes de Colofão – Fragmentos**. Trad. Anna L. A. de Almeida Prado. In: _____. **Os Pré-socráticos**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

VEYNE, P. **Acreditavam os gregos em seus mitos? Ensaio sobre a imaginação constituinte**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

Disciplina	Literatura Universal		
C/H Total	60/72		
C/H TEÓRICA: 2	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:
<p>Ementa:</p> <p>Repertório representativo de autores, obras e gêneros da literatura universal e estudo das relações intertextuais desta com a literatura de língua portuguesa.</p>			
<p>REFERÊNCIAS:</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</p> <p>BACELAR, Ágatha P. A liminaridade trágica de Ajax, de Sófocles. Dissertação (Mestrado em Letras Clássicas) - Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2004.</p> <p>BALDRY, H. C. A Grécia antiga – cultura e vida. 2ed. Londres: Verbo, 1968.</p>			

BRANDÃO, Junito de Souza. Teatro grego: origem e evolução. São Paulo: Ars Poética, 1992.

HAUSER, Arnald. **História da arte e da literatura**. São Paulo: Mestrejou, 1990.

PIQUÉ, Jorge Ferro. A tragédia grega e seu contexto. Letras. Curitiba: Editora da UFPR, no. 49, 1998, p. 201-219.

ROBERT, Fernand. **A literatura grega**. Trad: Gilson César Cardoso de Souza. 1ed. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

ROMILLY, Jacqueline de. **Fundamentos de literatura grega**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1984.

SOUZA, João Batista Mello e. Introdução. In: ÉSQUILO. **Prometeu acorrentado**. Trad. João Batista Mello e Souza. 19ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 1998, p. 8-21.

VERNANT, Jean-Pierre. **As origens do pensamento grego**. São Paulo: Edusp, 2002.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

JAEGER, Werner. **Paidéia: a formação do homem grego**. São Paulo: Herder, 1979.

LESKY, Albin. **História da literatura grega**. Trad. Manuel Losa. Lisboa-Portugal. Fundação Calouste Gulbenkian, 1995.

NAGEL, Lízia Helena. **Dançando com os textos gregos: a intimidade da literatura com a educação**. Maringá: EDUEM, 2006.

Disciplina	Oficina de Teatro		
C/H Total	60/72		
C/H TEÓRICA: 2	C/H PRÁTICA: 2	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:

Ementa:

A arte de representar e a estimulação das múltiplas inteligências. O mistério teatral e a identificação profunda de cores, ritmos, música, movimento e palavras com a alma do telespectador.

REFERÊNCIAS:

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

KOUDELA, Ingrid Dormien. **Brecht na Pós-modernidade**. São Paulo: Perspectiva, 2001.

_____. **Um Vôo Brechtiano: Teoria e Prática da Peça Didática**. São Paulo: Perspectiva; FAPESP, 1992. _____ Brecht: Um Jogo de Aprendizagem. São Paulo: Perspectiva; EDUSP, 1991.

_____. **Jogos Teatrais**. São Paulo: Perspectiva, 1984. SANTANA, Arão Paranaguá (Coord.).

SOUZA, Luiz Roberto; RIBEIRO, Tânia Costa. **Visões da ilha: Apontamentos sobre Teatro e Educação**. São Luís, 2003.

_____. **Teatro e Formação de Professores**. São Luís: Editora da Universidade Federal do Maranhão / EDUFMA, 2001. SPOLIN, Viola. **Jogos Teatrais: O Fichário de Viola Spolin**. São Paulo: Perspectiva, 2001.

_____ **Jogos teatrais no livro do diretor.** São Paulo: Perspectiva, 1999.

_____ **Improvisação para o teatro.** São Paulo: Perspectiva, 1989.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política.** São Paulo, Brasiliense, 1993.

BRECHT, Bertolt. **Estudos sobre teatro.** Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1978.

.Ecrits sur le théâtre 1. Alençon, L'Arche, 1989.

DESGRANGES, Flávio. **A pedagogia do espectador.** São Paulo, Hucitec, 2003.

KRAMER, Sonia. **Por entre as pedras: arma e sonho na escola.** São Paulo, Ática, 1993.

MEIRIEU, Philippe. **Le théâtre et la construction de la personnalité de l'enfant: de l'événement à l'histoire.** In: CRÉAC'H, M. Les enjeux actuels du théâtre et ses rapports avec le public. Lyon, CRDP, 1993.

Disciplina	Estratégias de Leitura em Língua Inglesa		
C/H Total	60/72		
C/H TEÓRICA: 2	C/H PRÁTICA: 2	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:
Ementa: Técnicas de leitura e interpretação de textos em inglês.			

REFERÊNCIAS:

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

NARDI, M. I. A. **Entendendo o que é LER.** Módulo II, disciplina III, curso Redefor, 1ª. ed. 2010. Disponível em: <http://edutec.unesp.br>. Acesso em abril de 2011.

PONZIO, A. **A revolução bakthiniana: o pensamento de Bakthin e a ideologia contemporânea.** 1ª. ed. São Paulo, SP: Editora Contexto, 2011.

PRIGOGINE, I; STENGERS, I. **A nova aliança: Metamorfose da ciência.** Brasília, DF: UnB, 1991.

ROJO, R. **Letramentos múltiplos, escola e inclusão social.** São Paulo, SP: Parábola editorial, 2009.

SIMONE, S. H. S. **Textos em Língua Inglesa como sementes de uma experiência vivida por alunos de Ensino Médio em uma escola pública estadual.** Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP, 2014.

VAN MANEN, M. **Researching lived experiences: human science for an action sensitive pedagogy.** University of Western Ontario, 1990.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

COADY, J. (Eds). **Second language reading and vocabulary learning.** Norwood, NJ: Ablex, p.217-227, 1993.

DUCROT, O. **Les modificateurs déréalisants.** Journal of Pragmatics, v. 24, n. 1-2, p. 145-66, 1995.

ELLIS, N. **Consciousness in second language acquisition:** A review of field studies and laboratory experiments. *Language Awareness*, v. 4, p. 123-146, 1995. ELLIS, R. Factors in the incidental acquisition of second language vocabulary from oral input: A review essay. *Applied Language Learning*, v. 5, p. 1-32, 1994.

10. DESCRIÇÃO DA PESQUISA E EXTENSÃO NO CURSO DE GRADUAÇÃO

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBN – em seu Art.52, Caput, estabelece a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão como proposta obrigatória das Universidades em seu funcionamento. Assim, no curso de Letras Português/Inglês, do Campus da UNESPAR em Paranavaí, a oferta de programas ou atividades de pesquisa pode ser assim descrita:

- 1) Desenvolvimento de projetos de pesquisa relacionados ao regime de trabalho denominado Tempo Integral e Dedicção Exclusiva – TIDE. Subordinados à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação – PRPPG - os projetos desenvolvidos nessa modalidade estão direcionados para atividades de pesquisa ajustadas, quase sempre, a um componente curricular ministrado pelo docente pesquisador. Nesse aspecto, os resultados parcial ou final, obtidos ao longo de um período não inferior a dois anos, são disseminados em encontros de natureza científica, como congressos, seminários, simpósios e outros similares. O objetivo dessa disseminação ultrapassa a relação comum entre o ensino ministrado em sala de aula e sua concretização efetiva na pesquisa, se compreender-se que é na atividade de pesquisa que a Universidade efetiva seu compromisso com a produção do conhecimento. A publicação desses resultados, em periódicos, e mesmo fora do país, pode incentivar a maior participação dos discentes nos componentes curriculares do curso, pois percebem o esforço de seus professores na condução de suas atividades profissionais.
- 2) Oferta de projetos de pesquisa na modalidade Iniciação Científica – IC. Esses projetos também estão subordinados à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, constituem iniciativas de docentes que se associam à participação de colaboradores discentes, como forma de introduzi-los no universo da pesquisa. Esses projetos, assim definidos, constituem derivativos da pesquisa que vem sendo desenvolvida pelos docentes. A participação de discentes nos projetos de Iniciação Científica possibilita-lhes, não somente o contato com outra realidade diferente da sala de aula, como permite-lhes desenvolver suas capacidades investigativas, o gosto pela descoberta, além da possibilidade de apresentar os resultados a seus pares, em encontros como EAIC, dentre outros, inclusive os que ultrapassam os limites do Estado do Paraná.
- 3) Estabelecendo outra forma de incentivar as atividades de pesquisa no curso de Letras Português/Inglês do *Campus* da UNESPAR em Paranavaí, a participação dos discentes no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência – PIBID – tem sido grande incentivador não só do gosto pelo exercício do magistério, como uma das formas do aprimoramento didático-pedagógico sobre os conhecimentos adquiridos em sala de aula. A participação dos discentes no PIBID vem mostrando e comprovando o acerto da decisão do curso de Letras em assumir esse Programa como um dos aspectos adjutórios na formação acadêmica, humana e social dos acadêmicos. Sendo uma

parceria com o Governo Federal, por intermédio da CAPES, o PIBID pode ser visto como a porta de entrada dos futuros docentes na Educação Básica, ao mesmo tempo em que permite-lhes o conhecimento das virtudes e deficiências do funcionamento da Escola, em seus níveis médio e fundamental. Essa inter-relação Universidade – Educação Básica cumpre a normativa disposta na Resolução N° 02/2015-MEC/CES, ao definir os objetivos da formação inicial de professores:

§ 2º As instituições de ensino superior devem conceber a formação inicial e continuada dos profissionais do magistério da educação básica na perspectiva do atendimento às políticas públicas de educação, às Diretrizes Curriculares Nacionais, ao padrão de qualidade e ao Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), manifestando organicidade entre o seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), seu Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e seu Projeto Pedagógico de Curso (PPC) como expressão de uma política articulada à educação básica, suas políticas e diretrizes (BRASIL, 2015, p.3).

Em relação à Extensão, o curso de Letras Português/Inglês do *Campus* da UNESPAR em Paranavaí, em consonância com o proposto na LDBN, Cap. IV, Art.43, Inciso VII, ao afirmar que cabe à educação superior “promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição”(BRASIL, 2017, p.33), pode assim se apresentar:

- 1) As atividades de Extensão relativas à produção do conhecimento gerado no interior do curso, estão direcionadas à participação dos discentes, da comunidade local e também regional, considerando a UNESPAR como uma Universidade multicampi, portanto presente em diversos municípios do Estado do Paraná.
- 2) Um dos eventos mais importantes do qual participa o curso de Letras Português/Inglês é o *Fórum das Licenciaturas*, que se realiza anualmente, no mês de novembro, e reúne todos os cursos da formação de professores do Campus da UNESPAR em Paranavaí. Caracterizando-se pela apresentação de propostas inovadoras na área do magistério, na mostra de resultados da prática pedagógica do dia a dia, como da discussão sobre a educação e do ensino produzidos na Universidade, o *Fórum das Licenciaturas* – agora em sua quinta edição – destaca-se por aproximar a UNESPAR aos profissionais da Educação Básica, além de permitir o retorno dos egressos dos diversos cursos da base pedagógica à Universidade onde se formaram. Essa troca de experiências também tem permitido a pós-graduandos do nível *Stricto Sensu* – mestrandos e doutorandos – apresentarem resultados de suas pesquisas, em minicursos, mesas-redondas, oficinas, palestras e encontros.
- 3) O curso de Letras Português/Inglês tem participação efetiva no Programa de Desenvolvimento Educacional – PDE – da Secretaria de Estado da Educação do Paraná. Este Programa é o responsável por qualificar docentes da Educação Básica, com a participação direta de professores do curso de Letras, tanto na orientação do Projeto de Intervenção Pedagógica, quanto na elaboração do artigo final. De outra forma, alguns docentes do curso de Letras Português/Inglês, do *Campus* de Paranavaí são encarregados de ministrar os cursos específicos na área de língua portuguesa. Sem dúvida, pode-se afirmar que este Programa de Desenvolvimento

Educacional é o maior programa de extensão da UNESPAR, por sua abrangência e importância na formação continuada dos profissionais da Educação Básica.

- 4) Ainda como atividade de extensão, o curso de Letras Português/Inglês realiza o *Varal Literário*, evento que incentiva a criação literária dos gêneros conto, poesia e crônica entre acadêmicos de todos os cursos do *Campus* da UNESPAR em Paranavaí, bem como permite a participação de ex-acadêmicos do curso de Letras Português/Inglês na mostra de suas qualidades artísticas e literárias.
- 5) Como aprofundamento de suas funções de ensino, a oferta de cursos de curta duração, abertos a acadêmicos e à comunidade, na área da Linguística e da Literatura, reforçam os aspectos extensionistas do curso de Letras Português/Inglês do Campus da UNESPAR em Paranavaí.

Em vista da reformulação indicada neste Projeto Pedagógico de Curso – PPC –o cumprimento das 340 (Trezentas e quarenta) horas de atividades de extensão será efetivado considerando-se, ainda, como outras possibilidades didático-pedagógicas:

- a) Realização de cursos de curta duração nas áreas da linguística – produção de textos voltados para a proficiência escrita da língua materna; estudos da linguagem; análise do discurso (AD), dentre outros;
- b) Oferta de cursos de curta duração nas áreas das literaturas de língua portuguesa – literatura brasileira, literatura portuguesa e literaturas africanas em língua portuguesa - em atendimento ao que propõe a matriz curricular deste PPC. A realização de cursos dessa natureza possibilita à UNESPAR consolidar sua função socioeducativa junto às comunidades universitária e local, permitindo que a sociedade participe do conhecimento produzido no interior do curso de Letras Português/Inglês, assim como pode incentivar o retorno de seus ex-universitários, clientela egressa, ao meio onde foram formados.
- c) A realização de projetos de extensão de interesse da comunidade local e regional – atualização em língua estrangeira (Inglês), como segunda língua, na oferta de oficinas de leitura textual, principalmente no contexto das literaturas em língua inglesa, dentre outras.

Assim, entende-se que a concretização das *atividades de extensão* deste Projeto Pedagógico de Curso podem complementar os diferentes conteúdos formadores dos componentes curriculares do ensino de graduação, pois possibilitam à clientela universitária, e mesmo aos integrantes da comunidade local ou regional, a ampliação dos conhecimentos específicos ministrados em cada série, a troca de experiências pelo convívio diversificado, o que, em síntese, justifica a função e a existência da Universidade.

11. CORPO DOCENTE

11.1 COORDENADOR DO COLEGIADO DE CURSO				
Nome	Graduação	Titulações	Carga horária semanal dedicada à Coordenação do Colegiado de Curso	Regime de Trabalho
Maria Elisa Dias Fraga	Letras/Português-Inglês (UEL - 1987)	Especialização em Ensino de Línguas Estrangeiras (UEL-2002) Mestrado em Estudos Literários (UEM-2014)	32	TIDE

11.2 PROFESSORES EFETIVOS			
Nome do Docente	Graduação	Titulações	Regime de Trabalho
Luciana Ferreira Leal	Letras/Português-Francês (UNESP-1997)	Mestrado em Letras (UEL - 2000) Doutorado em Letras (Área Literatura e vida social) - UNESP – 2006 Pós-Doutorado em Letras (UNESP - 2014)	TIDE
Luiz de Abreu	Letras/Português-Inglês e Respectivas Literaturas (FAFIPA-1984)	Especialização em Descrição e Ensino (FAFIPA-1992)	TIDE
Marcelo José da Silva	Letras/Português-Inglês e Respectivas Literaturas (FINAV-1999) Processos Gerenciais (UNICESUMAR-2019)	Especialização em Linguística Aplicada ao Ensino de Língua Inglesa (FECILCAM - 2002) Especialização em Ensino de Línguas Mediado por Computador (UFMG-2012) Especialização em Educação à Distância e Tecnologias Educacionais (UNICESUMAR - 2016) Especialização em Docência no Ensino Superior: Tecnologias Educacionais e Inovação (UNICESUMAR-2020) Mestrado em Estudos Literários (UEL-2008) Doutorado em Estudos Literários (UEL-2013)	TIDE
Soraia Regina Machado	Letras/Português-Inglês (FAFIPA-1987)	Especialização em Língua Inglesa (OSEC-1991)	TIDE

Thais Regina Gimenes Chagas	Letras/Português e Respectivas Literaturas (UEM-2007)	Mestrado em Letras na área de Estudos Literários (UEM-2009)	TIDE
Elias Canuto Brandão	História (UEM - 1996)	Mestrado em Educação (UNIMEP – 2000); Doutorado em Sociologia (UNESP/Araraquara – 2005).	T40

11.3 PROFESSORES CRES

Nome do Docente	Graduação	Titulações	Regime de Trabalho
Ana Cláudia Paschoal	Letras/Português/ Inglês e respectivas literaturas (FAFIPA-1998)	Especialização Literatura Brasileira (FAFIPA-2002) Mestrado em Literatura Brasileira (UEM – 2014) Doutorado em Literatura Brasileira (UEM – 2019)	T20
Daiane Karla Correia Jodar	Letras Português/Espanhol (UNIPAR/Paraná - 2004)	Mestrado em Estudos Linguísticos (UEM – 2013); Doutorado Estudos Linguísticos (UEM – 2018).	T40
Élen Ramos	Letras inglês e Literaturas de Língua Inglesa (UNICENTRO-2015)	Mestrado em Interface entre Língua e Literatura (UNICENTRO -2017).	T40
Fernanda Tonholi Sasso Curanishi	Letras Português/Inglês (UEM - 2008)	Especialização em Métodos e Técnicas de Educação - eixo comunicação (UTFPR - 2010); Mestrado em Estudos Literários - Literatura e Historicidade (UEM - 2015);	T20
Kellen Fátima Wiginescki de Barros	Letras/Português- Inglês e suas respectivas literaturas (FAFIPA-2001)	Especialização em Língua Portuguesa e Literatura Brasileira (FAFIPA - 2002); Especialização em LIBRAS (UNIASELVI - 2014); Mestrado em Estudos Literários- Literatura e Historicidade (UEM-2013);	T20
Kellen Fátima Wiginescki de Barros	Letras/Português- Inglês e suas respectivas literaturas (FAFIPA-2001)	Especialização em Língua Portuguesa e Literatura Brasileira (FAFIPA - 2002); Especialização em LIBRAS (UNIASELVI - 2014);	T20

		Mestrado em Estudos Literários-Literatura e Historicidade (UEM-2013);	T20
Regiane <u>Abrahão</u>	Educação Física (Fafipa/Unespar - 2003) Letras Português/Inglês (FAMA - 2017) Pedagogia (UniBF - 2020) Letras Português/Libras (Faculdade Eficaz - 2020)	Especializações em Educação Especial (ESAP - 2007); LIBRAS (ESAP - 2008); Métodos e Técnicas de Ensino (UTFPR - 2009) e Saúde para professores (UFPR - 2009) Mestrado em Ensino: Formação docente interdisciplinar (UNESPAR - 2019)	T40
Viviane da Silva Batista	Letras (Português/Inglês) pela Faculdade Estadual de Educação, Ciências e Letras de Paranavaí - FAFIPA (2009); Pedagogia pela Universidade Estadual do Paraná - UNESPAR - Campus de Paranavaí (2017);	Especialização em Ensino de Língua Inglesa (UNIVALE - 2010); Especialização em Métodos e Técnicas de Ensino (UTFPR - 2012); Mestrado em Ensino: Formação Docente Interdisciplinar (UNESPAR/Paranavaí - 2016).	T20

11.4 RESUMO DA QUANTIDADE DE DOCENTES POR TITULAÇÃO

Graduados	Especialistas	Mestres	Doutores	Pós-Doutores
0	2	7	4	1

12. INFRAESTRUTURA DE APOIO DISPONÍVEL

O curso de Letras Português/Inglês conta com os seguintes recursos estruturais à sua disposição:

12.1 QUATRO SALAS DE AULA

O curso dispõe de quatro salas de aula, medindo cada uma 69,09 m², dimensões ajustadas à quantidade de acadêmicos de cada série, equipadas, quase todas, com aparelhos multimídia (DataShow) e ar-condicionado.

12.2 LABORATÓRIO DE LETRAS

O Laboratório de Letras constitui-se de 1(uma) sala medindo 69,09m², equipada com 40 (quarenta) mesas e equipamentos de áudio (*head fones*) que são utilizados nas aulas de língua inglesa, especificamente. Este laboratório é de uso exclusivo do curso de Letras, não sendo cedido a nenhuma outra atividade que não as de língua estrangeira e de Linguística, nas aulas de fonética.

12.3 COLEGIADO DO CURSO DE LETRAS PORTUGUÊS/INGLÊS

O curso também tem à sua disposição 1 (uma) sala de convivência dos docentes, medindo 34,54m², contendo os seguintes objetos:

- 1 mesa grande com cadeiras;
- 1 aparelho de televisão de 29”;
- 1 armário de aço;
- 1 um computador de mesa;
- 1 impressora Samsung;
- 1 filmadora;
- 1 Aparelho DataShow;
- 1 Notebook Benk
- 1 Netbook.

12.4 OUTRAS INSTALAÇÕES GERAIS À DISPOSIÇÃO DO CURSO DE LETRAS PORTUGUÊS/INGLÊS

Biblioteca Central, com obras das áreas específicas do curso;

Miniauditório, medindo 69,09m², com capacidade para 50 (cinquenta) pessoas acomodadas; com aparelho de ar-condicionado, multimídia e aparelho de som;

Centro de Conferências, com amplas instalações e capacidade para 400 (quatrocentas) pessoas acomodadas; com ar-condicionado central, equipamentos de som e multimídia.

Este Centro de Conferências é o local utilizado para conferências, palestras e para a realização do Fórum das Licenciaturas, do Varal Literário e de outros eventos de maior envergadura.

13. REFERÊNCIAS

BAKHTIN. M. **Estética da criação verbal**. Introdução e tradução Paulo Bezerra. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997/2003.

_____. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 12 ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

BRASIL. Decreto Federal nº 78.579/76. De **Reconhecimento do Curso de Letras**. Brasília: Conselho Nacional de Educação, 1976.

_____. Constituição. **Constituição da República Federal do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

_____. Conselho Nacional de Educação. Decreto nº 22 de 09/02/1990. De **Reconhecimento do Curso de Letras**. Brasília: Conselho Nacional de Educação, 1990.

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN)**. Ensino Fundamental. Brasília. MEC/SEF, 1998.

_____. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CES nº 1.363/01, que trata da aprovação das **Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de Letras**. Brasília: Conselho Nacional de Educação, 2001.

_____. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE-CP nº 09, de 08 de maio de 2001. Institui **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena** Brasília: Conselho Nacional de Educação, 2001.

_____. Parecer CNE-CP nº 28, de 02 de outubro de 2001. Dá nova redação ao Parecer CNE/CP 21/2001, que estabelece a **Duração e a Carga Horária dos Cursos de Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena**. Brasília: CNE, 2001.

_____. Conselho Nacional de Educação. Parecer CES 492, de 12 de dezembro de 2001. Institui **Diretrizes Curriculares para os Cursos de Letras**. Brasília: Conselho Nacional de Educação, 2001.

_____. Conselho Nacional de Educação. PARECER CNE/CP 28/2001 de 18 de janeiro de 2002. Dá **nova redação** ao Parecer CNE/CP 21/2001, que estabelece a **Duração e a Carga Horária dos Cursos de Formação de Professores da Educação Básica, em Nível Superior, Curso de Licenciatura, de Graduação Plena**. Brasília: Conselho Nacional de Educação, 2002.

_____. Conselho Nacional de Educação. **RESOLUÇÃO CNE/CP 001, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2002**. Brasília: Conselho Nacional de Educação, 2002.

_____. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE-CP nº 2, de 19 de fevereiro de 2002. Institui a **Duração e a Carga Horária dos Cursos de Licenciatura, de Graduação Plena, de Formação de Professores da Educação Básica em nível superior**. Brasília: Conselho Nacional de Educação, 2002.

_____. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CES nº 18, de 13 de março de 2002, que estabelece as **Diretrizes Curriculares para os cursos de Letras**. Brasília: Conselho Nacional de Educação, 2002.

_____. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE-CES nº 15, de 02 de fevereiro de 2005. **Solicitação de esclarecimento sobre as Resoluções CNE/CP nºs 1/2002**, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena, e 2/2002, que institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior. Brasília: Conselho Nacional de Educação, 2005.

_____. Conselho Estadual de Educação. Deliberação CEE-PR nº 04/2006. Institui as **Diretrizes para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília: Conselho Nacional de Educação, 2006.

_____. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CES nº 3, de 03 de julho de 2007, que dispõe sobre **Procedimentos a serem adotados quanto ao Conceito de Hora-aula e dá outras Providências**. Brasília: Conselho Nacional de Educação, 2007.

_____. Conselho Estadual de Educação. Parecer CES/CEE nº 23/11, de 07 de abril de 2011, que trata da **Oferta da Disciplina de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS**. Brasília: Conselho Nacional de Educação, 2011.

_____. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE-CP nº 02, de 09 de junho de 2015. Institui **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica**. Brasília: Conselho Nacional de Educação, 2015.

_____. Conselho Nacional de Educação. RESOLUÇÃO Nº 2, DE 1º DE JULHO DE 2015. Define as **Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de**

segunda licenciatura) e para a formação continuada. Brasília: Conselho Nacional de Educação, 2015.

CAMPO MOURÃO. Lei municipal No. 26 de 24 de abril 1972. Dispõe da **Criação da Fundação de Ensino Superior de Campo Mourão – FUNDESCAM, de direito privado.** Campo Mourão, 1972.

_____. Decreto nº 73.982/74. Dispõe da **Aprovação de Licenciatura de 1º Grau.** Campo Mourão, 1974.

CANDIDO, A. **Direitos Humanos e literatura.** São Paulo: Brasiliense, 1989.

_____. **Literatura e sociedade: estudos de teoria e história literária.** 8 ed. São Paulo: T.A. Queiroz, 2000.

CHAUI, M. **A Universidade Pública sob Nova Perspectiva.** In Conferência de abertura da 26ª Reunião Anual da ANPEd. Minas Gerais, Poços de Caldas, Revista Brasileira de Educação. 2003.

GERALDI, J. W. **O texto na sala de aula.** Cascavel, Assoeste, 1984.

_____. **Portos de Passagem.** São Paulo, Martins Fontes, 1991.

LIBÂNEO, José C. **Formação de professores e didática para o desenvolvimento humano.** Educação e Realidade, Porto Alegre, v. 4r0, n. 2, abr-jun 2015.

MARTINS, L. Indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão como fundamento metodológico da construção do conhecimento na universidade. In PINHO, S. Z.; CHAVES, A. J. F [et al]. **Oficinas de Estudos Pedagógicos: reflexão sobre a prática do Ensino Superior.** São Paulo: Cultura Acadêmica: Universidade Estadual Paulista, Pró-Reitoria de Graduação, 2008.

PARANÁ. Conselho Estadual de Educação. Decreto Estadual nº 398 de 27/04/87 para **institucionalização da FECILCAM.** Curitiba, Conselho Estadual de Educação, 1983.

_____. Conselho Estadual da Educação. Portaria Ministerial nº 70/83. Dispõe da **Conversão para Licenciatura Plena.** Curitiba, Conselho Estadual de Educação, 1983. Curitiba, Conselho Estadual de Educação, 1983.

_____. Lei Estadual nº 13.283 de 25 de outubro de 2001 para **Criação da UNESPAR.** Curitiba, Conselho Nacional de Educação, 2001.

_____. Secretaria de Estado da Educação do Paraná. **Diretrizes Curriculares da Educação Básica Língua Estrangeira Moderna.** Curitiba, Secretaria de Estado da Educação do Paraná, 2008.

_____. Conselho Estadual da Educação. Deliberação CEE/PR nº 04/2013: **Normas estaduais para a Educação Ambiental.** Curitiba, Conselho Estadual de Educação, 2013.

_____. Lei Estadual nº 17.590 de 12 de junho de 2013 para **Credenciamento da UNESPAR.** Curitiba, Conselho Nacional de Educação, 2013.

_____. Conselho Estadual da Educação. **Decreto Estadual nº 9.538** de 5 de dezembro de 2013. Curitiba, Conselho Estadual de Educação, 2013.

_____. Conselho Estadual de Educação. Deliberação CEE/PR nº 02/2015: **Normas estaduais para a Educação em Direitos Humanos.** Curitiba, Conselho Estadual de Educação, 2015.

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA Maria Socorro Lucena. Estágio e docência: diferentes concepções In: **Revista Poíesis.** Volume 3, Números 3 e 4, pag.5-24, 2006.

SAVIANI, D. **Pedagogia Histórico-crítica: primeiras aproximações.** 8ª ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2003.

TODOROV, T. **A literatura em perigo.** 3 ed. Rio de Janeiro: DIFEL, 2009.

UNESPAR. **Plano de Plano de Desenvolvimento Institucional.** Unespar, 2011.

_____. **Projeto Político Institucional** aprovado pelo Conselho Universitário Provisório de 21 de maio de 2012. Unespar, 2012.

VIGOTSKY, L. S. 1934. **A construção do pensamento e da linguagem**. Tradução de Paulo Bezerra 2^a. Edição – São Paulo: Editora Martins Fontes, 2009.

14. ANEXOS

14.1 ANEXO I: REGULAMENTO DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM LETRAS

Este Regulamento estabelece os princípios e finalidades para cumprimento e comprovação da carga horária relativa às atividades complementares.

Art. 1º O presente regulamento tem por finalidade normatizar o registro acadêmico das Atividades Acadêmicas Complementares e constituem exigência curricular obrigatória, com carga horária de 200 horas, sendo o seu integral cumprimento indispensável para a colação de grau no Curso de Letras.

Art. 2º Cabe ao Coordenador do Curso de Letras deferir o aproveitamento das atividades acadêmicas complementares realizadas pelo acadêmico, através da análise dos comprovantes apresentados junto ao protocolo da Instituição.

Art. 3º As atividades acadêmicas complementares são entendidas como as não-integrantes das práticas pedagógicas previstas nos componentes curriculares do Curso, desde que afins à área de formação humanística e profissional do Curso.

Parágrafo único. São objetivos das atividades acadêmicas complementares o aprofundamento das temáticas estudadas ao longo do Curso e o enriquecimento das vivências acadêmicas.

Art. 4º Para fins de aproveitamento de estudos como atividades acadêmicas complementares, são consideradas as seguintes modalidades, observado o disposto no artigo 3º deste Regulamento:

I - Atividades de Ensino e Pesquisa

As atividades de ensino e pesquisa constituem-se de:

- a) Monitoria;
- b) Participação em projetos de pesquisa/extensão/ensino;
- c) Grupos de estudos;
- d) Viagens de estudos;
- e) Outros semelhantes.

II - Atividades de Extensão do Colegiado

As atividades de extensão Departamental constituem-se de:

- a) Congressos;
- b) Seminários;
- c) Jornadas;
- d) Encontros;
- e) Simpósios;
- f) Cursos e oficinas abertos à comunidade;
- g) Aula Inaugural.

III - Produção científica

A produção científica constitui-se de:

- a) Publicação acadêmica (livros, artigos, resenhas em meio impresso ou eletrônico);
- b) Participação em eventos com apresentação de trabalhos através de painel, pôster, comunicação oral, palestra ou mesa-redonda.

IV - Vivência profissional e acadêmica complementar

A vivência profissional e acadêmica complementar consiste em:

- a) Estágios não-curriculares na área do curso;
- b) Trabalhos voluntários;
- d) Participação em Colegiados da Instituição;
- d) Participação em outras atividades acadêmicas complementares.

§ 1º Além dessas atividades, outras podem ser reconhecidas, a critério do Coordenador do Curso de **Letras**, ouvido seus pares.

§ 2º As atividades acadêmicas complementares devem ser integralizadas em mais de uma modalidade.

§ 3º As atividades de ensino, pesquisa, extensão e produção científica **não diretamente ligadas ao curso de Letras** serão computados em 5% (cinco por cento) do valor correspondente às atividades listadas na planilha em anexo.

Art. 5º Não serão validadas as atividades acadêmicas complementares em que o acadêmico tenha obtido frequência inferior a 75%, quando for o caso.

Art. 6º A participação em atividades acadêmicas complementares deve ser comprovada pelo acadêmico, mediante apresentação de certificado de participação e frequência, ou documento equivalente, a ser avaliado e aprovado pelo Coordenador do Curso.

Parágrafo único. A documentação comprobatória das atividades acadêmicas complementares deve ser protocolada;

Art. 7º A participação em eventos realizados antes do ingresso na instituição não serão objeto de reconhecimento e validação como atividades acadêmicas complementares.

Parágrafo único. O acadêmico que ingressar por transferência externa pode validar as atividades realizadas a partir do ingresso em seu curso de origem.

Art. 8º A carga-horária, mínima e máxima, por modalidade, é definida na planilha complementar anexa.

Art. 9º A análise e a definição da carga-horária de registro correspondente às atividades acadêmicas complementares cumpridas pelo acadêmico são registradas em ficha própria na Secretaria Acadêmica.

Art. 10º Cabe ao Coordenador do Curso de **Letras** resolver os casos omissos, submetendo-os, quando necessário, ao Colegiado do Curso.

ATIVIDADES ACADÊMICAS COMPLEMENTARES PLANILHA COMPLEMENTAR	
ATIVIDADES	CARGA HORÁRIA CERTIFICADA
I - ATIVIDADES DE ENSINO E PESQUISA	
1.1. Monitoria	100% da C.H.C.
1.2. Participação em projetos de pesquisa/ensino/extensão	50% da C.H.C.
1.3. Seminários de estudos	50% da C.H.C.
1.4. Viagens de estudos	15% da C.H.C.
Carga Horária Máxima para atividades de apoio ao ensino	30 horas
II - ATIVIDADES DE EXTENSÃO – COLEGIADO	
2.3. Congressos	100% da C.H.C.

2.4. Seminários	100% da C.H.C.
2.5. Jornadas/Simpósios/Aula inaugural	100% da C.H.C.
2.6. Ciclo de palestras	100% da C.H.C.
Carga Horária Máxima para atividades de extensão –colegiado	30 horas
III - ATIVIDADES DE EXTENSÃO – INTERNA/EXTERNA	
3.1. Eventos do Curso de LETRAS	100% da C.H.C.
3.2. Eventos de outras instituições LIGADAS DIRETAMENTE AO CURSO DE LETRAS	100% C.H.C.
Carga Horária Máxima para atividades de extensão – docente	70horas
IV - PRODUÇÃO CIENTÍFICA	
4.1. Publicação acadêmica:	
4.1.1. Livro	30 horas
4.1.2 Artigo completo	20 horas
4.1.3. Resenha	10 horas
Carga Horária Máxima para produção acadêmica	30 horas
4.2. Apresentação de Trabalhos:	
4.2.1. Painei	05 horas
4.2.2. Pôster	05 horas
4.2.3. Comunicação	10 horas
4.2.4. Palestra/Conferência, etc.	20 horas
4.2.5. Mesa redonda	15 horas
Carga Horária Máxima para apresentação de trabalhos	20 horas
V - VIVÊNCIA PROFISSIONAL E ACADÊMICA COMPLEMENTAR	
5.1. Estágios não-obrigatórios na área do curso	15% da C.H.C.
5.2. Participação em colegiados da Instituição	100% da C.H.C.
5.3 Participação em outras atividades acadêmicas complementares	15% da C.H.C.
Carga Horária Máxima para Vivência profissional e acadêmica complementar	20 horas
6. OUTROS	A avaliar

OBSERVAÇÕES:

- 1) As atividades devem ser realizadas no transcorrer do Curso, devendo estar relacionadas ao objeto de formação ou **ÁREAS AFINS**. Comprovantes devem ser apresentados e protocolados junto ao Serviço de Protocolo da Instituição de Ensino.
- 2) O total de horas das atividades acadêmicas complementares deve ser integralizado em mais de uma modalidade.
- 3) Em caso de o acadêmico ter participação em modalidades diferentes num mesmo evento, só é aceito certificado de uma delas.
- 4) Os livros e artigos publicados, para fins de atividades acadêmicas complementares, serão avaliados por uma comissão formada por três professores do Colegiado para emissão de parecer de validação dos mesmos.

14.2 ANEXO II: REGULAMENTO DOS ESTÁGIOS CURRICULARES SUPERVISIONADOS DO CURSO DE LETRAS PORTUGUÊS/INGLÊS E RESPECTIVAS LITERATURAS DA UNESPAR, CAMPUS DE CAMPO PARANAÍ

Fixa normas que regulamentam o funcionamento das disciplinas de Estágio Curricular Supervisionado do curso de Letras de Paranaíba, em conformidade com o consignado na Resolução 010/2015 – CEPE/UNESPAR e seus anexos.

TÍTULO I DAS DEFINIÇÕES, OBJETIVOS E CONDIÇÕES DE DESENVOLVIMENTO DOS ESTÁGIOS

Art. 1º - O Estágio Supervisionado na Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR, é considerado um ato educativo, desenvolvido no ambiente de trabalho, sob a orientação e supervisão de docentes, visando à formação profissional e humana.

Art. 2º - O estágio, atividade essencial na formação profissional e humana, tem por objetivo propiciar vivências que preparem o estudante universitário para o efetivo exercício da profissão.

TÍTULO II DOS CAMPOS DE ESTÁGIO E DAS CONDIÇÕES GERAIS PARA O SEU DESENVOLVIMENTO

Capítulo I

Dos Campos de Estágio

Art. 3º - O local de estágio será selecionado a partir de cadastro das partes cedentes, organizado pelo setor responsável pelos estágios no *campus* e/ou pelos agentes de integração.

Art. 4º - O estágio, sendo considerado ato educativo, deverá ser realizado em área e local compatíveis com o curso no qual o estudante esteja matriculado, sendo expressamente vedado o exercício de atividades não relacionadas à sua área de formação.

Art. 5º - Constituem-se campos de estágio as instituições de ensino, preferencialmente da rede pública, que ofertam Educação Básica, situadas no município de Paranaíba.

Parágrafo Único: em casos específicos, sob autorização do professor de estágio e coordenação do curso, abrir-se-á exceções, desde que garantido o acompanhamento direto do orientador/supervisor de estágio.

Capítulo II

Das condições gerais para o desenvolvimento dos Estágios

Art. 6º - O estágio somente poderá ser realizado por estudantes regularmente matriculados na série em que o estágio está alocado, ou posterior.

Parágrafo Único: a realização do estágio se fará em período diverso daquele destinado à maior carga horária acadêmica.

TÍTULO IV DA ORGANIZAÇÃO DIDÁTICA

Capítulo I

Da organização didática dos estágios

Art. 7º - Participam da organização didática dos estágios, as seguintes instâncias:

- I. Colegiado de Curso;
- II. Coordenação de Estágio;
- III. Professor da Disciplina de Estágio;
- IV. Orientador/ Supervisor de Estágio.

Art. 8º - Cabe ao Colegiado de Curso:

- I. aprovar a programação anual do Estágio Curricular Obrigatório, etapas e prazos a serem cumpridos, encaminhada pelos orientadores de estágio;
- II. homologar os Planos e Relatórios de estágios obrigatórios encaminhados pelo professor da disciplina ou orientador de estágio;
- III. zelar pelo cumprimento das normas estabelecidas para a realização dos estágios.

Art. 9º - Compete ao Coordenador de Estágios do Curso:

- I. propor ao Colegiado de Curso o sistema de organização e desenvolvimento dos estágios;
- II. definir os diversos campos de estágios, de acordo com o Projeto Pedagógico do Curso, a fim de que sejam formalizados os convênios para o desenvolvimento dos estágios;
- III. coordenar o planejamento, a execução e a avaliação das atividades de estágios, em conjunto com os docentes orientadores/supervisores de estágios;
- IV. convocar – sempre que necessário – reuniões com os docentes envolvidos com os estágios para discutir assuntos tais como: planejamento, organização, funcionamento, avaliação, controle das atividades de estágios, elaboração e análise de critérios, métodos e instrumentos necessários para o desenvolvimento do estágio;
- V. assinar os Termos de Compromisso dos Estágios Curriculares Obrigatórios, observando o disposto no Inciso III do Art. 36 do Regulamento Geral de Estágios;
- VI. mediar o trabalho junto à central de estágio.

Art. 10 - Cabe ao Professor da disciplina de estágio:

- I. organizar – a cada período do estágio curricular obrigatório – os campos de estágio, a distribuição dos estagiários entre os supervisores/orientadores de estágios;
- II. organizar os estagiários por grupos – quando for o caso – para estabelecer uma distribuição conforme as possibilidades de vagas nos campos de estágios, evitando superlotação em determinados locais e de acordo com as características do perfil profissiográfico expressas no Projeto Pedagógico do Curso;
- III. assinar os Termos de Compromisso dos Estágios Curriculares Obrigatórios, observando o disposto no Inciso III do Art. 36 do Regulamento Geral de Estágios.

Art. 11- Cabe ao Orientador/Supervisor de Estágios:

- I. participar da elaboração, execução e avaliação das atividades pertinentes ao estágio;
- II. participar das reuniões convocadas pelo Coordenador de Curso e/ou Coordenador de Estágio, para elaboração de Regulamentos de Estágios e assuntos afins às atividades de estágio como planejamento, organização, acompanhamento e avaliação;
- III. orientar a elaboração dos Planos de Estágios, como trâmite obrigatório para iniciar as atividades do estágio;
- IV. orientar, acompanhar e avaliar os estagiários;
- V. avaliar o Relatório Parcial e Final de Estágio;
- VI. visitar o local de Estágio Curricular Obrigatório periodicamente, visando verificar a pertinência da atividade desenvolvida, como está previsto no Plano de Estágio, garantindo que a atividade seja educativa/formativa;
- VII. emitir relatório circunstanciado, quando houver indício de desvirtuamento do estágio, e encaminhar ao Coordenador de Estágios e Coordenador de Curso para as providências institucionais necessárias.

Capítulo III

Da Programação e Planos de Estágio

Art. 12 - A programação dos Estágios Curriculares Obrigatórios deve ser elaborada até o início de cada período letivo pelo Coordenador de Estágios, Professor da Disciplina de Estágio e pelos Orientadores/Supervisores de Estágio.

Parágrafo Único - Respeitadas as características de cada Estágio Curricular Obrigatório, devem constar da programação, no mínimo, os seguintes elementos:

- I. número de estudantes matriculados;
- II. organização das turmas;
- III. distribuição de turmas/estudantes por orientador/supervisor de estágio;
- IV. áreas de atuação;
- V. campos de estágios; VI. período(s) de realização.

Capítulo IV

Da Orientação do Estágio

Art. 13 - A supervisão/orientação de Estágios compreende a orientação e o acompanhamento do estudante no decorrer de suas atividades de estágio, de forma a permitir o melhor desempenho de ações pertinente à realidade da profissão e da formação humana.

Parágrafo único - Somente podem ser orientadores de estágios, docentes da UNESPAR, campus de Paranavaí, respeitada a sua área de formação e experiência profissional e as peculiaridades do campo de trabalho em que se realiza o estágio.

Art. 14 - A supervisão/orientação/coordenação de estágio será desenvolvida por meio das seguintes modalidades:

- I. Orientação Direta: orientação e acompanhamento do estudante pelo supervisor/orientador, por meio de observação contínua e direta das atividades em que o estagiário assume a docência nos campos de estágios;
- II. Orientação Semidireta: orientação e acompanhamento do supervisor/orientador por meio de visitas sistemáticas, programadas ao campo de estágio;
- III. Orientação Indireta: acompanhamento do estágio pelo coordenador de estágio, por meio de contatos formais e regulares, porém com menor frequência, com o estagiário e com o orientador de Campo de Estágio. O acompanhamento será feito também por meio de relatórios, e, sempre que possível, visitar o campo de estágio.

Capítulo V

Das Atribuições dos Estagiários

Art. 15 - Compete ao aluno nas atividades de Estágio Supervisionado:

I. cumprir as etapas previstas para a realização do estágio, a saber:

- a) observação / participação / colaboração na Direção de sala de aula;
- b) Regência de classe;
- c) realização das atividades prevista para a disciplina;
- d) registro das atividades desenvolvidas;
- e) elaboração do relatório parcial e final.

- II. organizar sua disponibilidade de tempo para o desenvolvimento das atividades teóricas e práticas, conforme instruções do professor orientador;
- III. preparar e realizar as atividades de estágio previamente definidas, responsabilizando-se pelos recursos didáticos necessários para o desenvolvimento do trabalho;
- IV. organizar o registro pessoal das atividades desenvolvidas;
- V. comparecer à instituição onde desenvolve as atividades de estágio nos dias e horários previamente fixados;
- VI. observar as normas e regulamentos da instituição em que realiza o estágio;
- VII. não divulgar, para terceiros, dados observados ou informações fornecidas pela Instituição onde realiza o estágio;
- VIII. discutir com o orientador/supervisor as dificuldades surgidas durante a realização das atividades de estágio;
- IX. fazer uma permanente autoavaliação do trabalho desenvolvido, tendo em vista o constante aprimoramento das atividades de estágio;
- X. elaborar e apresentar os relatórios e demais trabalhos acadêmicos solicitados;
- XI. discutir com o professor regente o planejamento e a execução das atividades propostas;
- XII. manter um comportamento compatível com a função docente, pautando-se pelos princípios da ética profissional;
- XIII. colaborar para solução de problemas na escola, campo de estágio, e com seus colegas de turma;
- XIV. cumprir integralmente as normas estabelecidas no Regulamento de Estágio Curricular Supervisionado.

Capítulo VI

Da Avaliação

Art. 16 - A avaliação no Estágio Curricular Supervisionado será feita mediante critérios estabelecidos pelos docentes responsáveis pela disciplina, condicionada à observância dos seguintes aspectos, além dos previstos no regimento da instituição:

- a) desempenho nas atividades teóricas e práticas promovidas e/ou solicitadas pelo professor;
- b) apresentação do projeto (micro ensino, aula simulada, aula piloto);
- c) desempenho na atuação docente no campo de estágio;
- d) relatório parcial e final em via impressa e digital.

Parágrafo único - Os professores de Estágio Supervisionado poderão estabelecer outros critérios, desde que aprovadas em reunião do Colegiado de Curso, devidamente registrados e esclarecidos aos alunos.

Art. 17 - Poderão fazer parte da avaliação em Estágio Curricular Supervisionado as observações feitas pelo professor regente de classe e pela equipe técnico - pedagógica do campo de Estágio.

Art. 18 - Para a aprovação no Estágio(s) Curricular(es) Supervisionado(s) o estagiário deverá:

- I. ter cumprido com as atividades propostas pelo professor de Estágio;
- II. apresentar o relatório parcial e final;
- III. obter média igual ou superior ao proposto no Regimento Interno da Instituição.

Parágrafo único: dada as especificidades da disciplina de Estágio Supervisionado, o aluno que não obtiver média igual ou superior ao estabelecido no Regimento Interno da Instituição, será considerado reprovado, sem direito a exame final.

TÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 19 - Os casos omissos neste regulamento devem ser resolvidos pelo Colegiado de Curso, ouvido o Coordenador de Estágio e as demais partes envolvidas, em concordância com o que dispõe o Regulamento Geral dos Estágios da UNESPAR.

14.3 RESOLUÇÃO Nº 010/2015 - CEPE/UNESPAR

Aprova o Regulamento Geral dos Estágios Obrigatórios e Não Obrigatórios dos Cursos de Graduação da Unespar.

Considerando a Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes em nível federal;

Considerando a Deliberação 002/2009 do Conselho Estadual de Educação, que dispõe sobre o estágio de estudantes em nível estadual;

Considerando os Artigos. 46, 47, 49, o inciso “i” do Art 52 e o Artigo 88 do Regimento Geral da Universidade Estadual do Paraná;

Considerando as obrigações das Instituições de Ensino Superior em elaborar normas complementares e instrumentos de avaliação dos estágios de seus estudantes, conforme o artigo 7º, inciso VI da Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008.

Considerando a 3ª Sessão do CEPE, realizada em 27 de outubro de 2015 no *campus* de Campo Mourão;

O CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO APROVOU E EU, REITOR, NO USO DE MINHAS ATRIBUIÇÕES ESTATUTÁRIAS E REGIMENTAIS, SANCIONO A SEGUINTE RESOLUÇÃO:

Art. 1º - Ficam aprovadas as alterações no Regulamento Geral dos Estágios Obrigatórios e Não Obrigatórios dos Cursos de Graduação da Universidade Estadual do Paraná, conforme Anexo I desta Resolução.

Art. 2º - Os regulamentos próprios, um para cada Curso de Graduação da Unespar, deverão ser propostos pelo respectivo Colegiado e aprovados pelo Conselho de Centro respectivo, de conformidade com o Regulamento Geral e demais determinações do Regimento Geral da Unespar.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º - Publique-se no site da Unespar.

Paranavaí, 5 de novembro de 2015.

Antonio Carlos Aleixo

Reitor

ANEXO I DA RESOLUÇÃO Nº 010/2015 - CEPE/UNESPAR REGULAMENTO GERAL DOS ESTÁGIOS OBRIGATÓRIOS E NÃO OBRIGATÓRIOS DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ

TÍTULO I DAS DEFINIÇÕES, OBJETIVOS E CONDIÇÕES DE DESENVOLVIMENTO DOS ESTÁGIOS

Art. 1º- O Estágio Supervisionado na Universidade Estadual do Paraná - Unespar é considerado como ato educativo, desenvolvido no ambiente de trabalho, sob a orientação e supervisão de docentes, e visa à formação profissional e humana.

Art. 2º - O estágio, atividade essencial na formação profissional e humana do estudante universitário, tem por objetivo propiciar o exercício do aprendizado profissional, comprometido com a realidade sócio-político-econômica do país.

Parágrafo Único - O estágio constará do Projeto Pedagógico do Curso de Graduação, integrando a formação do estudante. As especificidades de formação, de acordo com a Matriz Curricular, estarão previstas em regulamento próprio, aprovado no Colegiado de curso e no respectivo Conselho de Centro.

Art. 3º - O estágio na Unespar poderá ser obrigatório ou não obrigatório, conforme determinado nas Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação e no Projeto Pedagógico do Curso.

§ 1º Estágio obrigatório é aquele definido como tal no Projeto Pedagógico do Curso, cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção de diploma.

§ 2º Estágio Não Obrigatório é aquele desenvolvido como atividade opcional, não acrescida à carga horária regular e obrigatória.

§ 3º As atividades de extensão, de monitorias e de iniciação científica na educação superior, desenvolvidas pelo estudante, somente poderão ser equiparadas ao estágio desde que previsto no Projeto Pedagógico do Curso e respeitando a legislação vigente.

Art. 4º - O estágio, tanto na hipótese do § 1º do Art. 3º deste Regulamento quanto na prevista no § 2º do mesmo dispositivo, não cria vínculo empregatício de qualquer natureza, observados os seguintes requisitos:

- I – matrícula e frequência regular do estudante no Curso de Graduação, atestados pela Instituição de Ensino;
- II – celebração de Termo de Compromisso entre o estudante, a parte concedente do estágio e a Instituição de Ensino;
- III – compatibilidade entre as atividades, condizentes com o curso, desenvolvidas no estágio e aquelas previstas no Termo de Compromisso.

§ 1º O estágio, como ato educativo supervisionado, deverá ter acompanhamento pelo professor orientador da Instituição de Ensino e por Supervisor de Campo de Estágio da parte concedente, comprovado por vistos nos relatórios referidos neste Regulamento e nos Regulamentos próprios de Estágios dos Cursos.

§ 2º O descumprimento de qualquer dos incisos deste artigo ou de qualquer obrigação contida no Termo de Compromisso caracteriza vínculo de emprego do estudante com a parte concedente do estágio para todos os fins da legislação trabalhista e previdenciária.

Art. 5º - A realização de estágios, nos termos deste Regulamento, aplica-se também, aos estudantes estrangeiros regularmente matriculados em Cursos Superiores da Unespar, observado o prazo do visto temporário de estudante, na forma da legislação aplicável.

Art. 6º - Os *campi* da Unespar e as partes cedentes de estágio podem, a seu critério, recorrer a serviços de agentes de integração públicos e privados, mediante condições acordadas em instrumento jurídico apropriado, devendo ser observada, no caso de contratação com recursos públicos, a legislação que estabelece as normas gerais de licitação.

§ 1º Os agentes de integração poderão atuar como corresponsáveis nas situações de relação entre a unidade concedente e a Unespar, conforme descrito no Art. 5º, § 1º, incisos I ao V da Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008.

§ 2º É vedada a cobrança de quaisquer taxas de serviços aos estudantes, tanto pela Unespar, quanto pelos agentes de integração na organização dos estágios, sejam eles obrigatórios ou não obrigatórios.

§ 3º Os agentes de integração serão responsabilizados civilmente se indicarem estagiários para a realização de atividades não compatíveis com a programação curricular estabelecida no Projeto Pedagógico de cada curso e que não visem à formação do estudante.

TÍTULO II DOS CAMPOS DE ESTÁGIO E DAS CONDIÇÕES GERAIS PARA O SEU DESENVOLVIMENTO

Capítulo I

Dos Campos de Estágio

Art. 7º - O local de estágio será selecionado a partir de cadastro de partes cedentes, organizado pelo setor responsável pelos estágios nos *campi* da Unespar e/ou pelos agentes de integração.

Art. 8º - O estágio, sendo considerado como ato educativo, deverá ser realizado em área e local compatíveis com o Curso no qual o estudante esteja matriculado, sendo expressamente vedado o exercício de atividades não relacionadas à sua área de formação.

Art. 9º - Constituem-se campos de estágio as entidades de direito privado, as instituições ou órgãos da administração pública, as instituições de ensino, pesquisa e cultura, públicas e privadas, os próprios *campi* da Unespar e a comunidade em geral, desde que apresentem condições para:

- I. planejamento e execução conjuntas com a instituição de Ensino Superior das atividades de estágios;
- II. aprofundamento dos conhecimentos teórico-práticos para a formação do estudante;
- III. vivência efetiva de situações reais de vida e de trabalho, compatíveis com o campo profissional de atuação, previsto nas Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação, no Projeto Pedagógico do Curso e demais legislações pertinentes em vigor;
- IV. avaliação e acompanhamento conjuntos, das instituições formadora e cedente.

Capítulo II

Da Unespar Como Campo De Estágio

Art. 10 - A Unespar poderá, por meio de seus *campi* e/ou unidades, oferecer campo de estágio preferencialmente para seus estudantes e para estudantes de outras instituições de ensino superior. O preenchimento das vagas, deverá ser realizado de acordo com as exigências de edital próprio ou do Regulamento de Estágio do Curso, atendendo o disposto nos Artigos 8º, 9º e 10º deste Regulamento.

Parágrafo Único - No caso de Estágio não Obrigatório, a concessão de bolsa ou outra forma de contraprestação, bem como o auxílio transporte, devem constar nos editais específicos, atendendo ainda os instrumentos jurídicos e regulamentações específicas.

Capítulo III

Das condições gerais para o desenvolvimento dos Estágios

Art. 11 - O estágio somente poderá ser realizado por estudante regularmente matriculado e que esteja frequentando o Curso de Graduação e de acordo com os critérios exigidos no Projeto Pedagógico do Curso para matrícula no estágio curricular obrigatório.

Art. 12 - Para o estabelecimento de convênio de estágio, será considerado pela Unespar, em relação à concedente de estágio, o seguinte:

- I. a existência e disponibilização de infraestruturas física, de material e de recursos humanos;
- II. a concordância com as condições de supervisão e avaliação da Unespar;
- III. a aceitação e acatamento às normas dos estágios da Unespar;
- IV. a existência dos instrumentos jurídicos previstos nos artigos 13 e 14, deste Regulamento;

- V. a existência, no quadro de pessoal, de profissional que atuará como Supervisor de Campo de Estágio, responsável pelo acompanhamento das atividades do estagiário no local do estágio durante o período de sua realização, observada a legislação profissional pertinente.

Capítulo IV

Dos Instrumentos Jurídicos

Art. 13 - Os estágios devem ser formalizados por meio de instrumentos jurídicos, celebrados entre a Unespar, a unidade concedente de estágio e o estudante.

Art. 14 - A realização do estágio dar-se-á mediante a assinatura do Termo de Compromisso, celebrado entre o estudante e a parte concedente, com a mediação obrigatória da Unespar, no qual serão definidas as condições para a realização do estágio, constando menção ao respectivo convênio.

§ 1º - É facultativa a celebração de convênio ou termo de cooperação entre a unidade concedente e a Instituição de Ensino, conforme expresso no Art. 8º da Lei 11.788/2008.

§ 2º - Quando o campo de estágio se tratar de instituição de ensino (escola) envolvendo a realização do estágio supervisionado obrigatório por mais de 01 (um) estagiário da Unespar, o Termo de Compromisso de Convênio poderá ser coletivo.

Art. 15 - Quando se tratar de estágio não obrigatório, o Termo de Compromisso deverá ser instruído com:

I. cópia de apólice de seguros pessoais a ser custeada pela unidade concedente, cujo número deve constar no Termo de Compromisso;

II. Plano de Estágio, elaborado em conjunto pelo estudante, professor supervisor da unidade concedente, com aquiescência do professor orientador da Instituição de Ensino IES, no qual constem as atividades, bem como o período de desenvolvimento, contribuindo assim para clareza quanto à compatibilidade com a formação e atuação profissional do estudante, observado o disposto no Artigo 8º deste Regulamento.

§ 1. Quando a unidade concedente for a Unespar, o seguro pessoal será contratado pela mesma e uma cópia do seguro será arquivada no setor responsável do *campus*.

§ 2. Quando a realização do estágio for intermediada pela Central de Estágios do Paraná, deverá ser observada a legislação vigente deste órgão.

Art. 16 - Quando se tratar de Estágio Curricular Obrigatório, o modelo de Termo de Compromisso a ser utilizado deve ser o disponibilizado pela Pró-reitoria de Ensino de Graduação - PROGRAD.

Parágrafo Único - O Termo de Compromisso será entregue no setor responsável pelos estágios no *campus*, no qual o estudante está matriculado, antes do início do estágio, conforme estipulado pelo Colegiado de Curso. Não será aceita a entrega do Termo de Compromisso após o término do estágio, fato que impedirá a validação das atividades desenvolvidas.

Capítulo V

Da distribuição da carga horária semanal para os estudantes

Art. 17 A carga horária máxima de estágio não poderá ultrapassar 06 (seis) horas diárias ou 30 (trinta) horas semanais.

§ 1º O estágio relativo a cursos que alternam teoria e prática, nos períodos que estão programadas aulas presenciais, poderá ter jornada de até 40 (quarenta) horas semanais, desde que previsto no Projeto Pedagógico do Curso e no regulamento de estágio da instituição de ensino.

§ 2º O aluno que estiver cumprindo a carga horária máxima, nos períodos de avaliação estipulados pela instituição de ensino, poderá ter carga horária reduzida pelo menos à metade, segundo o estipulado no Termo de Compromisso, afim de garantir o seu bom desempenho.

TÍTULO III DO ESTÁGIO OBRIGATÓRIO

Capítulo I

Dos Procedimentos para realização do Estágio Curricular Obrigatório

Art. 18 - A definição do campo de estágio e do orientador de estágio deverá ser realizada no âmbito do colegiado de curso.

§ 1º - O estudante deverá providenciar o Termo de Compromisso, encaminhando-o ao setor responsável pelo estágio no campus.

§ 2º - O responsável por assinar os Termos de Compromisso no campus é o Coordenador Geral de Estágio do Campus ou, na inexistência ou falta dele, um dos seguintes sujeitos, respeitada a ordem aqui apresentada: Coordenador de Estágio do Curso; Coordenador de Colegiado do Curso ou o Diretor de Centro ao qual o Curso pertence.

Art. 19 - O descumprimento do Art. 18 implica o indeferimento automático à solicitação de estágio, ainda que protocolada na Instituição.

Parágrafo Único - Se indeferido o pedido de estágio, poderá o estudante protocolizar outro pedido, com as adequações necessárias, desde que, dentro do período definido pelo Colegiado de Curso como necessário para o cumprimento das atividades e carga horária do estágio.

Capítulo II

Da Carga Horária do Estágio Curricular Obrigatório

Art. 20 - Cabe ao Colegiado de Curso, no seu Projeto Pedagógico, definir a carga horária do(s) estágio(s), observadas as Diretrizes Nacionais do Curso e demais legislação pertinente.

Art. 21 - Os Estágios Curriculares Obrigatórios devem ser cumpridos durante o período letivo regular, com exceção daqueles que, por sua natureza, exijam realização em época diferenciada, definidos pelo Colegiado de Curso em seu Regulamento de Estágios do Curso.

§ 1º Os casos amparados por atestado médico deverão ser avaliados pelo Colegiado de Curso, ouvido o professor orientador quanto à possibilidade ou não de dilatação de prazo, durante o período letivo regular.

§ 2º O período de prorrogação deve ser solicitado pelo estudante ao Colegiado de Curso, o qual deve analisar o pedido, deliberando sobre a prorrogação e informando sua decisão formalmente às instâncias competentes, para o necessário Registro Acadêmico.

TÍTULO IV DOS ESTÁGIOS NÃO OBRIGATÓRIOS

Capítulo I

Dos procedimentos dos Estágios Não obrigatórios

Art. 22 - Antes do início do Estágio Curricular não Obrigatório, o estudante deverá:

- I. buscar uma entidade concedente;
- II. ter assegurado um orientador de estágios, designado pelo Colegiado de Curso;
- III. preencher o Termo de Compromisso e o Plano de Estágio não Obrigatório;
- IV. obter a aprovação do Plano de Estágio não Obrigatório pelo Coordenador de Colegiado ou, na ausência desse, do Coordenador de Estágio do Curso, a assinatura do responsável pela unidade concedente e encaminhar o protocolo para o setor responsável pelos estágios no *Campus*;

v. 05 (cinco) dias úteis após protocolizado, o Termo de Compromisso deve ser retirado no setor responsável pelos estágios no *Campus* e entregue à unidade concedente por ocasião do início do estágio.

Art. 23 - O descumprimento do previsto no Artigo 22 implica o indeferimento automático à solicitação de estágio, ainda que esteja protocolada na instituição.

Parágrafo Único – Se, indeferido o pedido de estágio, poderá o estudante protocolizar outro pedido com as adequações necessárias.

Art. 24 - O período de prorrogação será concedido mediante pedido formal de Termo Aditivo ao Termo de Compromisso, firmado antes do final de vigência do estágio, instruído com o Plano de Estágio, relativo ao novo período de atividades e do Relatório das atividades desenvolvidas anteriormente.

Parágrafo Único - O Termo Aditivo deve ser entregue, obrigatoriamente, antes do final da vigência do estágio, sendo anexado ao processo inicial, para tramitação de aprovação. Caso seja entregue com o prazo de vigência encerrado, será indeferido.

Capítulo II

Do estagiário

Art. 25 - O estagiário, obrigatoriamente, deverá receber bolsa ou outra forma de contraprestação, bem como auxílio transporte, no Estágio não Obrigatório.

§ 1º A concessão de bolsa ou outra forma de contraprestação, bem como o auxílio transporte, deverá constar no Termo de Compromisso.

§ 2º O valor da bolsa ou outra forma de contraprestação, bem como o auxílio-transporte, deverá ser acordado entre as partes, unidade concedente e estudante, na ausência de legislação específica.

Art. 26 - É assegurado ao estagiário, sempre que o estágio tenha duração igual ou superior a 01 (um) ano, período de recesso de trinta dias (30 dias), a ser gozado preferencialmente durante suas férias escolares.

§ 1º - O recesso de que trata este Artigo deverá ser remunerado quando o estagiário receber bolsa ou outra forma de contraprestação.

§ 2º - Os dias de recesso previstos nesse Artigo serão concedidos de maneira proporcional, nos casos do estágio ter a duração inferior a 01 (um) ano.

TÍTULO V DA ORGANIZAÇÃO DOS ESTÁGIOS DA UNESPAR

Capítulo I

Das Competências

Art. 27- Da organização dos estágios da UNESPAR, participam:

- I. Pró-reitoria de Ensino de Graduação – PROGRAD;
- II. Direção de Campus;
- III. Centros de Áreas;
- IV. Setor responsável pelo Estágio no Campus;
- V. Colegiado de Curso;
- VI. Coordenação de Curso ou Coordenação de Estágio;
- VII. Orientador de Estágio.

Art. 28 - Compete à Pró-reitoria de Ensino de Graduação – PROGRAD:

- I. Definir políticas e regulamentos de estágio, em conjunto com os Conselhos Superiores afins;
- II. Manter serviço de assessoria permanente aos Cursos por meio de suas Diretorias afins;

- III. Encaminhar as questões relativas aos estágios às instâncias universitárias competentes, quando for o caso;
- IV. Participar, quando necessário, de reuniões relativas à organização e avaliação dos estágios;
- V. Promover encontros e intercâmbios entre os responsáveis pelos estágios na UNESPAR, visando solucionar problemas e ou padronizar procedimentos;
- VI. Promover, juntamente com os Diretores de Centro de Área, Coordenadores de Curso e/ou Coordenadores de Estágios, intercâmbio com outras instituições sobre assuntos pertinentes aos estágios;
- VII. Fornecer assessoria aos Diretores de Centro de Área, Coordenadores de Cursos e/ou Coordenadores de Estágios na elaboração, tramitação e divulgação dos Regulamentos Específicos/Próprios de Estágios dos Cursos de Graduação.

Art. 29 – Compete a Direção de Campus o apoio logístico e de recursos humanos para o funcionamento do setor responsável pelo estágio no campus;

Art. 30 – Compete aos Centros de Áreas:

- I - Assessorar os cursos;
- II - Encaminhar as questões relativas aos estágios às PROGRAD;
- III - Aprovar regulamentos específicos/próprios de estágio dos cursos de graduação
- IV - Participar, quando necessário, de reuniões relativas à organização e avaliação dos estágios;
- V- Organizar espaços para discussão no *campus* entre os responsáveis sobre o estágio.
- VI - Auxiliar os Coordenadores de Cursos e/ou Coordenadores de Estágios na elaboração, tramitação e divulgação dos Regulamentos Específicos/Próprios de Estágios dos Cursos de Graduação e encaminhá-los à PROGRAD.

Art. 31 Compete ao Setor responsável pelos estágios no *Campus*:

- I - Manter cadastro atualizado de todos os estudantes que estejam realizando Estágios, bem como especificar o local onde estão atuando;
- II - Viabilizar a formalização de convênios, quando necessário, entre a UNESPAR e as unidades concedentes de estágios, visando estabelecer os campos de estágios para os estudantes da UNESPAR.
- III- Assegurar a expedição, registro, controle e arquivamento dos documentos de estágio;
- IV- Organizar dados sobre o estágio no *campus*;
- V -Realizar orientação aos professores e alunos sobre a documentação de estágio;

Art. 32 - Cabe ao Colegiado de Curso:

- I - Estabelecer e definir diretrizes para os Estágio Curricular Obrigatório e para os Estágio não Obrigatório;
- II - Elaborar o Regulamento Próprio/Específico de Estágio do Curso e encaminhá-lo ao Conselho de Centro de área, para sua aprovação, observado o presente Regulamento e demais legislação pertinente;
- III - Aprovar a programação anual do Estágio Curricular Obrigatório, etapas e prazos a serem cumpridos;
- IV - Aprovar a programação e normativas anuais dos estágios não obrigatórios;
- V - Zelar pelo cumprimento das normas estabelecidas para a realização dos estágios;
- VI - Manifestar-se, quando solicitado pelo coordenador de curso, em matérias referentes aos estágios obrigatórios e não obrigatórios.

Art. 33 Cabe ao Coordenador de Curso ou coordenador estágio (quando houver):

- I - Manter cadastro atualizado de todos os estudantes do seu curso que estão realizando estágios, com especificação dos locais de estágios;

- II - Assinar o Plano de Trabalho a ser firmado entre estudantes e concedentes de estágios;
- III- Receber os relatórios circunstanciados sobre os estágios obrigatórios ou não obrigatórios e tomar as providências cabíveis, junto aos demais setores, quando necessário;
- IV- Propor minuta do Regulamento Próprio/Específico de Estágio do Curso, obrigatório e não obrigatório, com assessoria da PROGRAD e Centro de Áreas, encaminhando-a ao Colegiado de Curso para análise e posterior aprovação pelo Conselho de Centro respectivo.
- V - Definir os campos de estágios, de acordo com o Projeto Pedagógico do Curso, e possibilitar a inserção dos estudantes nos mesmos;
- VI- Coordenar o planejamento, a execução e a avaliação das atividades de estágios, em conjunto com os docentes orientadores/supervisores de estágios e com os supervisores de campo de estágio de modo a propiciar a inserção dos estudantes;
- VII- Convocar, sempre que necessário, reuniões com os docentes envolvidos com os estágios, para discutir assuntos que compõem o estágio.
- VIII- Organizar, a cada período do estágio curricular obrigatório, os campos de estágio, a distribuição dos estagiários entre os supervisores/orientadores de estágios;
- IX- Encaminhar ao Colegiado de Curso a programação dos estágios para atendimento ao previsto no Art. 32 desse Regulamento;

X- Assinar os Termos de Compromisso dos Estágios Curriculares Obrigatórios;

Art. 34 - Cada curso poderá, de acordo com as possibilidades de número de docentes, possuir 01 (um) Coordenador e 01 (um) Vice-coordenador de Estágios, eleito pelos seus pares, preferencialmente, dentre os docentes efetivos em Regime de Tempo Integral e atuando nas disciplinas de estágio.

§ 1º Para efeito do disposto no *caput* deste Artigo, considera-se como pares os docentes que estejam atuando no colegiado;

§ 2º Os docentes escolhidos como Coordenador e Vice-coordenador de Estágios serão nomeados pela Direção do Campus, por um período de 02 (dois) anos, podendo ser reconduzidos.

§ 3º O Coordenador e Vice-coordenador de Estágios devem, preferencialmente, atuarem como orientadores/supervisores de estágios durante a sua gestão.

§ 4º O Coordenador de Estágio deve ser docente lotado no Colegiado de Curso, com a formação específica do Curso;

§ 5º Quando houver, o Vice-coordenador deve colaborar com o Coordenador de Estágios em suas atribuições e substituí-lo em eventuais ausências e, em caso de vacância do cargo, deve assumir a função de coordenador de estágio, até que se realizem novas eleições.

Art. 35– Compete ao orientador de estágio:

- I. participar da elaboração, execução e avaliação das atividades pertinentes ao estágio;
- II. participar das reuniões convocadas pelo Coordenador de Curso e/ou Coordenador de Estágio, para elaboração de Regulamentos de Estágios e assuntos afins às atividades de estágio como planejamento, organização, acompanhamento e avaliação;
- III. orientar a elaboração dos Planos de Estágios, de acordo com o previsto neste Regulamento como trâmite obrigatório para iniciar as atividades de estágios obrigatórios e não obrigatórios;
- IV. orientar, acompanhar e avaliar os estagiários;
- V. avaliar o Relatório Parcial e Final de Estágio, quando previsto no Regulamento do Curso e/ou no Termo de Compromisso no caso do estágio não obrigatório;
- VI. visitar o local de Estágio Curricular Obrigatório e Não Obrigatório, de acordo com o tipo de orientação definida pelo curso, visando verificar a pertinência da atividade

desenvolvida com o que está previsto no Plano de Estágio e garantindo que a atividade seja vinculada à formação do estudante;

- VII. emitir relatório circunstanciado quando houver indício de desvirtuamento do estágio e encaminhar ao Coordenador de Estágios e Coordenador de Curso para as providências institucionais necessárias.

Capítulo II

Orientação do Estágio

Art. 36 – A orientação de Estágios compreende a orientação e o acompanhamento do estudante no decorrer de suas atividades de estágio, de forma a permitir o melhor desempenho de ações pertinente à realidade da profissão e da formação humana.

Parágrafo Único - Somente podem ser orientadores de estágios, docentes da UNESPAR, respeitada a sua área de formação e experiência profissional e as peculiaridades do campo de trabalho em que se realiza o estágio.

Art. 37 - A orientação de estágio pode ser desenvolvida por meio das seguintes modalidades:

I. Orientação Direta: orientação e acompanhamento do estudante pelo Orientador, por meio de observação contínua e direta das atividades desenvolvida nos campos de estágios ao longo do processo, que serão complementadas com entrevistas, reuniões, encontros individuais e seminários que poderão ocorrer na UNESPAR e/ou no próprio campo de estágio, observando as peculiaridades e condições de espaço físico para que se realizem;

II. Orientação Semidireta: orientação e acompanhamento do Orientador por meio de visitas sistemáticas programadas ao campo de estágio, com objetivo de manter contato com o Supervisor de Campo de Estágio, além de entrevistas, reuniões e encontros individuais com os estudantes que poderão ocorrer na UNESPAR e/ou no próprio campo de estágio, observando as peculiaridades e condições de espaço físico para que se realizem;

III. Orientação Indireta: acompanhamento do estágio por meio de contatos formais e regulares, porém com menor frequência, com o estagiário e com o Supervisor de Campo de Estágio. O acompanhamento será feito também por meio de relatórios e, sempre que possível, por meio de visitas ao campo de estágio.

Parágrafo Único - Qualquer que seja a modalidade de supervisão/orientação adotada pelo Curso, deverá ser observado o disposto nos Artigos 36 e 37 deste Regulamento.

Capítulo III

Da Programação e Plano dos Estágios

Art. 38 - A programação dos Estágios Curriculares Obrigatórios deve ser elaborada até o início de cada período letivo pelo Coordenador de Curso ou Coordenador de Estágios, conforme o regulamento específico de cada curso.

Parágrafo Único - Respeitadas as características de cada Estágio Curricular Obrigatório, devem constar da programação, no mínimo, os seguintes elementos:

I. número de estudantes matriculados;

II. organização das turmas;

III. distribuição de turmas/estudantes por orientador/supervisor de estágio;

IV. áreas de atuação;

V. campos de estágios;

VI. período(s) de realização.

Art. 39- Nos Estágios não Obrigatórios, as atividades a serem desenvolvidas pelo estudante devem constar do Plano de Estágio, elaborado pelo estudante e seu Supervisor, com a participação do Orientador de Campo de Estágio.

Capítulo V Da Avaliação

Art. 40 - Os critérios de avaliação dos estágios devem constar dos Regulamentos de Estágios de cada curso, respeitando-se a legislação educacional e institucional vigentes.

Art. 41 - No Estágio Curricular não Obrigatório, o estagiário deverá entregar no Setor de Estágios do *Campus*, com periodicidade mínima de 06 (seis) meses, Relatório de Atividades, a ser elaborado com a unidade concedente. O Setor de Estágios deve encaminhar ao Coordenador de Estágio ou Coordenador de Curso para que verifique a pertinência das atividades relatadas com o previsto no Plano de Estágio e no perfil profissiográfico previsto no Projeto Pedagógico do Curso.

§ 1º - A PROGRAD disponibilizará o modelo de Relatório de Atividades;

§ 2º - A ausência do Relatório de Atividades inviabilizará o aproveitamento dos estágios, mesmo que o estudante venha a entregar o Relatório Final.

Art. 42 - Ao final do Estágio não Obrigatório, o estudante deverá preencher e entregar no setor próprio o Relatório Final de Estágio, em modelo próprio, fornecido pela UNESPAR, devendo ser assinado pelo estudante, Coordenador de Curso ou de Estágio, docente orientador da UNESPAR, e pelo Supervisor de Campo de Estágio.